

ENSAIOS SOBRE CULTURA,
LITERATURA E HISTÓRIA

Márcia Maria de Medeiros (Org.)

ENSAIOS SOBRE CULTURA,
LITERATURA E HISTÓRIA

UFGD/UEMS
Dourados
2013

Direitos desta edição reservados à Editora UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
Rua João Rosa Goes, 1761 - Vila Progresso - CEP 79825-070– Dourados-MS
Fone: (67) 3410-2651 - Email: editora@ufgd.edu.br - www.ufgd.edu.br/editora

**É proibida a reprodução total ou parcial desta obra
sem autorização expressa da Editora.**

Revisão: Prof^ª. Me. Luiza Mello Vasconcelos

Capa e editoração eletrônica: Fabrício Trindade Ferreira ME

Ficha Catalográfica elaborada pela Universidade Federal da Grande Dourados

809 Ensaaios sobre cultura, literatura e história / Organizadora: Márcia Maria de
E596 Medeiros – Dourados : Ed. UEMS/UFGD, 2013.
 116 p.

 ISBN: 978-85-8147-052-8
 Possui referências.

 1. Literatura – Crítica. 2. História. I. Medeiros, Márcia Maria de.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Fábio Edir dos Santos Costa

Vice-Reitora: Prof^ª. Dr^ª. Eleuza Ferreira Lima

Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos

Comunitários: Prof. Dr. Edmilson de Souza

DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES:

Chefe da Divisão: Prof^ª. Me. Luiza Mello
Vasconcelos

Técnica de apoio: Rozmiriam Corrêa

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Prof^ª. Dr^ª. Márcia Maria de
Medeiros

Editora: Prof^ª. Me. Eliane Souza de Carvalho

Conselheiros: Prof. Dr. Luis Humberto da
Cunha Andrade | Prof. Me. Esmael Almeida
Machado | Prof. Dr. Hamilton Kikuti | Prof^ª.
Dr^ª. Lourdes Missio | Prof^ª. Dr^ª. Silvane Apa-
recida de Freitas | Prof. Dr. William Fernando
Antonialli Junior

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Reitor: Damião Duque de Farias

Vice-Reitor: Wedson Desidério Fernandes

EDITORA UFGD

Coord. Editorial: Edvaldo Cesar Moretti

Téc. de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Redatora: Raquel Correia de Oliveira

Programadora Visual: Marise Massen Frainer

E-mail: editora@ufgd.edu.br

CONSELHO EDITORIAL - 2011/2012

Presidente: Edvaldo Cesar Moretti

Wedson Desidério Fernandes

Célia Regina Delácio Fernandes

Luiza Mello Vasconcelos

Marcelo Fossa da Paz

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Rozanna Marques Muzzi

SUMÁRIO

Prefácio ou Algumas Impressões Sobre este Livro Eudes Leite	7
APRESENTAÇÃO	11
Relações de Gênero, Masculinidades, Violência e Literatura Tânia Regia Zimmermann	15
Análise do Discurso de Plínio Salgado Inserido na Obra “A Mulher no Século XX” Fausto Alencar Irschlinger Felipe Salvador Weissheimer	33
“Entre a Pena e a Espada”: A Questão da Identidade Nacional em “Um Rio Imita O Reno”, de Vianna Moog Vladimir José de Medeiros	53
Diálogos Sobre as Questões da Representação do Feminino na Perspectiva da Literatura Hagiográfica André Candido Silva	73
O Duelo de Balin e Balan: Considerações Sobre a Morte em Thomas Malory Márcia Maria de Medeiros	85
Posfácio	111

PREFÁCIO OU ALGUMAS IMPRESSÕES SOBRE ESTE LIVRO

Eudes Leite¹

O campo histórico tem se tornado uma ambiência cada vez mais interdisciplinar e, conseqüentemente, seus integrantes – pesquisadores ou leitores – se defrontam, por um lado, com a complexidade que aí ocorre e, por outro, com a riqueza no que se refere aos resultados das pesquisas. Esse fenômeno deve-se, em boa medida, à ação dos historiadores ligados aos *Annales*, *locus* que estimulou a reflexão acerca da pesquisa histórica na França, não sem se espriar por lugares diretamente ligados ao que se pensa(va) e se escreve(via) naquele país. A reconhecida terceira geração de historiadores analistas foi o marco decisivo, ao estabelecer um relativo afastamento dos pressupostos da geração que deu vida à revista nos anos 1920, mas igualmente fez questão de reivindicar parte do patrimônio simbólico que os antepassados construíram.

As acusações de que a proposta de história total teria sido relegada a um plano secundário mereceram alguma atenção, mas, pelo que parece, ao pensar na história produzida contemporaneamente – pelo menos no Brasil – sob as exigências de uma perspectiva enunciada nas duas décadas primeiras do século XX, somos levados a concordar com as denúncias de Dosse (1992), autor que provocou sensações estranhas entre aqueles defensores de um conhecimento histórico pautado nas macronarrativas. Paradoxalmente, as críticas apresentadas dirigiam-se especialmente ao entendimento de que a Nova História se enxergava na condição de herdeira dos *Annales* e, em particular, pelo amplo sucesso midiático, inclusive, que a história alcançara na França, condição assim anotada pelo crítico dos novos historiadores: “Clio torna-se a musa inspiradora de um público cada vez maior e mais ávido por saber sobre seu passado” (DOSSE, 1992, p. 12). Independentemente das relações discutidas pelo

¹ Doutor em História. Docente na Universidade Federal da Grande Dourados.

autor de *História em Migalhas*, certamente o lugar de destaque que a história conquistou em França nos causa alguma inveja!

Na mesma seara, qual seja a da expansão do campo, os estudos históricos adquiriram características que os tornaram multitemáticos e excêntricos. Preservaram referências consagradas no que refere às classificações temporais ancoradas em acontecimentos referenciais, geralmente de ordem política (República, República Velha, Golpe de Estado, Revolução entre outros), e arrastaram para o centro de observação outras ocorrências geralmente fluidas: gêneros, alteridades, cultura, representações, memórias, sociedades indígenas, por exemplo.

Debates como os relacionados à construção da narrativa historiográfica foram integrados à plêiade de preocupações inerentes à metodologia e à teoria da história, impondo uma pauta longa e sofisticada aos historiadores. Ainda que com certo atraso, o debate acerca do mais reluzente e impactante trabalho efetivado por nós, o texto histórico e historiográfico, vem sendo realizado na direção de compreender qual é a natureza de nossos escritos. Evidente ficou que, em linhas gerais, a operação historiográfica nos moldes em que a definiu Michel de Certeau é muito mais ampla que a leitura do passado. A execução da pesquisa histórica transpassa a localização de acervos nos arquivos e a consequente escolha das fontes, materialidade denunciadora do acontecimento observado, auscultado. Cumprida a fase do arquivo, nos debruçamos sobre o trabalho de (re)pensar o passado localizado nas fontes para consolidar uma organização que facilite a intelecção do acontecimento-objeto. No terceiro momento, ocorre a escrita, formulando, em termos do discurso historiográfico, o que foi possível conhecer daquilo que desapareceu; elabora-se, assim, a representação e a narrativa responsável por explicitar, em formas compreensíveis, o acontecimento e seus fatos, demonstrando alguma coerência que, em geral, é difícil de perceber fora da mecânica historiográfica. Mas é, acredito, exatamente a narrativa historiográfica o *produto* que a operação historiográfica logrou preparar; é também a etapa ainda merecedora de atenção equivalente àquela dedicada às fontes ou à teoria e à metodologia da história.

No entremeio dessas e de outras questões, nós historiadores vamos realizando nossas pesquisas, ampliando, o campo, sem perder de vista a natureza complexa da história e também da pesquisa a respeito da história vivida. É o

que se pode verificar neste *Ensaio sobre Cultura, Literatura e História*, organizado por Márcia Medeiros, professora pesquisadora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Enquanto problemática central do livro, encontramos a temática Literatura e História, questão sempre responsável por acender antigas polêmicas a respeito das tarefas e estatutos de cada uma das duas áreas. A opção presente nos cinco capítulos do livro é explorar o texto literário ou o histórico, perseguindo neles o potencial explicativo que os caracteriza. E nesse momento percebemos que os embates em torno da tarefa estética pensada para a Literatura não cerceiam sua capacidade de se fazer uma representação de característica analítico-interpretativa, algo que, para muitos, seria tarefa das ciências sociais e da história. Os textos e seus autores, ao visualizarem as fronteiras epistemológicas, tratam logo de ressignificá-las em benefício do conhecimento.

Nesse caminho, o capítulo intitulado **Relações de Gênero, Masculinidades, Violência e Literatura**, de Tânia Zimmermann, adentra as discussões de gênero e violência, perscrutando a narrativa literária na busca de explicitar as conflituosas experiências humanas. Ainda no âmbito das preocupações acerca do gênero, em **Análise do Discurso de Plínio Salgado Inserido na obra “A Mulher no Século XX”**, Fausto Alencar e Felipe Weissheimer debruçam-se sobre um texto do integralista Plínio Salgado, cujo conteúdo poderia também ser visto como um projeto disciplinar. Já Vladimir Medeiros, em **Entre a “Pena e a Espada”: A questão da Identidade Nacional em Um Rio Imita o Reno, de Vianna Moog**, dedica-se a analisar a identidade nacional, sacando para tal tarefa o nem sempre valorizado livro de Vianna Moog, *Um Rio imita o Reno*. A mulher, no medievo do século XIII, ocupa as preocupações de André Silva, autor de **Diálogos Sobre as Questões da Representação do Feminino na Perspectiva da Literatura Hagiográfica**, que procura compreender e explicar o modelo feminino designado à mulher naquele período tão emblemático para o Ocidente. O capítulo que finaliza o livro, **O Duelo de Balin e Balan: Considerações sobre a Morte em Thomas Malory**, é assinado por Márcia Medeiros, e sua abordagem se dá sobre o romance de cavalaria, destacando aí as representações sobre a morte e seu sentido, num momento em que o universo mental medieval recebe os influxos do período que o sucederia: o mundo moderno.

À luz de Chartier, para quem os autores escrevem textos e não livros, os escritos mencionados e aqui reunidos integram um projeto intelectual que se materializa por meio de um discurso e de uma narrativa especializada. Qual seja, a de pesquisadores e pesquisadoras preocupados com temas e problemáticas que emergiram no escopo da ampliação, amadurecimento e ampliação da história profissional, por sua vez, cada vez mais sofisticada em seu *fazer*. E se os textos aqui organizados em capítulos não respondem a todas as perguntas possíveis de serem apresentadas às fontes que guardam informações sobre o passado, atestam as múltiplas dimensões e a complexidade da história humana. É pertinente conferir!

REFERÊNCIAS

DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos Annales à Nova História. Trad. Dulce da Silva Ramos. São Paulo/Campinas: Ensaio/Edunicamp, 1992.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: a história entre certezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Edufrgs, 2002.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

APRESENTAÇÃO

As questões discutidas neste livro procuram mostrar as possibilidades, perspectivas e convergências em torno das relações passíveis de serem estabelecidas entre a Literatura e a História. Dentro deste parâmetro, percebe-se, nos textos dos diferentes autores e autoras, a tentativa de constituir propostas inovadoras e mesmo avanços teórico-metodológicos que permitam a aproximação destes campos do saber e do conhecimento.

A partir daí, os textos que constituem o cabedal desta obra refletem questões cruciais dos estudos históricos e literários, como as questões de gênero tratadas nos capítulos assinados por Tânia Regina Zimmermann, Fausto Alencar Irschlinger e Felipe Salvador Weissheimer; ou as discussões envolvendo a Literatura enquanto ferramenta para o estudo da História, por exemplo as assinaladas nos capítulos propostos por Vladimir José de Medeiros, André Candido da Silva e Márcia Maria de Medeiros.

Destarte, fica claro que esta obra se propôs a reunir um acervo de conceitos que se pautou pela transposição das fronteiras disciplinares, buscando o que existe de comum entre o histórico e o literário. Daí o fato de apresentar recortes que aliam as especificidades de trabalho de cada estudioso e estudiosa a significações que se observadas em seu todo, possuem pontos de contato entre si. Mesmo que a proposta de uma seja analisar o mundo contemporâneo e a de outra, o medievo.

Percebe-se que os contatos entre essas significações são postos em função da maneira como cada articulista ordenou o uso de seus referenciais. Devido a esse pressuposto, os capítulos da obra dialogam entre si e transpõem, através e devido a esse diálogo, as fronteiras das respectivas disciplinas, desafiando-as, e denotando que aquilo que antes era nítido e tido como inquebrável e mesmo intransponível agora é apenas uma tênue cortina de névoa.

Dentro desse parâmetro, o capítulo inicial do livro é de autoria de Tânia Regina Zimmermann. Nele, a autora busca discutir as relações de gênero, a

construção das masculinidades e da violência dentro do universo da literatura. Zimmermann parte do pressuposto de que mesmo o universo literário pode ser tão revelador de um mundo que constitui modelo nas relações de gênero, quanto o universo que constitui o emaranhado que costumam chamar de História.

A partir deste pressuposto, a autora se propõe a ampliar o entendimento relativo às fontes históricas e ganhar as páginas dos textos literários para, a partir delas, ampliar as análises relativas às sensibilidades, vivências pessoais e coletivas, sem as quais seria impossível compreender a dimensão de alguns processos históricos.

Já Fausto Alencar Irschlinger e Felipe Salvador Weissheimer buscam, em seu trabalho, analisar a obra *A Mulher no Século XX* (1946), do político, intelectual e escritor Plínio Salgado, sob a ótica de teorias da Análise do Discurso.

De acordo com os autores, observa-se, no conteúdo da obra, o estabelecimento de um discurso de divisão e classificação social a partir das estruturas de gênero, marcado pela perspectiva androcêntrica e pela submissão feminina. No entanto, eles mostram que Salgado relacionou sua retórica ao discurso feminista, expressivo no contexto da publicação da obra, num trabalho de apropriação e ressignificação de alguns elementos sob uma “nova roupagem” integralista (projeto político de Salgado). Tal pesquisa permite entender as relações de gênero no contexto dos anos de 1930 a 1950, pois as discussões e a Análise do Discurso sobre Salgado demonstram elementos discursivos que permanecem, por vezes, “invisíveis” na sociedade, que se fundamentam numa visão androcêntrica, “efetivando” a dominação masculina.

Vladimir José de Medeiros, no capítulo *A Identidade Nacional entre a Pena e a Espada – Estudo de Caso: um Rio Imita o Reno – Vianna Moog*, aborda as questões relativas à construção de uma possível identidade nacional tendo como parâmetro o romance de autoria de Clodomir Vianna Moog. Na opinião do autor, Moog pode ser visto como um intelectual ativo cujo engajamento político e atribuições profissionais fundamentaram e influenciaram boa parte de suas obras. No texto proposto neste estudo, *Um rio imita o Reno*, esta perspectiva é latente, principalmente em se tomando por base o contexto histórico no qual a obra foi escrita.

André Candido da Silva propõe-se a apresentar os discursos que se referem à representação das mulheres na Idade Média, em especial, o século XIII, período em que a civilização medieval presenciou grandes avanços relacionados a práticas sociais e culturais. Ele aborda a temática por meio da filosofia, sociologia, e também pelo viés da literatura, precisamente os textos hagiográficos, para mencionar o papel da mulher no contexto histórico, pois, no âmbito social, as mulheres sempre foram vistas pelos modelos distintos como o de Eva (Pecadora) e Virgem Maria (exemplo de figura feminina), associando-as à sexualidade e à sedução, que, para a época, constituíam formas absolutamente repreensíveis pela sociedade, estruturada pela cultura patriarcal e religiosa.

E por fim, Márcia Maria de Medeiros pretende demonstrar as figurações da morte no romance de cavalaria, através da passagem que relata o duelo entre os irmãos Balin e Balan. O trecho escolhido para esta análise pertence ao romance de Thomas Malory, *La muerte de Arturo*, releitura que o cavaleiro britânico escreveu quando estava em cativeiro, e na qual narra a ascensão e a queda do legendário Artur e da sua Távola Redonda, de acordo com os seus augúrios. Nessa obra, o universo do medievo já se mistura com outro em que se encadeiam laivos de modernidade, denotando o fim de um tempo e o começo de outro.

Ao se levar em conta as abordagens escolhidas pelos autores e autoras que compõem este livro, percebe-se que as mesmas se preocupam em balizar seus princípios de acordo com as produções literárias contemporâneas, ou seja, elas se preocupam em incorporar “[...] na própria escritura a imitação do procedimento que gera a historiografia, apontando ao mesmo tempo o seu engenho e a sua falácia” (VÉSCIO; SANTOS, 1999, p. 13). Se essa escolha faz com que tais textos percam em representação, ao mesmo tempo lhes confere autocentramento, o qual está muito bem posto no processo da gesta de cada um deles.

O referido processo de autocentramento do discurso serve para demonstrar que tanto a Literatura é condicionada pela História, quanto a História só o é, por ser discursivamente estruturada. Essa lógica de pensamento engaja-se naquela corrente que preconiza que Literatura e História fazem (ou podem fazer) sentido, dependendo do sentido que o indivíduo pretende fazer dele mesmo. Daí a necessidade de algumas inquirições: qual o estatuto epistemológico da História enquanto ciência? E da Literatura? Quando, como e onde estabelecer as especificidades destes campos?

Escrito, pois, nesta ordem do discurso, este texto enquadra-se nas discussões que acompanham o mundo das humanidades atualmente, quais sejam elas, as que norteiam as querelas (se é que tais existem) entre Literatura e História. A proposta deste conjunto de autores é de revigorar o debate acadêmico e a compreensão geral sobre o conjunto de elementos que permeiam essa questão e, não raro, enredam em sua teia aqueles e aquelas que se dispõem a estudá-los.

Assim, essa guilda de tecelões do saber aqui reunida oferece um conjunto de alternativas para aproximar a Literatura da História e vice-versa, tramando narrativas que se completam e possibilitam novas compreensões do processo de produção do conhecimento.

Uma última palavra em relação à organização deste livro coletânea: a leitura dos textos denotará trabalhos em estágios de desenvolvimento diferenciados. Os trabalhos de Tânia Regina Zimmermann, Fausto Alencar e Felipe Weissheimer e Márcia Maria de Medeiros são fruto de pesquisa já concluída na área, apresentando, portanto, uma profundidade teórica relativamente maior.

Já os trabalhos de Vladimir Medeiros e André Cândido apresentam possibilidades de pesquisa, pois são ambos pesquisas em estágio inicial, assumindo um caráter de proposta. A opção por inseri-los nesta coletânea se fez exatamente por servirem como elemento para levantar questionamentos, apontar caminhos, demonstrar propostas.

Nossa ideia com este livro é de propor discussões. Em síntese, esperamos que todos os cinco artigos constituintes deste trabalho o façam.

REFERÊNCIAS

VÉSCIO, Luiz Eugênio; SANTOS, Pedro Brum. **Literatura e História: perspectivas e convergências**. Bauru: EDUSC, 1999.

RELAÇÕES DE GÊNERO, MASCULINIDADES, VIOLÊNCIA E LITERATURA

Tânia Regia Zimmermann¹

O imbricado narrativo literário é, em alto grau, revelador de um mundo imaginário de modelos nas relações de gênero, quer seja de corpos construídos pela divisão binária entre os sexos quanto de corpos não conformados. Neste sentido, encaminho nestas linhas algumas discussões em torno das aproximações entre a literatura e a história; algumas teorias sobre o gênero, as relações de gênero, masculinidades e violência e, por fim, apresento algumas figuras da literatura cujos corpos masculinizados também têm a posse da violência legítima, quer seja física ou simbólica.

Ao alargar o entendimento sobre as fontes históricas, ganhamos as páginas literárias, e com elas podemos, agora, ampliar as análises em torno de sensibilidades, de vivências pessoais e coletivas que dificilmente de outro modo nos auxiliariam na compreensão de alguns processos históricos. Mas da ficção, isso é possível? Segundo Roger Chartier (2000), devemos entender que as narrativas que concebemos como literatura existem enquanto discursos. Estes são resultados de práticas que pressupõem sistemas de representação nos quais se podem observar vários códigos, como os temas, regras, meios de circulação, interesses institucionais etc. Perguntamo-nos se uma abordagem a partir destas observações poderia explicar o discurso, pois, a partir dele, se podem reconstruir alguns sistemas de representação como os que aqui propusemos em relação às masculinidades.

Mas como usaremos a noção de discurso? Para Joan Scott: “O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à

¹Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre e Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

organização social, ele é inseparável desta” (1998, p. 115). Isto quer dizer o que? O discurso é um instrumento de orientação do mundo, ou seja, quase tudo que vivemos é permeado pela linguagem; as palavras, assim como os atos e artefatos também querem nos dizer alguma coisa. Então, o discurso se faz por meio da produção de significados. Destarte, as relações de gênero estão atravessadas por esta noção de discurso.

Ainda completamos esta noção com os estudos de Foucault, nos quais as práticas discursivas podem se apresentar como espaços de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos; conjuntos de enunciados que se apoiam em um mesmo sistema de formação; é assim que se pode falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico (FOUCAULT, 2000).

Para Foucault, as práticas discursivas apresentam-se como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. Estas práticas possuem regras próprias, estabelecendo relações para que certos objetos apareçam e se fale deles. “[...] não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época” (2000, p. 124-136). Esta última premissa de Foucault é corroborante com as pesquisas que almejam atribuir significados às narrativas literárias e às relações de gênero.

Ainda na relação entre a história e a literatura, concordamos com Kramer, ao afirmar que a literatura nos possibilita “[...] formas alternativas de conhecer e descrever o mundo e usa a linguagem imaginativamente para representar as ambíguas e imbricantes categorias da vida, do pensamento, das palavras e da experiência” (KRAMER, 1992, p. 158). Assim, a obra literária nos apresenta com diversas formas de representação da vida e permite repensar nosso modo de estar no mundo. A arte literária também exprime imaginários de uma época, relativizando-os sob múltiplos enfoques.

Em conformidade com o linguista Todorov, a existência da literatura ocorre através das palavras, “mas sua vocação dialética é dizer mais do que diz a linguagem, ir além das divisões verbais” (1975, p. 175). Isto se soma aos estudos de Sandra Pesavento, para quem o imaginário seria a janela capaz de

abrir-se “à recuperação das formas de ver, sentir e expressar o real de tempos passados” (2006, p. 14).

É nestas janelas que se abrem as fissuras para desvelar os significados do imbricado narrativo sobre os corpos sexuados. Estes corpos que contém um gênero e um sexo representam uma ordem normativa? Entendemos que a linguagem é cultural, portanto, nossa compreensão sobre os corpos e sobre os sexos está permeada por construções que devem ser vistas além da natureza biológica.

O uso da categoria gênero neste texto é percebido de forma relacional e isto implica o entendimento de diferentes e fluidas identidades de gênero. As categorias mulher, mulheres, sexo e gênero, assim como as demais categorias sobre as quais nos apoiamos, estão inscritas no movimento da história e, portanto, podem auxiliar no entendimento das masculinidades e da violência presentes em obras literárias. Neste estudo, os estigmas pautados na divisão sexual binária estão presentes e, para tanto, essas categorias colaboram nas análises, mas não se podem universalizar e nem naturalizar as identificações de gênero pelas características físicas e anatômicas.

Nas discussões de gênero, Joan Scott tem sido uma referência aos estudos acadêmicos, quer seja para críticas, quer para a compreensão das relações sociais e culturais entre os sexos que, segundo ela, põem a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina a sexualidade. Entende também que “[...] gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14). Assim, Scott articula gênero com a noção de poder e não estabelece fronteiras fixas entre mulheres e homens.

Embora seja óbvio que o movimento da história requer renovação de categorias, cabe ressaltar que as mudanças sociais movem-se mais depressa que as categorias mulher, mulheres e alguns estudos de gênero; então, novos debates teóricos aflorados em parte dos movimentos gays e lésbicos trouxeram questionamentos importantes sobre a diferença construída entre sexo e gênero. Entre os aportes de discussão recentes, estão Thomas Laqueur e Judith Butler.

O historiador da medicina Thomas Laqueur reforça a historicidade das categorias sexo e gênero enquanto ferramentas explicativas e também históricas, ou seja, elas são parte de uma linguagem, a qual nasce de um processo histórico e, portanto, permite que não nos tornemos prisioneiros dela para entendermos os imaginários literários. Laqueur discute, na obra *Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos gregos a Freud*, a construção do sexo e depois seu quase aprisionamento por muitos estudos de gênero. Pretendia, com isso, apontar que também o sexo continha uma historicidade, ou seja, não seria dado simplesmente pela natureza.

Segundo esta obra de Laqueur, observa-se que, no final do século XVIII, principalmente com os Iluministas, a retórica sobre o que se entendia sobre o corpo feminino e masculino muda (p. 22). No século XIX, naturalistas reforçam a diferença sexual, ou seja, criam dois sexos, o masculino e o feminino. Anterior a esta divisão, havia o registro de um único sexo, que era o masculino. A mulher teria o aparelho genital masculino invertido (para dentro) e menos desenvolvido que o do homem. Butler complementa que, em sociedades americanas aborígenes, havia a nomeação de três sexos (BUTLER, 2003).

Laqueur versa sobre a criação do sexo e não do gênero. Procura mostrar “[...] que quase tudo o que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero” (p. 23). Entende que o sexo não pode ser apenas explicável dentro do contexto da luta sobre gênero e poder. O sexo é uma criação daquilo que a sociedade determina e não um dado, uma essência. O que está em questão ao se acentuar a divisão de corpos em apenas dois sexos e opostos? A acentuação desta divisão, após o século XVIII, colaborou para institucionalizar as diferenças entre mulheres e homens e, conseqüentemente, elas eram excluídas da política, das decisões na sociedade, dos direitos civis, da profissionalização, do direito ao corpo, à herança, ao prazer.

Ainda nesta perspectiva, Judith Butler, em seu livro *Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade*, questiona a categoria gênero como interpretação cultural do sexo. A autora propõe analisar o sexo como resultado discursivo/cultural e não como algo constituído antes do discurso e da cultura. Em suas discussões, Judith Butler aborda gênero como uma categoria temporária e performativa, abrindo perspectivas para a desnaturalização

das práticas de significação como, por exemplo, de que gênero está para a cultura e sexo está para a natureza. Seguindo a perspectiva de Foucault, Butler analisa o efeito discursivo de gênero e, assim, entende que o sexo é um efeito de gênero. Observa a autora que:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos). (BUTLER, 2003, p. 25).

A problematização das diferentes categorias até aqui expostas pode colaborar para a compreensão dos usos das mesmas neste texto em torno das relações sociais e das relações de gênero e violência na literatura. Através destas categorias, pergunta-se: Os romances podem constituir as diferenças ao reforçar os gêneros? Como a noção de gênero na literatura, ao abranger as relações de poder e masculinidades, produz o efeito de um sexo pré-discursivo e oculta a própria operação da produção discursiva?

A conceituação da masculinidade na cultura ocidental é de que o masculino é ativo, sobretudo em relação às práticas sexuais. Então é a atividade sexual que caracteriza a masculinidade? Sim, mas ela pode ser construída de formas variadas, como atesta o estudo de Miriam Grossi (2004), pois os comportamentos masculinos em relação à sexualidade e ao ato de penetração, em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, devem ser exercidos apenas com parceiras mulheres, enquanto que, no Brasil, o homem é quem “come” mulheres e outros homens considerados feminilizados.

Mas a masculinidade dominante não se relaciona apenas ao ato sexual ativo; há várias outras caracterizações, como o domínio das emoções, a hiperatividade, que se confundem com a agressividade. Betty Friedan, ao se reportar aos estudos de Margareth Mead, observou, em três sociedades, uma enorme plasticidade nas relações entre os gêneros. Em Arapesh, os homens e as mulheres cuidavam dos filhos e dos afazeres domésticos e ambos eram educados para não serem agressivos na personalidade e na sexualidade. Em Mundugumor, mulheres e homens eram violentos e, em Tchambuli, a mulher era dominante nas decisões societárias e o homem menos responsável em várias atividades

públicas (FRIEDAN, 1971, p. 119-120). Portanto, estes estudos corroboram a assertiva de que a anatomia não é destino.

Entretanto, no cotidiano do tempo presente, observa-se, ainda, nos meios de comunicação, que a violência é coisa de homens (ZIMMERMANN, 2010). Esta posse masculina se dá, em parte, em virtude de suas frustrações ou não, assim como a partir de condutas e práticas identificadas socialmente como masculinas e que podem estar relacionadas a experiências “perigosas”. Segundo Mihaely, esta violência cristaliza todos os não ditos e, mesmo que haja culpa e vergonha por parte dos homens diante das posições que reproduzem as relações de vítima e opressor, ainda existe uma tendência em se considerar as mulheres como vítimas e os homens como biologicamente determinados à prática da violência (MIHAELY, 2006).

Então, a condição masculina pode ser questionada quando homens têm atitudes consideradas socialmente passivas. Ao homem, cabe o poder disciplinar e controlador de todas as relações familiares. Esse poder masculino pressupõe a legitimidade simbólica do não revide. Uma mulher deve aceitar qualquer espécie de violência masculina. O homem pode bater, porque ele possui o falo relacionado à força que pode ser exercida contra alguém (WOLFF, 2007). Estas violências nomeiam ações distintas para o masculino, como altivo, forte e protetor e, para o feminino, o pudor, comedimento, doçura, discrição e silêncio. Segundo Oliveira, a masculinidade ainda pode ser entendida como:

[...] algo dinâmico em relação com os ideais societários dos quais faz parte e que ajuda a constituir-los do mesmo modo que este a ela. Sua face social aparece ao agente como um lugar simbólico, transcendente, mas ela vive inscrita nos corpos, nas posturas, nos juízos de gosto e percepções dos agentes, como lugar imaginário de sentido estruturante, participando de seus processos de subjetivação e sendo continuamente reatualizada nas vivências interacionais masculinas. (OLIVEIRA, 2004, p. 255).

Welzer-Lang reforça que a divisão do mundo na qual se atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções afetadas de pouco valor é também regulada por violências:

[...] violências múltiplas e variadas as quais – das violências masculinas domésticas aos estupro de guerra, passando pelas

violências no trabalho – tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente aos homens à custa das mulheres. (WELZER-LANG, 2001, p. 461).

Essas violências também são perceptíveis em vários grupos societários, quando olhamos para os rituais de passagem para a vida adulta. Neste sentido, os estudos de Elizabeth Badinter, em seu livro “X, Y: Sobre a Identidade Masculina”, consideram que o gênero masculino se constitui pela separação dos jovens da relação com a mãe, porque ela representa o mundo feminino.

Ainda sobre o tema, os estudos de revisão de Sócrates Nolasco descrevem alguns rituais de iniciação nos quais as práticas de separação incluem a circuncisão, competições de chicoteamento, a ingestão do sêmen e de sangue de meninos mais velhos, atos de violência com sangramento para a purificação dos líquidos femininos presentes no corpo de um menino. Nesses rituais, é preciso eliminar as representações femininas resultantes da relação com a mãe construída desde a infância. Os rituais para os meninos são, em grande parte, marcados pela violência física e por fazê-los crer que são detentores de segredos que não podem ser mencionados no universo feminino (NOLASCO, 2001, p. 90-98).

Conforme Nolasco, a masculinidade é conquistada através de várias batalhas e rituais nos quais a agressividade é recorrente. Na Inglaterra jacobina, era um insulto afirmar que alguém era um bom menino (2001, p. 97). Mais tarde, muitos estudos chegaram a um consenso quando concluíram que, em várias sociedades, o fazer-se homem ocorria por empenho e esforço coletivo permeados por diferentes rituais. Mas também, nestas pesquisas, se observou que os homens não eram naturalmente agressivos.

Alia-se a este processo de construção do masculino, no Ocidente, o endurecimento emocional dos homens. Então os sentimentos também têm gênero? Só as mulheres choram? As emoções como alegria, dor, ciúmes, amor, paixão e sofrimento são construídas culturalmente em processos históricos, geralmente de longa duração, porque suas mudanças são lentas. Ao afirmar que o “homem não chora”, damos continuidade a um imperativo que naturaliza as emoções conforme o gênero. Com isto, ocorre um disciplinamento obrigatório para os meninos não expressarem suas emoções através do choro.

As emoções foram estimuladas ou controladas por atividades culturais e, assim, por exemplo, os homens na Grécia Antiga podiam expressar publicamente seus sentimentos através do choro como uma atitude masculina. Mas as mulheres não deveriam demonstrar isso e, desse modo, reservavam-se outros lugares para tal prática. Durante a época moderna, no Ocidente, constituiu-se outro disciplinamento para este costume. O ato do choro começa a se restringir à intimidade. Com a definição das esferas do público e privado no século XVIII, o choro começa a tornar-se “coisa de mulher”. Mas, ainda neste século, as lágrimas eram obrigatórias para frequentadores, homens e mulheres, de peças dramáticas em teatros europeus, assim como, na França, as lágrimas eram derramadas por ambos em leituras coletivas de romances (VICENT-BUFFAULT, 1988). Após o século XIX, o romantismo generifica as lágrimas, ou seja, o choro tem um gênero, a saber, o feminino.

Mas por que o romantismo acentua a oposição binária entre homens e mulheres a partir das emoções? Porque ocorre uma privatização das lágrimas e o encarceramento das emoções femininas e de suas atividades no lar? Para Giddens (1991), nesse modelo de amor, incutiu-se nas mulheres a entrega total a um homem, bem como o compromisso com a manutenção e estabilidade das emoções. Para o homem, o encontro sexual marcaria esta relação. Isto não impediria o homem de buscar experiências fora da vida conjugal.

Conforme os estudos de Grossi, esse modelo conjugal ocidental cristão impõe às mulheres o sofrimento e a dor. Isto segue a tradição cristã de um projeto afetivo/emocional estável entre duas pessoas que vivem em um mesmo espaço e com filhos. Grossi, em seus estudos, aponta para contradições nesse modelo de conjugalidade, em que os atos de violência são em parte reflexos dessa tradição e dos quais podem ser vítimas homens, mulheres, heterossexuais e homossexuais (GROSSI, 1998).

Para esta autora, a violência nas relações conjugais tem por base as complexas relações afetivas e emocionais desse modelo de amor romântico. Neste sentido, teorias discutem os canais de comunicação entre um casal. Entre elas está o ciclo da violência doméstica. Esta teoria foi desenvolvida por assistentes sociais anglo-americanas. Segundo essa teoria, ocorre na vida conjugal a divisão circular do poder. A situação de vítima, para a mulher, permite que ela tenha mais poder durante um determinado período. Esse poder temporário é

estimulado por vários agentes sociais, como amigos, assistentes sociais e parentes. Com a promessa do marido em recuperar-se, o casal passa pela fase dita *lua de mel*. Mas, com o decorrer do tempo, o homem vai recuperando o poder no cotidiano doméstico até outra crise conjugal (GROSSI, 1998, p. 305).

Grossi aponta para a compreensão da violência nas relações afetivas/sexuais enquanto um jogo a ser vivido a dois, um teatro a ser encenado por cada casal e que comporta regras, nem sempre conscientes, a que se submetem os parceiros. O casamento parece estar fundado no amor e não na dor, mas a entrega de Cristo parece traduzir, para as mulheres, a entrega ao sofrimento e doação. Aí também está a validade da violência simbólica da cumplicidade (1998, p. 305-307).

No Brasil, o modelo ideal de relações entre homens e mulheres segue, em parte, o modelo de moralidade marcado por noções de honra para os homens e de vergonha para as mulheres, modelo também associado à dicotomia público/privado. No entanto, com o desenvolvimento da modernização/globalização e da crescente independência emocional e econômica das mulheres, as relações de gênero abalam os princípios tradicionais do casamento, o que pode ter suscitado o aumento da violência contra mulheres (GROSSI, 1998, p. 312).

A modernidade tardia pode ter abalado o mito do amor romântico; destarte, uma mulher não necessita ter apenas um companheiro para toda a vida. Caso as relações sejam sofríveis para uma vida conjugal, pode-se iniciar uma nova relação. Mas, no amor romântico, a mulher deve ficar com o primeiro e único companheiro para toda a vida, de forma envolvida, suportando sofrimentos e privações.

Grossi apresenta importantes discussões em relação ao amor romântico e à maternidade. Nesse modelo, conforme o excerto, existe a possibilidade de:

[...] pode ocorrer que as mulheres que os homens desejam sexualmente depois que se tornam uma “mãezinha”, são proibidas emocionalmente para ele, porque a mãe é sagrada. Nada impede a um homem casado de ter uma amante, duas ou três. Aqui este é modelo, cabe à mulher segurar o tranco emocional, afetivo, pelos filhos, pelo marido, que cede, que consente, etc. – enquanto o homem, dentro do modelo romântico, é de alguma forma incapaz emocionalmente, ele é um atrapalhado, ele não consegue expressar sua emoção. (GROSSI, 2004, p. 115).

Então, o amor romântico pode ter relação com a violência conjugal? Sim; segundo Grossi, os homens estão sempre apaixonados, sofrendo loucamente por suas mulheres, são capazes de matar e morrer. O sentimento de posse, nesse modelo, é forte e muito presente. Nesse caso, o amor romântico enclausurou o ciúme como domínio sobre o outro? Este estado emocional pode ser definido como um conjunto de emoções desencadeadas por sentimentos de alguma ameaça à estabilidade ou à qualidade de um relacionamento íntimo valorizado.

Soyka (2005) entende que, nas sociedades em que a monogamia tornou-se um imperativo social e cultural, o ciúme foi concebido como uma proteção para a família. A modernidade deixou pouco espaço de debate para a exclusividade do sentimento de ciúme, quer seja no direito individual, quer nas relações de apaixonados. O sentimento de ciúme foi construído culturalmente como uma reação frente a uma ameaça.² Assim sendo, o modelo de amor romântico apropriou-se deste sentimento para dar vazão à dominação sobre as mulheres? Acrescenta-se, ainda, que a dominação masculina impede o homem de expressar o seu conflito e a raiva; daí usa a linguagem da força física ao bater na mulher, por exemplo. Este é um modelo que vai impedir os homens de expressar suas emoções; em decorrência, a violência é o canal de fuga naturalizado nas relações conjugais (GROSSI, 1998).

Aqui, retornamos às identidades corporais na literatura. A maioria dessas identidades é edificada a partir de um ideal normativo binário, ou seja, homem X mulher. Estas identificações vinculam-se à noção de natureza, pois são percebidas como naturais e, portanto, fixas, monolíticas, densas, ou seja, são para toda a vida. Estas construções identitárias e de outras distinções sociais também adentraram a literatura e a escritura da história. Segundo Bhabha, estamos em um “[...] momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e de identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão” (2005, p. 19). Esse momento, então, nos permite questionar alguns modelos interpretativos que moldaram uma visão androcêntrica de mundo.

²Uma historicidade do ciúme encontramos em SOYKA, Michael. Wenn Frauen töten. Stuttgart: Schattauer, 2005, p.73. Analba Brazao Teixeira discute brevemente o conceito em sua obra: Nunca você sem mim. São Paulo: Anablume, 2009, p. 58.

A exclusão pode ser entendida como parte de um disciplinamento obrigatório e destino para todas as mulheres, ou seja, a maternidade, a submissão, o recato, a docilidade, a resignação. Assim, há toda uma leitura do social na qual a natureza constitui-se numa ética disciplinatória. A identidade, para as mulheres, é somente um ideal normativo que se vincula à noção de natureza e é fixa para toda a vida, como uma essência.

Em relação à naturalização do feminino, quer seja na literatura, cinema ou televisão, Butler (2003) observa que comportamentos não esperados para o corpo feminino geralmente são punidos. São estes comportamentos que podem pôr em questão o ideal normativo e sua suposta natureza. Novamente, convém reforçar que esta natureza prescreve um deve ser implícito. Assim, os mandatos sociais que recaem sobre o corpo feminino soam muito mais fortes do que sobre o dos homens. Daí que a construção de disciplinamentos encobre a noção de natureza; a exemplo, a quantidade de vezes que as mulheres são consideradas mães desnaturadas ao abandonarem um filho, mas o mesmo não ocorre em relação à paternidade. A noção de natureza é uma construção, um mandato, uma prescrição que implica em uma escala de valores de acordo com a estrutura social de uma época (BUTLER, 2003).

Nolasco é quem nos apresenta alguns modelos de distintos períodos históricos criados na literatura, perpassando alguns modelos de masculinidade. Entre os modelos gregos, estão Zeus e Cronos, representados como pais tirânicos com grande apetite sexual, viris ao extremo e também reprodutores. Para deuses como Hades, Apolo ou Ares, o uso da violência é uma das características destes heróis, ou seja, masculinidade e violência caminham lado a lado. Ser homem é ser um defensor que age contra forças externas (caça, guerra, aventuras) e, desta forma, pode preservar o coletivo, ou seja, a existência de um grupo. Ao pensar o mito que produziu a masculinidade associada à violência, Nolasco observa:

Os sentimentos que relacionam um homem a situações de violência são muitos e as diferentes narrativas míticas me auxiliaram a identificá-los. Pensar a violência masculina nos dias de hoje é, de certo modo, pensar o que faz com que um sujeito se sinta homem, situando ainda estes sentimentos à luz do que foi um guerreiro, um cavaleiro ou um herói. (NOLASCO, 2001, p. 245).

Para tornar as mitologias aceitáveis na cultura, as religiões e a literatura contribuíram para construir as imagens simbólicas de vários personagens. Assim, Fausto foi constituído tendo por base a religião luterana popular, e Dom Juan sobre o catolicismo popular (NOLASCO, 2001). Desta maneira, Nolasco observa que a literatura é um dos campos privilegiados onde o mito da masculinidade pode se exprimir.

Os mitos modernos masculinizantes iniciam-se, em grande parte, de realizações individuais, como se percebe nas histórias de Fausto e Dom Juan. Estas histórias vieram a público por meio da literatura oral. Segundo Nolasco, os receptores aceitavam estas histórias e seus personagens como se realmente tivessem existido (2001, p. 252). Como são pensadas as masculinidades e a violência de gênero através destes personagens?

Em algumas narrativas sobre Fausto,³ existe a vontade de dominar o mundo dos gêneros a qualquer preço, ou seja, associando-se ao mal através de um pacto com o Diabo. Na narrativa de Goethe, ele terá um valor filosófico e humano. Na sua trajetória, Fausto seduz Margarida e a abandona grávida. Mas ele é humano, como todos que erram, e não é condenado porque sempre está em busca de um ideal de liberdade através da força, saber e felicidade. Esse ideal aparece como exclusivo para o mundo dos homens.

Em Dom Juan,⁴ existe a vontade de aventura e rompimento com práticas discursivas morais das classes abastadas em relação ao casamento e à honra. Segundo Nolasco, ele consegue ludibriar quatro mulheres. Por que do feito? Devido a sua paixão em dominar e enganar as mulheres e depreciar os seus noivos. Ele agia assim, também, por sua posição social, que lhe favorecia, assim como a inoperância da justiça nestes casos, e acreditava que a justiça divina tardaria ou também não aconteceria. Dom Juan sabia que, em seu meio, os códigos e valores morais e religiosos eram um fingimento. Assim, manipulava a honra segundo sua vontade e era astuto no manuseio dos códigos de lealdade na família.

³ Muitas eram as versões sobre este personagem desde o século XVI. Goethe publica sua versão em duas partes no século XIX, a qual é a mais conhecida atualmente.

⁴ A lenda de Dom Juan também se constitui sob diferentes visões desde o século XV.

Para Nolasco, “Em suas diferentes versões, Dom Juan encarna a representação tradicional masculina e seu conflito com o tempo e o espaço” (NOLASCO, 2001, p. 264). Ele acreditava que, ao enganar e fingir, sempre escaparia da punição. O personagem parece estar ciente de que a punição e o sofrimento não eram atributos para o mundo masculino. Observa-se, também, em Nolasco, que “[...] não encontramos nele o menor remorso pelo sofrimento imputado aos outros. Ele revela-se exageradamente egocêntrico e em momento algum questiona a si mesmo” (NOLASCO, 2001, p. 266).

Nota-se que, na literatura, as figuras humanas que tecem teias cotidianas da narrativa estão marcadas pelos espaços sociais conflitantes. Muitas vezes, as personagens femininas são sofredoras das ações masculinizantes e raramente personagens ativas, nas quais as leitoras reconheçam fios de esperança nas afetividades, sonhos, desejos e profissionalizações. Muitas destas obras literárias representam a visão androcêntrica do narrador, alheio ao contexto no qual brotavam reivindicações de mudanças entre os gêneros, cujas raízes desdobravam-se em ação de diferentes mulheres.

Verifica-se, então, que, apesar das várias representações na construção do feminino e masculino na literatura, o corpo biológico tende a ser essencializado em relação ao gênero. Conforme expôs Scott (1990), não basta dar visibilidade a determinadas situações, quer seja nos romances ou não, mas, sim, entendermos nestas produções a forma como as coisas vêm sendo representadas. Esta forma, sim, naturaliza novamente os ditos e não ditos também por meio da narrativa.

Por fim, as diversas questões que emergem nas páginas literárias inspiram as mais diferentes pesquisas sobre as relações de gênero. A simpatia pelos personagens, quer sejam dominantes, reticentes, resistentes em relação ao androcentrismo ou vítimas ideais, corresponde ao entendimento de que as emoções, sensibilidades, paixões, conflitos e aflições exigem um lugar em que possam ser reconhecidas, visíveis e significadas.

A condição social construída para os homens e, por vezes, a dominação de toda ordem destes homens também teve uma trajetória na experiência humana. Hierarquizar, classificar, dominar espaços e comportamentos e opor seres humanos pela invenção do gênero/sexo data de vários séculos. A

historicidade da masculinidade, através de diferentes pesquisas, atenta para a pluralidade de comportamentos para os homens em diferentes sociedades, e isto reverbera a necessidade de ampliarmos alguns olhares sobre a produção literária, cujos discursos anunciam ou denunciam as masculinidades e sua relação com a violência de gênero.

REFERÊNCIAS

AGUADO, Ana. Violência de Gênero. In: CASTILLO-MARTIN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 23-34.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

BADINTER, Elizabeth. **X, Y: Sobre a Identidade Masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAKHTIN, M. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François de Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Über die Vorherrschaft des Mannes: Ein Musterbeispiel für symbolische Gewalt. **Le Monde Diplomatique**, p. 16, Aug. 1998.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos**. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

CECHETTO, Fátima R. **Violência e Estilos de Masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. Debate Literatura e História. **Topói**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 197-216, 2000.

CORBIN, Alan. **Saberes e Odores**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ELIAS, Norbert. **Über den Prozeß der Zivilization**: Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen. Bd. 1: Wandlungen des Verhaltens in den weltlichen Oberschichten des Abendlandes. 20 Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

TORNQUIST, C; COELHO, C. C.; LAGO, M. C. de S.; LISBOA, T. K. **Leituras de Resistência**: Corpo, violência e poder. Florianópolis: Mulheres, 2009. p. 25-48.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: MOTTA, M B. da (Org.). **Coleção Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 301-318.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto C. de Melo Machado e Eduardo J. Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: LTC, 1998.

GROSSI, Miriam. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, n. 75, p. 4-37, 2004.

GROSSI, Miriam. Rimando Amor e Dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam P. (Orgs.). **Masculino Feminino Plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 293-313.

GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 114-125, 1998.

GUIDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica. O desafio Literário de Hayden White e Dominick La Capra. In: HUNT, Lynn (Org.). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 759-283.

MAGALDI, Ana Maria B. de Mello. Mulheres no mundo da casa: imagens femininas nos romances de Machado de Assis e de Aluisio Azevedo. In: COSTA, Albertina O. da; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Entre a Virtude e o Pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 23-45.

MIHAELY, Gil. **Masculinidades**: corpo, natureza e poder. Palestra traduzida na UFSC, Florianópolis, 2006.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, a. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson**: Banalização da violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. História e Literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara (Org.). **História e Literatura**: identidades e fronteiras. Uberlândia: Edufu, 2006. p. 12-27.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 16, p. 7-14, jul./dez. 1990.

SOUZA, Laura de Mello. **A feitiçaria na Europa Moderna**. São Paulo: Ática, 1987.

SOYKA, Michael. **Wenn Frauen töten**: Psychiatrische Annäherung an das Phänomen weiblicher Gewalt. Stuttgart: Schattauer, 2005.

TEIXEIRA, Analba Brazao. **Nunca você sem mim**: Homicidas suicidas nas relações afetivo-conjugais. São Paulo: Anablume, 2009.

TODOROV, Tzetan. **Introdução à literatura fantástica**. Trad. Maria Clara Correa Castello. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 175.

VINCENT-BUFFAULT, Anne. **Do Pudor à Aridez**: Da história das lágrimas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

WELZER-LANG, Daniel. A Construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, v. 9, p. 460-482, 2001.

WOLFF, Cristina. Feminismo e Configurações de Gênero na Guerrilha: perspectivas comparativas no Cone-Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, jul.-dez. 2007.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. **Violência e Gênero em Notícias no Oeste Paranaense (1960-1990)**. 182 f. Tese (Doutorado em História)– Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ANÁLISE DO DISCURSO DE PLÍNIO SALGADO INSERIDO NA OBRA “A MULHER NO SÉCULO XX”

Fausto Alencar Irschlinger¹
Felipe Salvador Weissheimer²

As mudanças visíveis que afetaram a condição feminina mascaram a permanência de estruturas invisíveis que só podem ser esclarecidas por um pensamento relacional, capaz de pôr em relação a economia doméstica, e portanto a divisão de trabalho e de poderes que a caracteriza, e os diferentes setores do mercado de trabalho (os campos) em que estão situados os homens e as mulheres. Isto, em vez de apreender separadamente, como tem sido feito em geral, a distribuição de tarefas entre os sexos, e, sobretudo os níveis, no trabalho doméstico e no trabalho não doméstico.

Pierre Bourdieu

DISCUSSÕES INICIAIS

No decorrer deste texto, objetivamos contextualizar e analisar alguns dos discursos elaborados por Plínio Salgado, personalidade de grande destaque na política brasileira. Jornalista, intelectual e político, Salgado dedicou-se às atividades literárias desde a década de 1920. Em 1932, divulgou o Manifesto de

¹ Fausto Alencar Irschlinger é graduado em História pela Universidade de Passo Fundo, mestre em História pela UPF, e doutorando em História na Universidade Federal do Paraná. É professor do Curso de História da Universidade Paranaense (UNIPAR), Campus - Cascavel. E-mail: fausto@unipar.br;

² Felipe Salvador Weissheimer é graduado em História pela Universidade Paranaense (UNIPAR) Campus - Cascavel, fez parte do Programa Externo de Bolsas de Iniciação Científica (PEBIC) UNIPAR/Fundação Araucária, é mestrando em História pela UNIOESTE. E-mail: felipe.s.w@hotmail.com.

Outubro, no qual apresentou as diretrizes políticas da Ação Integralista Brasileira (AIB),³ de inspiração fascista, com a valorização de rituais e símbolos, e forte influência do pensamento católico. Anos depois, Plínio recebeu o título de “chefe nacional” do movimento integralista.

Temos em jogo e em cena o sentido de crises, a influência de extremismos estrangeiros, as vivências, crenças, medos, inseguranças e os dilemas da modernidade.⁴ Enfim, tal período de transição na evolução política, religiosa, intelectual, econômica e cultural do Brasil é instigante e, ao mesmo tempo, complexo.

Em um plano geral, o período em que situamos Plínio Salgado está marcado pelas consequências da Primeira Guerra Mundial, pela crise econômica e financeira de 1929, pela ascensão do nazismo e do fascismo na Europa, pelos princípios liberais e capitalistas evidenciados pela industrialização, e pela reestruturação da Igreja Católica, além das propostas do modernismo. Portanto, direta ou indiretamente, o contexto político e religioso brasileiro é influenciado por questões de ordem internacional. Democracia, autoritarismo, nacionalismo, comunismo, patriotismo, religiosidade, entre outras, são concepções que passam a ser debatidas e ganham a adesão de diferentes per-

³ Visando nos situarmos na trajetória histórica do movimento integralista, de forma geral, percebemos que o movimento é articulado já na década de 1920. Mas foi em 1932, com a junção de grupos considerados de direita no Brasil, que temos a Ação Integralista Brasileira, lançando o Manifesto de Outubro de 1932. A trajetória e ampliação do integralismo configuram-se em diversas regiões brasileiras, sendo considerado o primeiro partido de massas do país. Entretanto, sua projeção é sufocada após o golpe do Estado Novo, em 1937, e reprimida no decorrer de 1938, com a fracassada tentativa de golpe de grupos integralistas contra o governo central de Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Ver: TRINDADE, Héglio. Integralismo: Teoria e prática: Política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris (Dir.). HGCB. Vol. III, Difel, 1983; GERTZ, René E. O fascismo no sul do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; IRSCHLINGER, Fausto A. Perigo verde: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938). Passo Fundo: UPF, 2001.

⁴ O tema da modernidade é uma constante no Brasil e tem ocupado a intelectualidade em diferentes épocas. Quanto às discussões sobre modernidade e pós-moderno, podemos ver maiores considerações em: PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1961; ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1988; DIEHL, Astor Antônio. Vinho velho em pipa nova: o pós-moderno e o fim da História. Passo Fundo: Ediupf, 1997; entre outros, como Nelson Werneck Sodré e Raimundo Faoro.

sonagens.⁵ Principalmente após a Revolução de 1930, quando novos atores se lançavam no campo político nacional, esquerda e direita reorganizavam-se e buscavam novos espaços de poder e representatividade, apimentados por um estímulo ideológico e salvacionista, o que, muitas vezes, fugia ao controle. O integralismo, liderado por Plínio Salgado, entrou nesse rol salvacionista, pois emergiu crente de que suas propostas, centradas num Estado forte e em um homem integral, fossem capazes de transformar o Brasil.

A AIB conheceu significativo crescimento durante alguns anos, porém, com a decretação do Estado Novo, comandada por Getúlio Vargas, a Ação foi extinta e Plínio Salgado, em 1939, foi enviado para o exílio em Portugal, no qual permaneceu por seis anos. Voltou apenas em 1945, com a redemocratização do país. Reformulou o ideário integralista e fundou o PRP (Partido de Representação Popular). Não obteve sucesso nas eleições para a presidência, mas tornou-se deputado federal pelo PRP, em 1958, pelo Paraná, e, em 1962, por São Paulo, e pela ARENA, em 1966 e 1970.

Observamos que Plínio Salgado pertencia à elite de intelectuais que, no início do século XX, representava a classe média, com maior acesso à educação, e que buscava seu “lugar ao sol” no aparelho estatal e na representação política do Brasil. Parte dessa classe média e burguesa em ascensão foi expressiva no quadro político brasileiro e fez da literatura um instrumento de ação política e social. Assim, dentre as publicações literárias de Plínio Salgado que selecionamos para análise, destacou-se o ensaio intitulado *A Mulher no Século XX*, publicado em

⁵ Como destaca Daniel Pécaut, os intelectuais dos anos 1925-1940 mostram-se preocupados, sobretudo com o problema da identidade nacional e das instituições. Nem todos os intelectuais da época participaram da mesma concepção política. Muitos simpatizaram com os diversos movimentos autoritários surgidos após 1930, ou mais tarde aderem ao Estado Novo, em 1937. Em sua grande maioria, mostram-se de acordo quanto à rejeição da democracia representativa e ao fortalecimento das funções do Estado. Acatam também a prioridade do imperativo nacional e aderem, explicitamente ou não, a uma visão hierárquica da ordem social. Na verdade, a chamada “moda tupi” foi bem além dos setores de direita. Os católicos e os integralistas foram os mais encarniçados na tarefa de reabilitação nacional, que buscava assegurar o triunfo sobre o materialismo. É neste sentido que a figura de Plínio Salgado é significativa como intelectual do período, que articula a insistência sobre a dimensão “espiritualista”. Na sua visão, buscar o “integralismo”, a “integridade”, é a consideração daquilo que insere o indivíduo num contexto que representa um laço social: família, terra, pátria, história etc. Tem-se com Salgado, portanto, a busca por um Estado “familiar-corporativo”. In: _____. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990, p. 44-45.

1946,⁶ obra em que o autor instituiu condutas sociais, éticas e morais destinadas às mulheres da “Nação Portuguesa e da Pátria Brasileira”. Consideramos que a tessitura de Salgado nos ajuda a entender as relações de gênero no período entre 1930-1950, por uma série de fatores que procuramos explorar no decorrer do artigo. E, apoiados nos métodos de Análise do Discurso e nas pesquisas que envolvem as relações de gênero, procuramos agregar algumas discussões, tanto para o estudo da ação política e intelectual de Plínio Salgado, quanto para as relações socioculturais e de gênero no Brasil até meados do século XX.

Com as teorias da Análise do Discurso, procuramos ir além do caráter “conteudista” da produção *A Mulher no Século XX*. O intuito foi o de adentrar as discussões que permeiam e que dão condições para a obra ser elaborada naquele determinado contexto histórico. E, com as pesquisas sobre a história das relações entre os gêneros,⁷ procuramos contextualizar o discurso de Salgado no período de sua enunciação.

Nesse sentido, podemos trazer conceitos de Dominique Maingueneau, quando aborda questões do discurso envolvendo o “lugar” e a “cena” na formação discursiva. Para Maingueneau, a Análise do Discurso busca “formular as instâncias de enunciação em termos de ‘lugares’, visando a enfatizar a pre-

⁶ Frente à “derrocada” do integralismo em 1938 perante o Estado Novo, Gilberto Calil destaca que houve certo deslocamento do eixo discursivo de Salgado para questões “indiretamente” ligadas à política nas publicações durante e após o exílio (1939-1945), inclusive como uma necessidade e uma mudança de mentalidade no cenário político brasileiro. E, é neste contexto de reformulação política que Salgado instituiu o discurso enunciado na obra “A Mulher no Século XX”. Para ampliar os conhecimentos no assunto, sugerimos a leitura do artigo “Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação”. Site: <http://www.editoraufff.com.br/revista/index.php/locus/article/viewFile/979/831> acessado em 24/03/2011.

⁷ As discussões sobre a história do gênero propõem uma série de reflexões que nos auxiliaram em nossas formulações teóricas. Destacamos que o conceito de Gênero foi primeiramente utilizado para se contrapor ao determinismo biológico. Desse modo, “gênero” foi desenvolvido como uma oposição a “sexo”, o primeiro designando o que é socialmente construído, e o segundo o que é biologicamente dado (NICHOLSON in MARIANO, 2005, p. 490). Assim, considera Silvana Aparecida Mariano que ao utilizar [o conceito] gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura das mulheres, sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio às relações de poder (MARIANO, 2005, p. 485). Neste sentido, nos propomos a analisar o “discurso de gênero” instituído por Salgado enquanto uma fonte histórica importante para entendermos a História das Mulheres, na perspectiva de construção social ou de habitus – que, segundo Bourdieu, é lei social incorporada, via processo de nominação e inculcação (BOURDIEU, 2009, p. 62).

eminência e a preexistência da topografia social sobre os falantes que aí vêm se inscrever” (MAINGUENEAU, 1989, p. 32). Assim, os “lugares sociais” existiriam através de uma rede de “lugares discursivos” e a “encenação” não seria apenas uma máscara do real, mas uma de suas formas, estando o real investido pelo discurso.

Na primeira metade do século XX, surgiram várias publicações no Brasil que tinham por finalidade instituir as relações entre homens e mulheres, os papéis sociais, condutas e estilos. Muitos dos elementos instituídos resgataram contextos históricos remotos, inclusive por Salgado. No entanto, outras perspectivas surgiram a partir das experiências vividas no século XX e os processos de industrialização e urbanização do Brasil foram elementos-chave que transformaram, definitivamente, o cotidiano das mulheres, sendo alvos de críticas por parte das camadas intelectuais da época. Assim, Plínio Salgado, identificado dentre a camada conservadora, viu nas transformações sociais advindas com a industrialização e urbanização do Brasil a criação de “problemas” e entraves que deveriam ser solucionados. Desse modo, sistematizou e estabeleceu alguns pensamentos que se materializam no discurso aqui trabalhado.

Quando analisamos o discurso enunciado por Plínio Salgado, não consideramos o autor apenas enquanto criador do discurso, mas como fonte da dispersão da materialidade que se manifesta no discurso. Ou seja, existe um “capital simbólico” e um “direito de enunciar” que possibilita a Salgado a competência de instituir um discurso de tal conteúdo, pelo fato de ele poder ser considerado o “porta-voz autorizado” que manifesta a mentalidade de certos grupos. Podemos considerar que o “poder de instituir” não está somente na figura de Salgado, mas, sobretudo no grupo que “delega” este poder.

Trazemos, para tanto, a contribuição de Maingueneau, ao tratar dos gêneros do discurso e das ordens discursivas. Ao pensar o aspecto “comunicacional” e “estatutário” do discurso, Maingueneau salienta a busca do reconhecimento no processo enunciativo, questionamento apoiado em Foucault: “quem fala?”; que autoridade exerce no conjunto dos indivíduos falantes?; e é com base no lugar de enunciação, afetado por determinadas capacidades, que podemos relacionar a questão geral da autoridade vinculada à enunciação, algo bem discutido por Pierre Bourdieu, quando trata do discurso autorizado e sua eficácia sustentada pelo reconhecimento e pela legitimação.

Já dentre os grupos de falantes que interagem e reconhecem o discurso de Salgado, podemos destacar, primeiramente, o grupo dos intelectuais e agentes políticos, que buscava, no início do século XX, tornar-se os porta-vozes da nação, corresponsáveis na formação de uma “consciência nacional” e consequentemente pela organização nacional. Existiam tendências e opiniões diversas em meio aos intelectuais brasileiros, porém, faziam parte da “mesma” categoria social, que visava “civilizar por cima, civilizar os que estão em estado de compreender” (PÉCAUT, 1990, p. 29). Além destes “enunciadores políticos”, destacam-se, enquanto grupo que tinha o poder de delegar o direito de enunciar de Salgado, a “grande massa” de receptores do discurso que compunha a AIB ou que, posteriormente, “herdaram” ou simpatizavam com a doutrina integralista.

Como dissemos, Pierre Bourdieu destaca que a eficácia da “performance discursiva” está no conhecimento e no reconhecimento por parte do grupo, do “capital simbólico” inserido no enunciado discursivo do representante do grupo. A eficácia do discurso e a relação entre o representante/procurador e o grupo são destacadas a seguir:

A magia performativa do ritual funciona completamente apenas na medida em que o procurador [...], incumbido de realizá-lo em nome do grupo, age como uma espécie de *medium* entre o grupo e ele próprio. É o grupo que, por seu intermédio, exerce sobre ele mesmo a eficácia mágica contida no enunciado performativo. A eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede. (BOURDIEU, 1996, p. 89).

Vale lembrar que este reconhecimento do discurso pelo grupo varia conforme as interpretações dos sujeitos que compõem o grupo. Neste sentido, há necessidade do autor/enunciador do discurso pensar e instituir os “sentidos adequados” para cada representação enunciada, a partir de elementos do mundo social no qual ele e o grupo estão inseridos, criando com isso certa empatia entre ambos.

Percebemos, portanto, que um dos pressupostos para a Análise do Discurso é considerar o sujeito como agente histórico real. A Análise do Discurso pode ser considerada como elemento de mediação entre as diferentes dimensões da realidade histórico-social, em que se inclui a dimensão discursiva. Ao relacionar

o discurso de Plínio Salgado, procuramos melhor compreender de que modo este agente/sujeito se posiciona em relação à temática da mulher no seu tempo e quais as perspectivas ideológicas⁸ inseridas em seu discurso. Enfim, tomando algumas das contribuições de Pierre Bourdieu, consideramos que as produções e efeitos de sentidos do discurso revelam-se aspectos centrais na análise discursiva.

O DISCURSO NA OBRA A MULHER NO SÉCULO XX

A mulher perde, dia a dia, na civilização burguesa e sem Deus, todos os fundamentos da sua eficiência mental e da sua grandeza moral.
Plínio Salgado

As “ideias-força” de Salgado, que surgiram na doutrina integralista e, posteriormente, influenciaram o discurso da obra *A Mulher no século XX* (tal texto foi formulado em Portugal e publicado no Brasil em 1946, período do retorno do exílio), orbitavam no tripé integralista “Deus, Pátria e Família”.⁹ Nesse aspecto, podemos ilustrar tal posicionamento com uma das falas de Salgado, enunciada ao país através da imprensa:

O amor de Deus é a única centelha de luz que ilumina a existencia do homem. O amor da Patria é primeiro fogo ateado ao coração do adolescente. O amor da Família é a evidencia maxima que assegura a superioridade humana sobre os irracionais. Pae, filho e Espírito Santo, trindade em uma única pessoa... Deus, Pátria e Família é a trindade indissolúvel na vida social e ponto de partida de civilização humana... Si tirardes aos homens o amor da Patria, vereis aos trinta dinheiro iscariotes brotarem forças e guilhotinas das entranhas da terra. Si tirardes aos homens o amor da família, vereis os comunistas moscovitas profanarem a virgindade de suas filhas. Deus, Patria e Família, único alento da passagem humana pelo orbe: Terra. Irmãos transviados, que seguis o caminho de

⁸ Para melhor entendimento sobre linguagem e ideologia, destacamos a obra: FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. São Paulo: Ática, 1988.

⁹ Sobre o lema “Deus, Pátria, Família”, sugerimos a leitura de: CAVALARI, Rosa Maria Feitero. Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). São Paulo: EDUSC, 1999.

Moscou, não profaneis a herança de vossos antepassados: Deus, Patria e Família. Sanai vosso coração do comunismo vermelho e olhai para o magestoso Amazonas, que revoltado contra o jugo moscovita, poderá erguer-se do seu leito e lançar-se sobre a patria brasileira para afogar o satanaz avassalador da civilização nacional e para atiral-o ás profundezas do báratro.¹⁰

Carmencita Ditzel observa que, entre as estratégias políticas e persuasivas de Salgado, está a sedução de grupos particularizados – dentre eles, as mulheres, sendo que o “sucesso desse apelo também pode ser atribuído à capacidade de adequar, ‘colorir’ as idéias-força do movimento, de acordo com as circunstâncias e o destinatário. Plínio, em especial, reformulava suas sempre novas-velhas ideias” (DITZEL, 2004, p. 260).

Para Moacyr Godoy Moreira, no Brasil dos anos 1940-1950, o machismo e a submissão sofrida pela mulher mantinham-se como marca preponderante dos valores conservadores. Ao estudar os contos do livro “Laços de Família”, de Clarice Lispector, partindo de um estudo da linguagem nos textos, Moreira também aponta que intelectuais que buscavam legitimar a estrutura da sociedade discorriam tentando convencer as mulheres de que a submissão, além de correta, era seu papel quase biológico. Por outro lado, incitavam os homens a manter a atuação patriarcal e androcêntrica como eram exercidas.

Deste modo, sobre a obra *A Mulher no século XX*, Moacyr Godoy Moreira destaca, rapidamente:

Nota-se o caráter didático da fala e a elaboração do discurso bem articulado, tentando aparentemente afastar a atenção do leitor do caráter repressivo do texto. A presença de hipérboles e de frases eloqüentes é outro método de dominação e manipulação pela palavra, além de rica adjetivação. Estas características aparecem em outros escritos de Salgado e de outros intelectuais citados anteriormente, como Oliveira Vianna e Miguel Reale. (MOREIRA, 2007, p. 72).

Observa-se certa subjetividade no texto de Salgado, o que exige analisarmos o texto além do seu conteúdo. Consideramos que a obra manifesta,

¹⁰ WERKHÄUSER, B. Deus, Patria e Família. *Jornal O Boavistense*, Erechim-RS, n. 40, 3 jan. 1936. p. 1.

explícita e implicitamente, certo “agrupamento” dos discursos que constituíram as relações entre os gêneros nas décadas de 1940 e 1950. É importante salientarmos que o discurso de Salgado não é totalizante, mas manifesta algumas das disputas de forças existentes no contexto no qual a obra foi publicada. Contudo, utilizamos a obra como *fonte histórica*, porém verificamos um duplo sentido, pois Salgado buscou instituir nela um caráter *sócio-histórico-ensaístico*.

Nessa perspectiva, Bourdieu completa que “instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser). É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade. Neste caso, o indicativo é um imperativo” (BOURDIEU, 1996, p. 100). Assim, o sujeito/leitor “deixa de ser o que é” para “ser o que o enunciador (que na referida obra foi Plínio Salgado) diz que ‘ele é’”.

Este imperativo, a exigência contida na obra e destacada por Pierre Bourdieu em relação ao “ato de instituir”, também é mensurado por Dominique Maingueneau na perspectiva pragmática:

A pragmática tende a enfatizar que “a tomada da palavra” constitui um ato virtualmente violento que coloca outrem diante de um fato realizado e exige que este o reconheça como tal. Ao enunciar, eu me concedo um certo lugar e “atribuo um lugar complementar ao outro”, peço-lhe que se mantenha nele e que “reconheça que sou exatamente aquele que fala de meu lugar”. Solicitação que é feita, pois, a partir de um “quem sou eu para ti, quem és tu para mim”. (MAINGUENEAU, 1989, p. 32).

Em relação ao conteúdo da obra, observamos, nos elementos do discurso de Salgado, a expressão de seus pensamentos em relação às mulheres. Algumas características se destacam no discurso, dentre elas o biologismo,¹¹ a dicotomia

¹¹ Conforme abordado por Silvana Aparecida Mariano, tendo por base as análises de Linda Nicholson, na perspectiva biologista o biológico é “assumido como a base sobre a qual os significados culturais são constituídos”. Ou seja, “tal concepção do relacionamento entre biologia e socialização torna possível o que pode ser descrito como uma espécie de noção ‘porta casacos’ da identidade: o corpo é visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos à personalidade e comportamento” (NICHOLSON apud MARIANO, 2005, p. 490).

na relação entre os gêneros,¹² a distinção entre o ambiente doméstico e o não doméstico, a exaltação do sentimento religioso e da “função maternal”.

Segundo Plínio Salgado, a função física do gênero feminino que se distingue do gênero masculino manifesta-se na maternidade. Logo, a “função social da mulher” deve proceder desta função. Com isso, cabe às mulheres, sobretudo às mães de família, a “grande missão” de “civilizar” a prole e, conseqüentemente, as futuras gerações para construir a “Grande Nação Integralista”. Assim, o autor/enunciador busca fundamentar seu projeto de construção e controle sociais naquilo que é biologicamente dado: a maternidade. Contudo, o maternalismo,¹³ em Salgado, também sofre interdições, pois o mesmo não restringe a maternidade ao aspecto biológico, mas ao social e ao religioso. Para Salgado, a força mantenedora da personalidade na mulher é a formação moral que só teria base segura no sentimento religioso. No discurso de Salgado, raramente haveria uma moral feminina sem a religião como guia.

Entre os homens é possível encontrar-se ateus e materialistas que conservem o autodomínio em relação aos costumes; mas entre as mulheres é raríssimo ver-se uma irreligiosa mantendo seguro teor moral [...] Se irreligiosa, vai às extremas conclusões. Por isso, a maior parte das mulheres intelectuais, que não tiverem formação religiosa com que se defenderem dos erros do nosso tempo, perdem o poder de reagir e, correndo atrás de uma liberdade ilusória, terminam caindo em degradantes formas de escravidão e miséria. (SALGADO, 1955, p. 262-263).

¹² Conforme Silvana Aparecida Mariano, a dicotomia homem/mulher “ao mesmo tempo que contrapõe os dois termos da oposição, constrói a igualdade de cada lado da oposição e oculta as múltiplas identificações entre os lados opostos, exagerando a oposição, da mesma forma que oculta o múltiplo jogo das diferenças de cada lado da oposição. Trata-se de um jogo de exclusão e inclusão. Com isso, cada lado da oposição é apresentado e representado como um fenômeno unitário. ‘Assume que tudo em cada categoria (mulher/homem) é a mesma coisa (é igual); portanto, se suprimem as diferenças dentro de cada categoria’” (MARIANO, 2005, p. 487).

¹³ Segundo Maria Martha de Luna Freire, a ideologia maternalista que dominou o território europeu após a Primeira Guerra Mundial transformou a maternidade em valor social e dever patriótico. E completa que “a ideologia da maternidade científica aproximava as mulheres do universo ‘masculino’, racional, da ciência, deslocando a maternidade da esfera estritamente doméstica e lhe conferindo um novo status” (FREIRE, 2008, p. 161). Assim, “munidas do arsenal científico da puericultura, com base na supremacia da razão sobre a emoção, e rompendo com ‘antigos’ dogmas religiosos ou crenças tradicionais, elas estariam supostamente aptas a desenvolver sua ‘nobre missão’” (FREIRE, 2008, p. 161).

Salgado destaca que o afastamento da mulher do ambiente doméstico, caracterizava uma “anormalidade biológica”, certo de que a “mulher, biologicamente, foi feita para o lar” e que não estaria preparada para enfrentar os dias difíceis de uma adaptação a novas condições de existência criadas pelo progresso acelerado das transformações técnicas. Completa, ainda, enfocando seu discurso sobre a “incompetência de muitas mulheres” na educação dos filhos: “esse tipo de homem do século XX [causador das mazelas sociais] é o produto da mulher do nosso tempo” (SALGADO, 1955, p. 287).

As mulheres, conforme Salgado, seriam inferiores em relação aos homens no que se refere às “transformações técnicas” e ao mercado de trabalho, além de culpadas pela “imoralidade humana”. Com isso, identificamos que tal enunciador busca uma eficácia simbólica em seu discurso, o qual está embebido em ideologia. A “salvação”, proposta por Salgado, reside no sentimento religioso e no tratamento dicotômico entre homens e mulheres. Além disso, Salgado considera que o princípio norteador do exercício maternal não está apenas na função física, mas principalmente na “função moral”, e é com essa força que a “mulher podia contrapor-se à força física do homem e exercer a sua influência desde os círculos domésticos até os amplos círculos da sociedade” (SALGADO, 1955, p. 280). Prossegue, afirmando que se a “mulher não é capaz de compreender e estimular as virtudes do marido, ele acabará perdendo todo o interesse por ela, ou pelos padrões da vida moral que tenha porventura acalentado” (SALGADO, 1955, p. 281). Completa que a “força feminina”, “mantenedora da personalidade da mulher há de ser a sua formação moral e a formação moral só tem uma base segura: o sentimento religioso” (SALGADO, 1955, p. 282).

São com esses predicativos e conceitos que Salgado institui um “modo de ser e de agir” das mulheres e encontra um subterfúgio no pensamento religioso. O sentido moral, com base no campo cultural-religioso, revela não só as filiações do enunciador, mas também a legitimação e a construção de uma eficácia simbólica das palavras ditas.

Em Salgado, o sentimento religioso é fundamental na “formação moral” feminina e, conseqüentemente, para o conceito de Nação Integralista, pois destaca que “o Estado Integral, essencialmente, é para mim o Estado que vem de Cristo, inspira-se em Cristo, age por Cristo e vai para Cristo” (SALGADO, 1982, XXIV). Nesse sentido, podemos entender o papel fundamental das mu-

lheres em relação ao lema integralista “Deus, Pátria, Família”,¹⁴ pois, através dos princípios religiosos e por intermédio delas – restritas e “subjugadas”, preponderantemente, ao ambiente doméstico – formar-se-ia o caráter dos indivíduos na célula familiar. A junção das famílias completaria a “Grande Família Nacional”. Como apresentamos, as ideias/conceitos de moral, maternidade, força, salvação, religião e família, são recorrentes nas palavras de Salgado no que se refere ao papel e ao lugar da mulher na metade do século XX.

O pensamento conservador de Salgado, alicerçado no resgate de seu projeto de Estado Autoritário, pode ser entendido sob a ótica de Bourdieu, pois busca “ratificar e reforçar as prescrições e as proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica” (BOURDIEU, 2009, p. 105). A dominação masculina não se restringe à célula familiar, pois é ratificada pelo poder do Estado, segundo a perspectiva de Salgado.

Em síntese, o discurso integralista emitido por Salgado propõe um projeto social recebido como “inovador” para a época, pois insere as mulheres nos quadros políticos, sobretudo na década de 1930, e no discurso da “formação nacional”. Além disso, o projeto enfatiza a importância da educação para as mulheres, tanto para educar os filhos como para os estudos formais. Mas, analisando a retórica discursiva de Salgado, consideramos que o discurso é conservador e perpetua concepções e mentalidades patriarcais, que buscam naturalizar a inferioridade das mulheres através do discurso e visa persuadir as mulheres via um sentimentalismo cristão.

A princípio, parece haver uma dicotomia discursiva contida na fala de Salgado, a qual apresentaria a possibilidade de uma maior participação social da mulher e, ao mesmo tempo, reafirmaria o princípio da maternidade, da esposa e da dona de casa exemplar. Entretanto, nos parece que essas questões estão embebidas em consideráveis efeitos de sentidos que, na realidade, revelariam uma estratégia discursiva, evocando o que poderíamos chamar de “mudança conservadora”. No contexto histórico em que a mulher gradativamente passou a agregar, mesmo que timidamente, um maior papel social – com gradativo acesso ao trabalho externo e à possibilidade do

¹⁴ O “tripé” integralista “Deus, Pátria, Família” pode ser considerado a “matriz discursiva” de Salgado, raiz da qual se desenvolve todos os elementos de seu discurso.

voto no Brasil –, nas prerrogativas enunciadas por Salgado em sua obra, a mulher deve permanecer circunscrita à função feminina da maternidade, da casa e da formação moral e patriótica dos filhos, zelando pela manutenção da célula familiar e dos valores tradicionais.

Em outro sentido, quando analisamos a semântica discursiva de Salgado, consideramos que o “capital simbólico” que potencializa o enunciado caracteriza a posição sócio-histórica do enunciador. Porém, não generalizamos a ideologia presente no enunciado e não entendemos esta ideologia sendo homogênea no contexto histórico, o que nos remete a recortar e analisar o discurso enquanto reconhecido por grupos específicos. Isto se fundamenta no fato de que, em um contexto histórico, há “lutas sociais de classificação” do mundo, proferidas pelos vários grupos existentes. Desse modo, Pierre Bourdieu destaca a finalidade dessas lutas de classificação:

O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo, que está na raiz da realidade da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 1996, p. 108).

Portanto, quando é enunciado um discurso, impreterivelmente, privilegiam-se determinados conceitos e distanciam-se outros. Segundo Bourdieu, “a instituição é um ato de magia social capaz de criar a diferença *ex nihilo*, ou então, como é o caso mais freqüente, de explorar de alguma maneira as diferenças preexistentes” (BOURDIEU, 1996, p. 100). Observamos, no discurso de Salgado, certa apropriação dos elementos reivindicados pelas feministas¹⁵ no contexto da obra, sobretudo na defesa da educação feminina e da maternidade. Porém, para Salgado, as feministas tornaram-se alvo de críticas, em função da reivindicação de equiparação dos direitos entre os gêneros no mercado de trabalho e no papel social. E, enquanto ele opera a crítica às feministas,

¹⁵ A partir dos estudos de Olívia Candeia Lima Rocha, observamos que, no contexto da publicação de “A Mulher no Século XX”, emerge a chamada “segunda onda feminista”, tendo como cerne o estabelecimento de igualdade de direitos entre homens e mulheres, e trazendo questões como o acesso feminino à instrução, a crítica ao casamento enquanto instituição de opressão das mulheres, a ampliação das possibilidades femininas no mercado de trabalho, e dando maior ênfase à reivindicação do sufrágio feminino (ROCHA, 2006, p. 2).

se aproxima do pensamento intransigente católico, principalmente quanto à preocupação com a modernidade e a transformação dos valores tradicionais:

O desvio de seu destino começa por essa moderna forma de romantismo que se batizou com o nome de “feminismo” e que antes deveria chamar-se de “masculinismo”, e termina – após todos os cânticos à liberdade – com a anulação completa dessa mesma liberdade e a queda vertical até os extremos da escravidão e da degradação. (SALGADO, 1955, p. 306).

A aproximação do pensamento de Salgado com a intransigência e o integrismo católico evidencia-se na valorização, na defesa e na positivação dos valores medievais. Para tanto, Salgado afirma que “as grandes mulheres do período da Renascença não poderiam ter existido se antes delas não houvesse uma sociedade como a da Idade Média, em que a mulher, de forma alguma foi apenas um instrumento de prazer ou um objeto de escravidão” (SALGADO, 1955, p. 250). Na sequência, Salgado “ancora” seus pensamentos nos valores medievais:

Os homens do século XX crêem, apenas, na força bruta e toda a sua construção jurídica baseia-se no domínio dos mais ricos e mais armados. No século XIX, os por si mesmos chamados de “livres-pensadores” criticavam severamente os tempos em que os príncipes do mundo, apesar dos exércitos de que dispunham, submetiam suas contendas aos conselhos de um pequeno soberano, fraco materialmente, mas cheio da força moral que advinha da sobrenaturalidade de sua missão na terra. A essa atitude cavalheiresca dos monarcas e dos povos e a essa influência paternal do representante máximo do Cristo davam-se os nomes de fanatismo religioso, tirania papal e obscurantismo opressor da liberdade das nações. (SALGADO, 1955, p. 283).

A perspectiva discursiva que resgata o ideário medieval certamente “de-
turpou” a representação integralista de uma “mulher moderna”. Em oposição, a força da retórica de Salgado está no sentimentalismo, que visa influenciar o leitor/enunciatário e, pelo “autocondicionamento psíquico” deste, seria capaz de submetê-lo às representações enunciadas.

O discurso de Salgado também é perpassado por outros discursos que podem auxiliar na estratégia de legitimação discursiva. Podemos citar, como exemplo, a referência que faz à Encíclica “*Divini illius magister*” do papa Pio

XI, que considera errôneo e pernicioso à educação cristã o método da coeducação, negador do pecado original, o qual causaria uma confusão de ideias, acarretando promiscuidades e a igualdade niveladora. Tal encíclica defende a unidade do matrimônio, refutando a promiscuidade e a igualdade entre os dois sexos. Do contrário, para Salgado, “a mulher desvaloriza-se na instituição na indistinção dos sexos, e em consequência, o homem rebaixa-se, perdendo o teor viril, por que nos países onde a mulher se masculiniza, o homem também se torna afeminado” (SALGADO, 1955, p. 305).

Também nos são úteis as contribuições de Maingueneau quando este trabalha com a “*deixis discursiva*”, a qual está relacionada com o universo de sentido que uma formação constrói através de sua enunciação. Nessa perspectiva, a *deixis* distinguiria o *locutor*, o *destinatário discursivo*, a *cronografia* e a *topografia*. É dessa forma que o discurso de Plínio Salgado, na referida obra, o atribui como locutor, enunciando: “escrevi-o como filho, esposo, pai e irmão [...] como homem do meu tempo e o mais íntimo dos discípulos dAquele que é o maior dos Mestres” (SALGADO, 1955, p. 222); como destinatários, o próprio locutor anuncia diversas instituições, como órgãos de Ação Católica, obras de caridade, sociedade brasileira, leitoras, sendo elas: “mães, espôsas, noivas, irmãs, da Nação Portuguesa e da Pátria Brasileira” (SALGADO, 1955, p. 222). Como “topografia” institui o ocidente cristão, sobretudo as nações brasileira e portuguesa. Já como “cronografia”, estabelece o processo de decadência moral, espiritual, as mazelas advindas do materialismo e do comunismo ateu. Para exemplificar, destacamos a fala de Salgado quando se refere ao século XIX e início do XX, contribuindo para o mapeamento dessa cronografia:

Perdidos os fundamentos espirituais e cristãos da vida humana, tornou-se impossível compreender a alma feminina e o papel que pertence à mulher na família, na sociedade e na Nação. À medida que o progresso avançava e que a técnica ia transformando velozmente os processos da vida coletiva, o problema da mulher mais se complicava e a Espécie Humana apresentava-se como a única a ignorar quais as diferenciações dos atos definidores do destino social dos seus componentes [...] Depois, entretanto de tôdas as elucbrações dos sociólogos [...] surpreende-nos, então verificar, que regressamos ao ponto de partida: a moral religiosa. (SALGADO, 1955, p. 229).

Avançando nessa perspectiva, podemos identificar no discurso aquilo que Maingueneau chama de “deixis fundadora”, entendida como as situações de enunciação anteriores que a *deixis* atual utiliza para a repetição e da qual projeta boa parte de sua legitimidade. Assim, poderíamos citar os próprios princípios cristãos medievais defendidos pelo locutor.

Conforme observamos, Salgado embasa suas intenções sociopolíticas em relação às mulheres nas premissas religiosas cristãs e presume na escrita certo monopólio da produção política e discursiva. Desta forma, o discurso hegemônico cristão se opera na própria estrutura do campo discursivo, o que, em certos aspectos, legitima Salgado enquanto “porta-voz autorizado”, inclusive da cristandade. A ação política de Salgado é, ao mesmo tempo, religiosa, pois o mesmo acredita que sua “missão política” é um apostolado religioso, um chamado de Deus, e sua proposta política seria uma “evolução da humanidade”.¹⁶ No prefácio da obra *A Mulher do século XX*, Salgado vai além de uma simples legitimação de seu discurso e pede ao Mestre, Cristo, que suas leitoras avancem na leitura, a qual possibilita “meditações e ensinamentos, muito mais que palavras humanas, prodigaliza a luz da Graça” (SALGADO, 1955, p. 222).

Em outro aspecto, na perspectiva do sujeito e do discurso, podemos destacar que o sujeito é visto como um ser social apreendido em um espaço coletivo, afetado pela história e pela língua, dotado de representações e crenças. O sujeito atravessa e é atravessado por vários discursos, sendo um produtor discursivo “livre”, carregado de subjetividade e, ao mesmo tempo, submisso, assujeitado, próximo a discursos preexistentes. Ressalta-se que Plínio Salgado, em relação ao papel do sujeito à formação discursiva, é atravessado por outros discursos fundadores. Ele abraçou uma causa, trazendo sentidos matizados pela ordem do discurso religioso, por exemplo, como uma espécie de guardião da moralidade e “salvador”, o “íntimo discípulo de Cristo”.

Outro ponto relevante envolvendo o discurso de Salgado e que merece ser ampliado em outra oportunidade é o que Foucault chama de “vontade de verdade”. Desse modo, o “direito privilegiado” e quase exclusivo de Plínio Salgado de se pronunciar e instituir um discurso em nome do integralismo

¹⁶ Mais informações sobre o “apostolado político-religioso” de Salgado em: **SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade.** In: Obras Completas, vol. 5. São Paulo: Editora das Américas. 1955.

possibilita analisarmos o discurso a partir da ideia de “vontade de verdade”,¹⁷ sobretudo quando Salgado institui a “maneira correta” para as mulheres se portarem e a função social “adequada” para se inserirem na sociedade e no mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos, no discurso sociopolítico de Salgado, certa resistência frente às transformações históricas e sociais, do cotidiano, de gênero e humanas, que surgem a partir das experiências vividas na urbanização e na industrialização do Brasil. Assim, Salgado rivaliza com o desenvolvimento econômico, social e político liberal que, embora tardiamente, estava em “fase embrionária” no Brasil no contexto da obra.

No que tange ao lugar do enunciador e à cena, evidenciamos que a “revolução espiritual” vivenciada por Salgado é algo central para melhor entendermos seu posicionamento ideológico/discursivo. Nesse aspecto, a crença cristã/católica é proclamada por Plínio Salgado, descendente de família católica e de certa tradição política, sendo influenciado pelas insurreições políticas, pelo contexto fascista europeu, pelos “novos rumos” e objetivos religiosos (sobretudo da Igreja Católica). Tal movimentação em busca do “espiritual”, do poder político, do integral, da moral, da sujeição feminina e a atmosfera ligada à “neocristandade” são visíveis em Plínio Salgado.

Um elemento colocado em destaque parece identificar uma espinha dorsal em seu projeto: o pensamento espiritualista, cristão, nacional-brasileiro como fator central de sua construção filosófico-política. Em seus escritos, a questão religiosa é central e determinante para a representação de um projeto de Brasil integral. Salgado exprime com clareza a importância e a influência dos valores cristãos na sua maneira de ver, ler e interpretar o mundo.

Plínio Salgado, de modo pedagógico, esclarece o sentimento que move a escrita de seus textos: a concepção espiritualista¹⁸ da história. Vemos mais do

¹⁷ Sobre a “vontade de verdade”, temos importantes considerações em: FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. 20 ed. Edições Loyola: São Paulo, 2010.

¹⁸ Ao falar em concepção espiritualista da história, estamos nos referindo à visão “espiritual” de história.

que isto, o discurso de Salgado não apenas introduz o elemento religioso como motor moral e espiritual da sociedade, mas o próprio autor assume o papel de “escolhido” para reorientar a nação à luz de Cristo em meio à catástrofe. A questão religiosa, portanto, é fundante no pensamento de Plínio Salgado. Identifica não apenas um componente discursivo da doutrina do “homem integral”,¹⁹ mas, acima de tudo, revela a crença e a filiação a preceitos doutrinários.

Consideramos que o discurso de Salgado em relação às mulheres é subproduto de um quadro histórico-social ambíguo, condicionado pela emergência dos movimentos feministas, mas também pela impossibilidade de autonomia financeira e política de parcela das mulheres, fatores que possibilitam tanto a emersão do feminismo, quanto a enunciação do discurso machista. Destacam-se certas heranças conservadoras no discurso de Salgado, que são, em alguns aspectos, “coloniais”, sobretudo no que se refere ao machismo e à submissão sofrida pela mulher.

Além disso, ao deslocar-se do discurso de gênero biologistista, inserindo seu pensamento sociopolítico em relação ao religioso, Salgado busca efetivar suas intenções políticas no “campo simbólico” protegido pelo poder do sentimento religioso. Desse modo, a “tomada para si” do poder simbólico cristão é uma das grandes estratégias de Salgado em sua ação política discursiva.

Podemos observar, ainda, que a ideologia e a política patriarcal, aos moldes de Salgado, de forma hegemônica, ainda não foram completamente superados na atualidade. Em função das relações de forças que ditam o desenvolvimento da história, o pensamento androcêntrico ainda está enraizado nas mentalidades e nas práticas sociais da atualidade. Por isso, consideramos que a “equivalência” dos gêneros não resulta na simples “tomada de consciência” dos sujeitos históricos, pois a distinção entre os gêneros reside nas estruturas históricas que determinam as representações e práticas sociais como um todo.

¹⁹ No centro do pensamento sociopolítico de Plínio Salgado, está o “Homem Integral”, que alicerça a Doutrina do Integralismo brasileiro. Pensamento que valoriza o homem voltado aos princípios integradores da religião e que condena as concepções que acredita serem “mutiladoras” do homem, como o individualismo, o coletivismo e o estatismo (que provinham de fontes filosóficas como Hobbes, Rousseau, Comte, entre outros). Segundo Salgado, estas concepções que orientavam a ação do Estado estariam formando homens monstros e contra elas se posicionou (SALGADO, 1955, p. 15, v. 10).

Enfim, tomando algumas das contribuições de Pierre Bourdieu, refletimos que as produções e efeitos de sentidos do discurso de Salgado revelam-se aspectos centrais na análise discursiva que nos propomos e buscaremos ampliar em nossas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 20 ed; Edições Loyola: São Paulo, 2010.

CAVALARI, Rosa Maria Feitero. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). São Paulo: EDUSC, 1999.

GERTZ, René E. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

IRSCHLINGER, Fausto A. **Perigo verde**: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938). Passo Fundo: UPF, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

SALGADO, Plínio. **A mulher no século XX**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1946.

SALGADO, Plínio. **Obras Completas**: Volume VIII. São Paulo: Editora das Américas, 1955.

SALGADO, Plínio. **São Judas Tadeu e São Simão Cananita**. São Paulo: Voz do Oeste, 1982.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30**. In: FAUSTO, Boris (Dir.). HGCB. Vol. III, Difel, 1983.

SITES

CALIL, Gilberto. <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/locus/article/viewFile/979/831> acessado em 29/05/2011.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/2010/Historia/teses/8ditzel_tese.pdf acessado em 29/05/2011.

FREIRE, Maria Martha de Luna. <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15s0/08.pdf> acessado em 29/05/2011.

MARIANO, Silvia Aparecida. <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/8369/7702> acessado em 29/05/2011.

MOREIRA, Moacyr Godoy. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-03122007-101917/pt-br.php> acessado em 29/05/2011.

ROCHA, Olívia Candeia Lima. http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/O/Olivia_Candeia_Lima_Rocha_33.pdf acessado em 29/05/2011.

“ENTRE A PENA E A ESPADA”: A QUESTÃO DA IDENTIDADE NACIONAL EM “UM RIO IMITA O RENO”, DE VIANNA MOOG

Vladimir José de Medeiros¹

Clodomir Vianna Moog nasceu na cidade de São Leopoldo, no dia 28 de outubro de 1906. Era filho de Marcos Moog, funcionário público federal, e de Maria da Glória Viana, professora de escola pública. Iniciou sua vida estudantil na escola dirigida por sua mãe e depois foi aluno no Colégio Elementar Visconde de São Leopoldo. Mais tarde, em 1918, mudou-se para Porto Alegre, onde frequentou o Colégio Júlio de Castilhos.

Em 1924, Vianna Moog seguiu para o Rio de Janeiro, onde aspirava ingressar na Escola Militar do Realengo. Neste ano, a escola suspendeu a seleção de cadetes, o que forçou Moog a retornar ao Rio Grande do Sul, onde, em 1925, iniciou estudos na Faculdade de Direito de Porto Alegre.

No ano seguinte, fez concurso para agente fiscal de imposto de consumo, o que lhe garantiu 2 anos de trabalho em Santa Cruz do Sul e um em Rio Grande. Em 1930, finalmente concluiu o curso de Direito, o que lhe agregou a promoção para Guarda – fiscal interino da repressão ao contrabando na fronteira.

Ainda em 1930, ingressou na campanha política da Aliança Liberal. Suas concepções políticas democráticas ficaram latentes dois anos depois, quando participou da Revolta Constitucionalista de 1932. Este fato levou-lhe à prisão no Amazonas. De lá, foi enviado para o Piauí e novamente para Manaus, de onde, em 1934, recebeu anistia, dando condições ao seu retorno ao Rio Grande do Sul.

¹ Graduado em história pela UNIPAR – Universidade Paranaense, Campus Cascavel (2003), Mestre em História Regional pela UPF – Universidade de Passo Fundo (2007), professor assistente das cadeiras de Introdução aos Estudos Históricos e História do Brasil I e II na UNIPAR - Universidade Paranaense, Campus Cascavel. Email: vladimedeiros@unipar.br.

Foi no seu retorno ao estado natal que iniciou as carreiras de jornalista e literato. De princípio, escrevia para a Folha da Tarde, de Porto Alegre, jornal do qual se tornaria diretor. Sua produção literária foi marcada pela escrita de biografias (*Eça de Queiroz e o século XIX*, 1938 e *Em busca de Lincoln*, em 1968), ensaios (*O ciclo do ouro negro*, em 1936, *Novas cartas persas*, em 1937, *Heróis da decadência*, em 1939, *Uma interpretação da literatura brasileira*, em 1942, *Nós, os publicanos e Mensagem de uma geração*, ambos em 1946, *Bandeirantes e pioneiros*, em 1954, *A ONU e os grandes problemas*, em 1965) e romances (*Um rio imita o Reno*, em 1939, *Uma jangada para Ulisses*, em 1959, *Tóia*, em 1962).

Em 1945, ocorreu o reconhecimento pelo seu trabalho literário: a eleição para a Academia Brasileira de Letras. Vianna Moog passou então a ocupar a cadeira de Alcides Maya. No ano seguinte, transferiu-se para os Estados Unidos da América, para trabalhar na Delegacia do Tesouro de Nova Iorque. Foi também, neste ano, nomeado representante brasileiro na Comissão de Questões Sociais da ONU e, posteriormente, para a Comissão de Ação Social da Organização dos Estados Americanos (OEA), o que o enviou para o México, onde residiu por 10 anos.

Após isso, retornou ao Brasil, instalando-se no Rio de Janeiro. Residiu aí até o ano de 1988, quando faleceu, em 15 de janeiro, aos 81 anos, vítima de parada cardíaca após uma intervenção cirúrgica.

Como mostra sua biografia, Vianna Moog foi um homem bastante ativo intelectualmente. Seu engajamento político e suas atribuições profissionais fundamentaram e influenciaram boa parte de suas obras. No texto proposto em estudo, *Um rio imita o Reno*, esta perspectiva é latente, principalmente se tomarmos por base o contexto histórico no qual a obra foi escrita.

UM RIO IMITA O RENO

Um *Rio imita o Reno*, publicado em 1939, foi uma das obras mais importantes publicadas nesse ano, tendo ganhado o prêmio Graça Aranha de literatura. A história refere-se a um amor contrariado, praticamente impossível, por conta do preconceito racial de cunho germânico, elemento caracterizado desde o título do livro. No que tange à conjuntura dos acontecimentos, pode-se observar a apresentação de um panorama no qual se evidencia a difícil

integração entre descendentes de alemães e pessoas de outras etnias e culturas na fictícia cidade de “Blumental”, localizada no Rio Grande do Sul, mais especificamente na região do Vale dos Sinos.

Temporalmente, o livro divide-se em quatro partes, relacionadas às estações do ano: Verão, Outono, Inverno e Primavera. Na primeira parte, que engloba os capítulos de 1 ao 8, o texto narra a chegada do engenheiro amazonense Geraldo Torres a Blumental. Ele foi contratado para a construção de uma hidráulica, que seria responsável por trazer água potável à população.

Nessa chegada à cidade, onde tudo era estranho aos olhos de Geraldo, a amizade com Armando Seixas foi fundamental para sua adaptação. Outro fator fundamental para esse processo foi o despertar de sua paixão por Lore Wolff, que se deu no momento em que Raul Machado, um violinista nacionalmente conhecido, e sua esposa são convidados para uma visita à casa dos Wolff, e levam junto o engenheiro. Ali, os olhares de Lore e Geraldo se cruzaram pela primeira vez. Após Geraldo ter ido a um concerto realizado por Raul Machado e Lore (ao piano), na volta para a casa, Geraldo e Lore ficam para trás; ele toma a iniciativa de pegar na sua mão, e não há resistência por parte dela, iniciando o namoro dos dois.

Ainda nessa primeira parte, há um tumulto envolvendo Geraldo e a população de Blumental: os frequentadores do clube, na maioria germânicos, sentem-se ultrajados quando ele reclama do barulho do jogo, que atrapalhava o concerto de Lore e Raul, e pedem que ele se retire, alegando que ele não poderia ficar por não ser sócio.

Após esse episódio, ocorrido à tarde, há um encontro no bar da cidade, em que Geraldo e o promotor entram em uma discussão acerca do separatismo gaúcho. Geraldo não entende o porquê de desejarem essa separação, já que tudo, para ele, homem viajado, era Brasil, e a discussão envereda para o campo das raças. Além disso, a elite alemã da cidade, economicamente representada na figura de Karl Wolff, não compreendia e muito menos se interessava pelas questões nacionais. A observação do Brasil, como uma nação única, escapava-lhe ao entendimento. Deve-se ressaltar, ainda, a visualização tendenciosa da história do país, considerando que a contribuição germânica fora fundamental para tal formação, diminuindo outras etnias e culturas.

Na volta para seu hotel, Geraldo relembra sua ascendência nordestina/indígena e sente-se covarde por não ter defendido seu povo, por não ter conseguido argumentar a favor da mistura de raças que forma os brasileiros.

Na segunda parte (Outono, entre os capítulos 9 e 15), o livro enfoca acontecimentos do cotidiano. Em destaque, a vida de Lore e a relação que ela e sua família estabelecem com Geraldo Torres. O namoro às escondidas, inaceitável para Frau Marta, mãe de Lore e Karl Wolff. Seu irmão ainda aceitava a convivência com o estranho, mas não aceita a relação de sua irmã com ele, pois isso “misturava a raça”. O preconceito de Karl fica evidente: quando ele vê seu filho brincando na rua com crianças de etnia diferente (afrodescendentes), obriga-o a entrar e bate nele, pois é contra a mestiçagem. Ele aguarda por informações de uma Alemanha pura (Arianismo) e interessa-se apenas por assuntos relacionados aos acontecimentos da 2ª Guerra Mundial.

Lore sabe do preconceito da mãe, e teme que ela faça muitas perguntas sobre com quem ela dançou no baile, por exemplo, antecipando as dificuldades que teria que enfrentar para viver seu amor com Geraldo. Apesar disso, fica clara a postura de Lore, que estava disposta a lutar pelo seu amor. Ela só pode desabafar com sua amiga e confidente, Alzirinha, noiva de Hans Fischer.

Então, em uma conversa entre mãe e filha, Frau Marta diz que não suporta a ideia de imaginar a filha casada com alguém de raça inferior. Lore responde, com menosprezo, que sua família era de origem nobre. A mãe rebate, afirmando que não tinham sangue nobre, mas que deviam se orgulhar da raça pura de que descendiam (mesmo ela sendo brasileira de nascimento, casada com um filho de alemães). Completou dizendo que não importava onde haviam nascido, mas sim o sangue que corria nas veias, e, desta forma, qualquer pessoa que não fosse ariana seria tida como negra (entendida como raça inferior).

Isso tudo ocorre, pois Frau Marta ficou sabendo (por se tratar de uma cidade pequena) do namoro de Geraldo e Lore. A matriarca Wolff encerra a conversa, dizendo que não haveria razões para se preocupar, pois bons partidos não faltariam para a filha e ela não gostaria mais de ouvir qualquer coisa relacionada à filha e ao “negro”. Lore ainda a enfrenta, dizendo que se não pode se encontrar com ele, prefere não sair de casa.

Karl intromete-se no assunto; posiciona-se ao lado da mãe, ironizando o gosto da irmã, não entendendo por que ela pretende se casar com um índio selvagem, que poderia morrer na primeira gripe. Lore defende Geraldo, lembrando uma partida de tênis entre Karl e Geraldo, da qual o amazonense saiu vitorioso. O irmão responde que isso só ocorreu por ele estar fora de treino. Sua esposa, tentando defender a cunhada, afirmou que o amazonense era um bom tenista e que até chegou a aplaudi-lo, e foi silenciada por um grito, que encerrou o assunto. Nesse ponto, Frau Marta percebeu quão séria era a situação, vendo a necessidade de vigiar todos os passos da filha.

No Inverno, a terceira parte do livro, que engloba os capítulos 16 a 20, constitui-se um período de angústia para o protagonista. Armando, amigo de Geraldo, decide ir embora de Blumental, mas o engenheiro decide ficar. Nesse mesmo dia, Geraldo recebe um telegrama ordenando a suspensão das obras da hidráulica. Os trabalhadores deveriam ser dispensados e ele deveria retornar imediatamente ao Rio de Janeiro. Irritado, o engenheiro sabia que tudo aquilo era obra do prefeito e de Karl Wolff. A questão era simples: afastar Geraldo da cidade e, mais especificamente, de Lore.

O engenheiro não conseguia parar de pensar em sua amada e em como vingar-se dos alemães que o queriam longe dela, mas não via meio de evitar o que o poder mandava. Por fim, teve que arrumar suas malas e partir. Na viagem de trem, foi recapitulando toda a sua vida: o Amazonas, a chegada ao sul, o amor por Lore.

O texto muda de eixo a partir disso, e passa a abordar a casa de Lore. Doutor Stahl entra no quarto da moça, que ardia em febre. Sabendo do real motivo da enfermidade de Lore (a partida de Geraldo), o médico pensa na insanidade do ato de mandarem o engenheiro embora. Nesse momento, chega a Blumental o primo de Lore, Otto. Recém-chegado da Alemanha, ele era o pretendente predileto de Frau Marta para o casamento com a filha. A casa dos Wolff fica em um clima de tensão, pois queriam que o primo encontrasse Lore em boas condições de saúde, e não doente, delirando de febre.

Karl Wolff, por sua vez, imaginava que o primo viria com excelentes notícias e até missões do governo alemão para eles, ali em Blumental, já que a viagem do primo, eles sabiam, estava sendo feita em caráter quase confiden-

cial. Otto chega e, após se acomodar na casa dos parentes, começa a conversar sobre política. Karl admira-se com a postura humilde do primo, que não chegou se vangloriando acerca de suas relações com os políticos nazistas.

Esperava-se isso de Otto, pois este era médico (classe bastante favorecida com a ascensão do Nazismo) e envolvido com questões políticas. Ao dizer que não era mais membro do partido Nacional-socialista alemão, o visitante causou grande incômodo na família, que quis explicações. Otto comenta que não imagina onde irá parar a Alemanha na mão “daqueles loucos”. Ainda sem compreender o que ele está afirmando, pedem que o primo não se esqueça dos grandes feitos do partido nazista em prol da reconstrução da Alemanha.

Nesse ponto, Otto conta aos familiares a real situação do país, mergulhado em um regime de medo, controlado com base na censura, no racionamento de alimentação e na propaganda política alienadora. Fala também dos campos de concentração, das perseguições e dos assassinatos. Nessa altura da obra, ocorre a grande revelação da trama: Otto afirma que haviam descoberto, na Alemanha, que o bisavô dele e de Karl tinha descendência judaica.

Com isso, identifica-se a razão que levou Otto a retornar ao Brasil: não o expulsaram da Alemanha, mas, por conta de tal descoberta em relação ao passado da família, sua vida se tornou insustentável, e somente por esse motivo havia voltado para Blumental. A verdade representou um duro golpe para Frau Marta, “algo se tinha desmoronado dentro dela”. Essa parte do livro se encerra com a notícia de que a febre de Lore começava a ceder.

Chega então a última parte do livro (Primavera, que abrange os capítulos 21 a 24). Lore apresenta-se completamente recuperada de sua enfermidade. Frau Marta ainda não havia conseguido se refazer do duro golpe que as notícias de Otto geraram. Lore aproxima-se ainda mais de sua confidente Alzirinha, e, mesmo tendo afirmado que Geraldo já era parte do passado, pensou seriamente na proposta de sua amiga, que se ofereceu para escrever para Geraldo mandando notícias dela, e decidiu que ela mesma, Lore, iria fazê-lo.

Novo corte na trama, transportando o eixo para o Rio de Janeiro. Geraldo recebeu uma carta de Armando, que o informou de todos os acontecimentos de Blumental: a doença e a recuperação de Lore, a insatisfação da população pela suspensão das importantes obras da hidráulica. Ao dirigir-se

para o hall do hotel, Geraldo encontra-se com o amigo, que já havia dito que chegaria ao Rio de Janeiro.

Armando diz a Geraldo que agora, por conta de todos os problemas em relação à hidráulica, ele é bem-visto em Blumental, já que a “alemoada”, após descobrir que a suspensão das obras e a partida do engenheiro tinham sido resultado de armação do prefeito e dos Wolff, passaram a apoiá-lo. O amigo do amazonense dá mais notícias da colônia alemã, além de descrever os dias que tem passado no Rio.

Armando muda de assunto, e aconselha o amigo a ir para Blumental, no intuito de buscar Lore, pois via-se que ele ainda a amava, e que deveria levá-la para o Mato Grosso, seu próximo destino. A decisão de Geraldo fica em suspenso, pois sua participação no livro acaba com ele olhando para o mar, refletindo, pensando em como seria bom se nada daquilo tivesse acontecido.

A história retorna, em seus momentos finais, para a casa de Lore. Ela ainda não esquecera Geraldo, pois se pega olhando pela janela, onde vê o vulto de um homem que, de relance, parece ser seu amado. Mesmo depois de perceber que a imagem não passava de uma ilusão, não perde as esperanças de que ele um dia voltará. Lore vê seu sobrinho, Paulinho, brincando na rua com outras crianças: “No meio das cabeças negras e morenas havia agora uma loira. Reconheceu o sobrinho. Paulinho pulava e ria no meio dos moleques, dos mulatinhos do Cardoso e dos pequenos da vizinhança” (MOOG, 1957, p. 259-260).

Frau Marta, ao ver o neto brincando com tais crianças, teve que conter o impulso de buscar o Paulinho, mas acabou entendendo que o melhor era deixá-lo brincar. Mesmo assim, não conteve o pranto. Lore entendeu o sofrimento da mãe, que ainda sentia as mazelas de ter visto suas crenças políticas e raciais destroçadas. Ela então abriu as janelas. Seu sobrinho entrou correndo, gritando feliz para avisar a avó que o sol aparecera, e com isso o livro termina.

A CONJUNTURA HISTÓRICA E A ANÁLISE INTEGRADA DA OBRA

Deve-se considerar, a princípio, que a obra *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog, está totalmente inserida no contexto político e social do Brasil no final da

década de 1930. Além disso, o próprio posicionamento do autor fica evidente, com uma plena crítica à formação cultural excludente e ao sistema político vigente. Por mais que o livro seja uma peça de ficção, as tensões ali contidas eram bastante reais no país comandado com mão de ferro por Getúlio Vargas.

O livro foi publicado em 1939, um ano depois da efetivação do golpe que deu origem ao Estado Novo. Nessa nova faceta de sua política, Vargas estabelecia-se como verdadeiro ditador, aniquilando a oposição e tomando pleno controle do país. O então presidente fez tudo isso com base na ideia de defesa dos interesses nacionais.

Desde quando Vargas assumiu a Presidência, graças à Revolução de 1930, seu intento político esteve direcionado à centralização e ao autoritarismo. É lógico que tal intenção foi ativa logo a partir de sua chegada ao poder, por conta da conjuntura na qual estava inserida a política nacional. A Revolução havia descartado a ordem constitucional, o que dava plenas condições de mando ao presidente. Além disso, o apoio das forças armadas era imprescindível para este propósito.

[...] o movimento revolucionário ganhava fôlego para ser deflagrado em 3 de outubro [...]. A revolução foi desencadeada simultaneamente em Porto Alegre, onde a adesão do Exército foi quase imediata, em Belo Horizonte e no Nordeste. [...]. Em poucos dias a revolução era vitoriosa em quase todo o país com a adesão de grande parte da população, de militares e das polícias estaduais. Vargas [...] assumiu o comando das tropas revolucionárias e passou a responder oficialmente pelo movimento. [...], o Presidente Washington Luís renunciou à presidência em 24 de outubro [...]. Vargas foi reconhecido então como chefe de um governo provisório e a 3 de novembro de 1930 assumia a Presidência.

[...] Uma vez na Presidência, as atitudes foram se adaptando. Havia, antes de tudo, que domesticar os opositores e impedir a reação dos derrotados. Declarando morta a Constituição [...] de 1891, uma das primeiras iniciativas do novo governo foi o fechamento do Congresso Nacional e das assembléias estaduais e municipais e a deposição de todos os governadores de estado, com exceção do de Minas Gerais. [...]. (D'ARAÚJO, M. C, 1997, p. 19-20).

Entre 1930 e 1934, Vargas governou sem uma Constituição. Esse fato dava plenas condições de ação ao Presidente em sua empreitada de desarticulação da oposição e, principalmente, de construção de sua imagem populista. Deve-se ressaltar que a Revolução Constitucionalista de 1932 foi fundamental para que um novo conjunto legal fosse instituído, mesmo contra a vontade de Getúlio.

Entre os que não apoiavam as diretrizes centralizadoras de Getúlio estava a oligarquia paulista, a mais poderosa do país. Em 9 de julho de 1932, essa oligarquia, surpreendendo o governo, iniciou uma guerra civil para exigir que o país tivesse eleições e uma constituição. Vargas reagiu imediatamente e, com o apoio da maior parte do Exército, impediu a adesão de outros estados, isolou São Paulo e o derrotou em poucos meses. (D'ARAÚJO, M. C., 1997, p. 23-24).

Por mais que a elite cafeicultora paulista tenha sido derrotada no episódio da Revolução de 1932, não se pode descartar sua relevância: ela evidenciou a falta do princípio constitucional, norte para toda e qualquer ação de um governo organizado. Por conta disso, Vargas não pôde se furtar da responsabilidade de entregar uma nova Constituição ao país e de convocar eleições. Estes dois elementos foram anunciados em 1934.

Mesmo com a redemocratização a caminho, graças à formação de uma nova Carta Magna, Vargas não havia desistido de suas aspirações ditatoriais. A Constituição de 1934 era vista pelo Presidente como um entrave, algo que atrapalharia o pleno desenvolvimento de sua visão de política.

Getúlio, como muitos estadistas de seu tempo, não tinha apreço pela competição política, pelas instituições democráticas. Preferia arranjos autoritários, em que o controle estivesse em suas mãos. Temia, portanto, que a nova Carta diminuísse seus poderes de presidente. (D'ARAÚJO, M. C., 1997, p. 24).

Mesmo a contragosto, Getúlio aceitou a nova Constituição e convocou eleições para 1938. Esses quatro anos de governo (entre 1934 e 1938) seriam necessários, segundo o próprio caudilho, para “solidificar a ordem política nacional”. De fato, Vargas apenas ganhava tempo para voltar a controlar autoritariamente o país.

Nesse contexto de abertura política, duas ideologias políticas extremas afloram no Brasil: AIB (Ação Integralista Brasileira) e ANL (Aliança Nacional Libertadora). Estes dois partidos representavam, respectivamente, a extrema direita e a extrema esquerda do país.

A AIB, liderada por Plínio Salgado, foi extremamente útil para os propósitos presidenciais. Ela foi fundamental para o enfraquecimento da esquerda no Brasil. Vargas, engessado pela Constituição, fortaleceu a direita para que esta pudesse contribuir no seu plano de esvaziamento da esquerda. As expectativas de Vargas confirmaram-se em 1935, com a Intentona Comunista.

O ex-tenente Prestes fora indicado, em 1934, presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora, [...]. Seu programa era simples porém radical, ao defender o cancelamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras, a garantia das liberdades individuais e a reforma agrária.

O quadro político-institucional, porém, agravou-se com a insurreição comunista de 1935, que a ordem estabelecida denominou de “Intentona”. Em julho de 1935, Getúlio Vargas dissolveu a Aliança [...], que já contava com 1.600 núcleos em todo o território [...]. Com o fechamento, seus membros foram perseguidos e tiveram de agir, a partir de então, na ilegalidade ou no exílio. (LOPES; MOTA, 2008, p. 682).

Depois da Intentona Comunista, Vargas ganhou um ótimo pretexto para não mais seguir a Constituição de 1934. Nesses momentos de fechamento e autoritarismo, Vargas ampliava seu poder, caçando de maneira firme seus opositores. Nunca o Brasil tinha visto em suas prisões tantos prisioneiros políticos como naquele período. Professores, políticos, operários. Presos advinham de todas as classes e locais do Brasil por supostamente “atentar contra a ordem política vigente”, ou seja, incitando o comunismo.

A partir daquele momento, o governo perseguiu e reprimiu todas as forças de oposição. A versão corrente era a de que oficiais haviam sido barbaramente assassinados pelos comunistas. Militares revoltosos, operários, comunistas e socialistas foram então presos e torturados.

[...] A partir do levante comunista, o alto comando das Forças Armadas deu apoio irrestrito a Getúlio Vargas. O governo pende para a direita.

[...] O Governo endurece, promulgando a Lei de Segurança Nacional, [...], e cria-se o Tribunal de Segurança que, de 1936 a 1945, persegue, vigia e condena não só os dissidentes, mas também uma ampla gama de esquerdistas. (LOPES; MOTA, 2008, p. 675-676).

Em nome da proteção ao Brasil, foram realizados arranjos políticos de diversas naturezas. De outro lado, toda a oposição foi desmantelada, principalmente com o cancelamento das eleições de 1938. Este processo culminou no dia 10/11/1937. Vargas foi à imprensa e declarou que o país possuía, a partir daquele momento, uma nova constituição. Além disso, o Congresso fora novamente fechado, fazendo do presidente o líder absoluto da nação.

Nesse contexto de dura repressão e ausência de parâmetros republicanos democráticos, o Estado se esforçava para agregar ao país uma “identidade nacional”. A consolidação do poder varguista não se daria apenas pela violência com a qual lidava com seus opositores, mas também com uma construção ideológica e forçada daquilo que seria, no entendimento e vontade do governo, o “povo brasileiro”.

A partir disso, o que se observou foi um “cabo de guerra” intelectual no Brasil. De um lado, teóricos e intelectuais simpatizantes da esquerda, que haviam escapado à caçada promovida pelo regime de Vargas, desenvolviam duras críticas às teorias “raciais” segregantes amplamente difundidas pela direita e extrema direita mundial. De outro, os integralistas (representação nacional do pensamento nazi-fascista), esforçavam-se para constituir estudos a partir de suas concepções para buscar a tal “identidade nacional”.

Para além da repressão, [...], Gustavo Capanema, ministro de Educação e Saúde, polarizou durante dez anos uma constelação excepcional de intelectuais e artistas, dando novo sentido à problemática da identidade nacional. Afinal, tínhamos uma República, a fisionomia – a tão procurada “identidade” – de um povo estava sendo descoberta, discutida, polemizada, inspecionada nas obras de Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Manuel Bonfim, Afonso Arinos, Fernando Azevedo, na ação indigenista de Rondon, e assim por diante. Faltava agora dar um sentido a tudo isso.

[...] Gilberto Freyre e Artur Ramos lideraram um manifesto antinazista, contra as teorias “raciais” dos integralistas.

[...]. Os integralistas também se empenhavam nessa busca de uma identidade nacional. (LOPES; MOTA, 2008, p. 682).

Daí em diante, deve-se considerar que o Estado Novo fomentou ao máximo as questões nacionais, tendo como principal objetivo a propaganda governamental. Assim, as noções de cultura nacional e identidade nacional eram importantes para o Presidente, pois agregavam uma ideia de unidade, para o êxito da qual Vargas era o grande responsável.

Com um forte aparelho repressivo e de censura, instituído a partir do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), Getúlio manipulava as informações que chegavam até a população com um único intento: fortalecer sua imagem de político paternalista. Nesse sentido, intelectuais como Vianna Moog fizeram uso da literatura para escapar dessa conjuntura, tentando mostrar as incoerências do discurso de coesão nacional.

Onde estaria? [...]. Na praça, ranchos loiros de moças passavam aos pares; no quiosque, ao redor das mesas, sob os plátanos, rapazes cobertos de bonés universitários, bebiam descansadamente o seu chope. Pareciam sentir-se ali tão à vontade, como se estivessem num bar de Heidelberg ou de Munique. [...]. Blumental dava-lhe a impressão de uma cidade do Reno extraviada em terra americana. Desde o gótico da igreja, até a dura austeridade das fachadas, tudo nela, à exceção do jardim, era grave, rígido, tedesco.”

[...] Os sinos plangeram [...]. Onomatopéia da melancolia. Como se estivesse ouvindo novamente o prelúdio do piano, um tumulto, uma angústia interior agarrava-lhe as entranhas. Geraldo teve vontade de chorar. Sentia saudades do Brasil. (MOOG, 1957, p. 28).

A “saudade” que Geraldo sentia do “Brasil” tem um sentido bastante significativo. As diferenças geográficas, climáticas e populacionais de Norte e Sul do Brasil são consequência de sua vasta extensão territorial. Ao mesmo tempo, levando em consideração as perspectivas teóricas construídas na década de 1930 acerca da identidade nacional, tomando por base a questão étnica, Geraldo entende-se como um “estranho”, como um forasteiro, que em nada se assemelha àquele lugar.

A representação literária que Moog constrói dá indícios contundentes acerca do imaginário popular brasileiro durante o período do governo Vargas.

Levando em consideração a efervescência teórica sobre o tema e as rupturas e continuidades no que tange à miscigenação do povo brasileiro, fica evidente a dificuldade existente para caracterizar de maneira uniforme o estereótipo de “brasileiro”. Essa dicotomia foi, sem sombra de dúvidas, um empecilho para a construção da tão sonhada identidade nacional.

Partindo de Eagleton² para compreender a necessidade da criação desse “padrão” de brasileiro, podemos afirmar que o Estado impõe uma determinada manifestação cultural à sociedade, na intenção de que seja essa manifestação compreendida como legítima. “O Estado encarna a cultura, a qual, por sua vez, corporifica nossa humanidade comum” (EAGLETON, 2005, p. 17). Dessa forma, levando em conta tal concepção, o Estado usa a cultura como algo que deveria representar nossas semelhanças enquanto grupo social (no caso de Vargas, a nação brasileira e o próprio brasileiro).

Para compreendermos mais profundamente essa trama, faz-se necessária a observação de alguns elementos do debate teórico acerca da Pós-modernidade e da História Cultural. Ela é indispensável para uma análise mais profunda e substancial da fonte literária em questão.

Deve-se considerar que, ao se trabalhar um tema na área da cultura, como a ideia de identidade nacional, temos dois fios condutores conceituais básicos: o Moderno e o Pós-moderno. Para o primeiro, as concepções de cultura e civilização desenvolvem-se em um sentido hierarquizante, como no Nacionalismo e no Colonialismo do século XIX. Para o segundo, as concepções de cultura e civilização partem da subjetividade humana, pluralismo e multiculturalismo.

Para a proposta deste estudo, baseado na literatura, a subjetividade do pensamento Pós-moderno mostra-se mais condizente. A manifestação artística das letras é carregada de sentido e mostra um determinado contexto e conjuntura histórica a partir dos olhos de um observador que tem valores e conceitos pessoais bastante sólidos. Vianna Moog é exemplo disso, ao ser

² Eagleton discute os conceitos de cultura e civilização a partir do debate entre Modernidade e Pós-modernidade na obra *A Idéia de Cultura*. É importante destacar que, para o autor, não existe “ponto Pacífico” nesse debate, pois ainda não se tem solidez na consolidação do Pós-moderno e o Moderno, em muitos elementos (na discussão da cultura), se mostra ultrapassado.

abertamente inimigo do sistema desenvolvido por Getúlio, tendo, como dito anteriormente, lutado contra ele em 1932.

Sendo assim, só com uma observação que foge aos padrões conceituais lógicos, dados, prontos e acabados, é possível pensar nessa temática. O que Vianna Moog nos mostra, indiretamente, é que o povo brasileiro não pode ser compreendido a partir de um modelo científico Moderno, que rotula e conceitua de maneira fechada, buscando a tão famigerada “verdade”. É a partir disso que o discurso pós-moderno ganha sentido, pois vem para romper as amarras dessa cientificidade comprometida com a busca insana do “fato real”.

A pós-modernidade “desconstrói, deslegitima, deslembra, desmemoriza” o discurso da “Razão que governa o mundo”. O conhecimento histórico pós-estruturalista aborda um mundo humano parcial, limitado, descentrado, em migalhas. Aparece um olhar em migalhas, assistemático, antiestrutural, antiglobal, curioso de fatos e indivíduos. [...]. A verdade universal se pulverizou em análises pessoais. Não se busca mais o absoluto e não se quer mais produzir uma obra de valor universal. O conhecimento histórico é múltiplo e não definitivo: são interpretações de interpretações. [...]. O ser é diferença constante, isto é, temporal e inessencial, e aparece em linguagens múltiplas. Sem pronunciar o ser, as linguagens múltiplas o constituem transitório e diferente [...]. (DESCOMBES; LYOTARD apud REIS, 2003, p. 73).

A pós-modernidade foi amplamente criticada pelos historiadores nos anos de 1990 e início dos anos 2000, justamente por não oferecer bases sólidas ou acabadas para a pesquisa historiográfica. De fato, esta perspectiva liga-se diretamente com a ideia de cientificidade que sempre (desde o momento em que a história foi colocada no patamar de ciência no século XIX) foi amplamente debatida. O fato é que essa busca constante pela cientificidade da produção histórica fez com que houvesse o afastamento de tudo aquilo que pudesse ser visto como metafísico ou irracional.

O estruturalismo também visa produzir uma inteligibilidade ampliada da história. O mundo imediato é visto como ilusório e falso. Sua verdade é oculta. Mas, “teoria da suspeita”, é ainda um esforço de buscar a verdade histórica, o que o coloca como uma manifestação da ingenuidade iluminista. Os estruturalismos querem dar conta de tudo o que escapa ao homem, para levá-lo à

lucidez. Ele seria ainda uma forma de pensamento absoluto, que leva ao dogmatismo. (REIS, 2003, p. 72).

A pós-modernidade, ao romper com o cientificismo e o racionalismo moderno, instaura um novo paradigma calcado nas artes. [...] na pós-modernidade, o conhecimento histórico, a escrita da história mudam de estatuto. Podemos, enfim, livrar-nos da exigência da cientificidade, entendida como produção de um conhecimento capaz de apreender a verdade única do passado, das leis eternas e imutáveis, das organizações estruturais, sistêmicas, o que já foi feito inclusive pelas chamadas ciências da natureza. Podemos voltar a enfatizar a dimensão artística de nosso conhecimento e da nossa prática. Tomar a História como arte de inventar o passado, a partir dos materiais dispersos deixados por ele. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 63-64).

Além da Pós-modernidade, a História Cultural é fundamental para esse estudo. Segundo Lynn Hunt³ e Francisco Falcon,⁴ aqueles que se aventuram nessa vertente têm três grandes áreas afins como “companheiras”: Sociologia, Antropologia e Teoria Literária. Aqui nos importa a terceira.

O medo de perder a cientificidade na aproximação com as artes fez o historiador afastar-se de elementos que poderiam contribuir e muito para o estudo do subjetivo, das descontinuidades e rupturas humanas. A produção do conhecimento histórico tem compromisso com o passado, mas não no sentido de encará-lo de “cara feia”, em aspecto de julgamento. Olhar o passado com a vontade de descortinar uma conjuntura que pode ser vista por todos hoje, para que cada um tenha a possibilidade de criar suas próprias concepções sobre ele. O exemplo mais notório desse afastamento é a relação entre História e Literatura. Atualmente, percebe-se um indício de reconciliação entre essas duas áreas, em que os historiadores ainda precisam livrar-se de certos ranços teóricos.

A relação entre História e Literatura é um dos temas mais recorrentemente debatidos, nos últimos anos, pelos historiadores. Desde que o estruturalismo e a chamada virada lingüística colocaram a linguagem e a narrativa no centro das discussões, no campo das

³ HUNT, Lynn. A nova história cultural. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

⁴ FALCON, Francisco. História Cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Ciências Sociais, os historiadores vêm se debatendo com o fato de que escrevem, de que utilizam a linguagem, de que narram e de que a narrativa é a forma através da qual constroem a própria noção de temporalidade e, portanto, articulam o próprio passado e seus eventos. [...], os historiadores se voltaram para pensar o estatuto de seu próprio saber, os limites e as fronteiras que deveriam ter seu discurso. [...]. A partir dos anos sessenta [...], começou a ser publicada uma grande quantidade de textos [...] cuja temática passa a ser a escrita da História, suas regras, suas particularidades e, notadamente, sua diferença em relação ao texto literário. [...]. Aos historiadores caberia a abordagem dos fatos e só aos escritores seria permitida a ficção. [...]. A História teria compromisso com a verdade, a Literatura poderia ser fruto da pura imaginação. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 43- 44).

A literatura, a partir da constatação de Albuquerque Júnior, era vista pelos historiadores como espaço ou local da inventividade, da ficção. Por conta disso, ela traria “armadilhas” aos historiadores que se aproximassem dela, na busca incansável pela “verdade”. Essa distância, aparentemente muito bem marcada para a História, de fato tem lá suas controvérsias, levando em consideração que ambas operam muito no nível na interpretação, da análise e na construção simbólica.

Tanto o discurso historiográfico quanto o discurso literário fazem parte daquilo a que Lacan chamou de simbólico e Deleuze e Guattari chamaram de linha de simulação, ou seja, aquela instância que afronta o real e procura dar-lhe forma, consistência, dotando-o de certa ordem, certa estabilidade, certa regularidade, dotando-o de significados. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 46).

Para desmistificar a aproximação entre história e literatura, é necessário partir da premissa que a literatura é permeada por uma coerência de significado, engendrado em seu contexto e, portanto, fruto dele. Como toda e qualquer fonte, precisa ser analisada com cautela, sem se deixar levar pela emoção que a arte visa promover. É fundamental a análise contextualizada da literatura para que ela possa revelar seu “significado”, que inúmeras vezes está posto de maneira implícita, indireta, nas chamadas “entrelinhas”.

Para tanto, a teoria literária torna-se ferramenta indispensável, como o “mapa que nos guia pelos tortuosos caminhos do texto”. A interpretação do texto torna-se possível quando é encarada como a reconstrução dele, quase

como sua reescrita. É dessa forma que se consegue separar e evidenciar “o que foi escrito” do que foi “escondido nas entrelinhas”. “A tensão entre a análise daquilo que um texto significa e de como ele funciona é a tensão inerente à própria linguagem” (HUNT, 2001, p. 20).

Na abordagem da história cultural, a analogia linguística e simbólica, bem como suas representações, são um problema do qual os historiadores não podem mais se furtar. A literatura, nesse sentido, deixa de ser apenas elemento estético e passa a representar realidades sociais, econômicas e políticas, bem como elementos das tensões humanas (em todas as estruturas) em um determinado espaço/tempo.

Sendo assim, como quer Francisco Falcon, os historiadores precisam superar a “ingênua idéia de imparcialidade do texto”. É preciso, segundo ele, aprofundar-se no entendimento e uso da narrativa e na análise do discurso. Tais necessidades dão-se a partir da concepção de que o texto é uma manifestação social e a narrativa é forma consciente de como esta se manifesta.

A partir dessas rápidas discussões, o intuito desse texto é observar a literatura como objeto de disseminação de discussões que eram mister no Brasil da década de 1930. O texto de Vianna Moog não era despretenso, visto seu engajamento político desde o início da referida década.

O fato de ter sido aliado de Vargas no início de sua vida pública, mas depois ter rompido com as concepções de Getúlio, fizeram com que Vianna conhecesse o Norte do país (prisão no Amazonas e no Piauí). Sendo de origem gaúcha, viveu na pele, mas de maneira inversa, a contradição exposta com a personagem Geraldo.

A cidade fictícia de Blumental, localizada no Vale dos Sinos, era bastante diferente do local de origem de Geraldo. Tais diferenças causaram estranhamento no engenheiro, que se sentia deslocado, desnorreado, tendo a impressão de ter chegado a outro país. Tudo ali lhe causava admiração: a arquitetura fazia lembrar a Europa, mas nem de perto se assemelhava ao estilo colonial português, que era característico de sua região.

A questão étnica ganhou proporção interessante em seu texto. A cidade de colonização predominantemente alemã agrega o debate político ao precon-

ceito racial. A identificação com o discurso nazista de “raça pura” e o afastamento destes (alemães) dos demais moradores da cidade de diferentes etnias torna-se o ponto alto do romance impossível entre Lore e Geraldo.

Sendo assim, *Um Rio imita o Reno* não pode ser visto apenas como um romance, como uma peça literária. Esta obra constitui uma fonte histórica riquíssima para a análise de questões fundamentais da história do Brasil em um de seus momentos mais contundentes: o governo Vargas. Além disso, pode-se afirmar, ainda, que ela é também demonstração da indignação de uma parte da intelectualidade brasileira com a manipulação estatal em relação à identidade nacional. Nem de longe, o Brasil (e o povo brasileiro) poderia ser visto como era veiculado pelo regime de Getúlio: unido, coeso e em franco processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998;

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história.** São Paulo: Edunesp, 1992.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade.** 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

D’ARAÚJO, M. C. **A era Vargas.** São Paulo: Moderna, 1997.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura.** São Paulo: UNESP, 2005.

FALCON, Francisco J. C. **História cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** 13. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LIMA, Luiz Costa. **História, ficção, literatura.** São Paulo: Cia das Letras, 2006.

LOPES, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil: Uma Interpretação.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008.

“Entre a Pena e a Espada”: A Questão da Identidade Nacional em
“Um Rio Imita o Reno”, de Vianna Moog

MARSON, Ana Maria R. **Vianna Moog, ensaísta e ficcionista:** Cotejo entre suas concepções e suas práticas narrativas. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

MOOG, Vianna. **Um Rio Imita o Reno.** 7. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1957.

REIS, José Carlos. **História e Teoria:** Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TURCHI, Maria Zaíra. **Literatura e antropologia do Imaginário.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

DIÁLOGOS SOBRE AS QUESTÕES DA REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NA PERSPECTIVA DA LITERATURA HAGIOGRÁFICA

SILVA, André Candido^{1**}

Levemos em consideração a evolução da pastoral católica e do sacramento da Confissão após o Concílio de Trento. Encontramos progressivamente a nudez das questões que os manuais de confissão da Idade Média formulavam e um grande número dessas que eram comuns no século XVII. [...] Com insistência a discrição é a mais recomendada. Uma maior reserva contra os pecados da pureza é necessária: esse assunto se parece com a borra que mancha e suja sempre, qualquer que seja a forma de falar dele, mesmo se é para jogá-lo longe.
Michel Foucault

A concepção das mulheres, principalmente sobre sua sexualidade, conceituada pela moral cristã como sagrada ou profana será encarada como fator determinante dos modelos de representação e identidade feminina na Idade Média; devido à grande imposição da Igreja, a sociedade manteve-se manipulada e restrita aos conceitos religiosos, presentes nas figuras distintas de Eva e Virgem Maria. Os maiores responsáveis por esses discursos sobre as mulheres faziam parte dos clérigos, os quais, utilizando-se do poder sobre o feminino, reclusos ao espaço privado, que se resumia aos mosteiros, idealizavam-nas por meio da dualidade de pecadoras ou santas.

A influência dessas instituições eclesásticas na sociedade medieval contribuiu para uma moral que definia os papéis sociais de gênero a partir dos discursos religiosos, surgindo, então, a figura da mulher comparada a Eva, responsável

^{1**} Graduado em História/Licenciatura pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e integrante do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade – LEGHI.

pelo pecado original, e à Virgem Maria, a santa e modelo do feminino a ser seguido, criando, assim, representações por meio desses arquétipos, que se relacionam entre o poder e o imaginário. Jacques Le Goff entende que o imaginário “pertence ao campo da representação mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito mas criadora, da poética no sentido etimológico da palavra” (LE GOFF, 1994, p. 12).

Seguindo essa perspectiva, o autor Roger Chartier afirma que o entendimento do mundo e da sociedade é construído por meio das representações da cultura social em relação com o coletivo. Segundo este autor, “as representações impostas pelo que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma” (CHARTIER, 1991, p. 183).

Entretanto, não restarão dúvidas de que o discurso eclesiástico terá sido fundamental na perpetuação de desigualdades e preconceitos associados ao gênero. Esses discursos reforçam essa teoria de diversidade de gênero em relação à diferença da criação dos corpos entre o masculino e o feminino, apresentando a inferioridade das mulheres em meio à sociedade patriarcal. Os autores Heinrich Kramer e James Sprenger abordam essa discussão:

A razão natural para isto é que ela é mais carnal que o homem, como fica claro pelas inúmeras abominações carnis que pratica. Deve-se notar que houve um defeito na fabricação da primeira mulher, pois ela foi formada por uma costela do peito de um homem, que é torta. Devido a esse defeito, ela é um animal imperfeito que se engana sempre. (KRAEMER; SPRENGER, 1991, p. 34).

Considerando que a representação das mulheres no período medieval pode-se articular com a categoria de gênero, sendo apresentadas como submissas e controladas pelo poder masculino, estabelece-se, assim, uma subjetividade nas práticas sociais, nas políticas culturais e nas diferenças entre os sexos. A autora Joan Scott (1995) afirma que:

Uma maneira de indicar “*construções sociais*” - a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p. 75).

A sexualidade feminina no medievo era considerada como um ato desviante no meio social, pois, para a Igreja, a mulher deveria permanecer pura, ou manter relações sexuais após o casamento, com a finalidade de procriação. As mulheres não tinham o direito ao prazer sexual, uma vez que a sociedade masculina era incumbida de não deixá-las ter orgasmo. De acordo com a afirmação de Dalarun, “O prazer é antes de mais, o prazer do homem” (DALARUN, 1993, p. 85).

A Idade Média, na perspectiva de Le Goff, compreende um período conhecido como “Idade das Trevas” e também a “Idade da Luz”; com isso, o autor fala sobre a “bela Idade Média”, criada por Lucien Febvre, que a apresenta como um período de perseguição pela Igreja Católica; assim, ressalta a conquista da cristandade no século XII, que vai ter continuidade até o século XIII, definindo territórios, estabelecendo o casamento como forma de instituição, para “repelir tudo que pudesse perturbá-la, tudo que pudesse pôr em perigo sua pureza” (LE GOFF, 2008, p. 62).

Ainda Dalarun nos apresenta um relato de Georges Duby, nos séculos XI e XII, a respeito do pensamento árabe sobre o comportamento da esposa: “O homem nunca tem mais do que uma esposa. Deve tomá-la como ela é fria no pagamento de *debitum*, e é-lhe proibido aquecê-la” (DALARUN, 1993, p. 85). Le Goff observa:

Na cama, a mulher deve ser passiva, o homem, ativo, mas moderadamente, sem arrebatamento. No século XII, apenas Abelardo (1079-1142), pensando talvez em sua Heloísa, chegará a dizer que a dominação masculina “termina no ato conjugal, em que homem e mulher detêm igual poder sobre o corpo do outro”. Mas, para a maior parte dos clérigos e dos leigos, o homem é um possuidor. “O marido é proprietário do corpo de sua mulher, ele tem direito de posse sobre ela”, resume Georges Duby. (LE GOFF, 2006, p. 42).

Le Goff acredita que a mulher sempre foi vista como ser inferior, definida pela sua sexualidade e criadora do pecado original, e o cristianismo pouco fez para mudar essa situação; ele sempre confiou e propagou que a mulher deveria estar limitada ao domínio masculino. Somente no século XII ocorreu uma mudança de direção na espiritualidade cristã, quando se instituiu o culto a Maria, “que passa a sublinhar a redenção da mulher pecadora por Maria, a

Nova Eva” (LE GOFF, 2005, p. 285), considerado por muitos uma maneira de promoção da mulher. Mesmo que a doutrina cristã tenha defendido esse conceito sobre as mulheres, Eva foi citada por muito tempo pela Igreja, principalmente a respeito do surgimento da humanidade e da criação de uma companheira para Adão,

Uma das reflexões mais interessantes, no meu modo de sentir, é a de Tomás de Aquino. Foi mais ou menos o que ele disse: Deus criou Eva a partir de uma costela de Adão, não criou a partir da cabeça, nem do pé; se a tivesse criado a partir da cabeça, isso significaria que via nela uma criatura superior a Adão; inversamente, se a tivesse criado a partir do pé, ela seria inferior. A costela é o meio do corpo e esse gesto estabelece a igualdade entre Adão e Eva segundo a vontade de Deus. (LE GOFF, 2008, p. 122).

Entre avanços e recuos no campo da história no período medieval, o século XIII foi um palco de grandes transformações na civilização ocidental, no qual a Igreja Católica encontrava-se todo-poderosa nos rigores de sua doutrina religiosa, iniciando a perseguição aos hereges, pecadores e demais populações considerados um perigo à instituição eclesiástica; dentre estes, as mulheres no espaço público, fora do considerado “ambiente natural”. Além da força que a Igreja estava adquirindo, as mudanças que esse período retrata encontram-se nas atividades agrícolas, no comércio, nas artes, no aparecimento da intelectualidade, no surgimento das universidades, consequentemente, no desenvolvimento e avanços da filosofia e literatura. Portanto,

Algumas reflexões preliminares são necessárias ao estudioso que busca fazer a análise historiográfica de qualquer fenômeno literário. É necessário que ele estabeleça os pontos de vista que tornam claro o conjunto de valores que expressam da melhor forma possível aquilo que passará para o cânone literário e que acaba sendo considerado literatura. (MEDEIROS, 2009, p. 61).

A partir dessa perspectiva, é necessário destacar a questão cultural na Idade Média, principalmente, tratando-se de documentos históricos que abordam fatores em relação à sociedade da época, na qual o desenvolvimento está em torno da burguesia, da sociedade patriarcal, das instituições eclesiásticas, dentre outros acontecimentos que vão oferecendo avanços e visibilidade à literatura.

Nesse contexto, acreditamos que, em relação à literatura medieval, além de tratar das abordagens do feminino empregadas pelos clérigos e pela sociedade na Idade Média, a hagiografia utilizada como fonte irá esclarecer que “as vidas de santos se tornaram um documento de excepcional riqueza para o conhecimento, principalmente da Idade Média, período de apogeu do gênero, e o valor historiográfico do texto hagiográfico não é mais discutido” (PEREIRA, 2007, p. 165). A autora relata

Questões importantes sobre os meios culturais e sociais, as classes, a família, a educação, as comunidades, os hábitos sociais que acompanham estas instituições, sobre as formas específicas da santidade feminina, sobre as práticas devocionais, sobre os níveis de crença [...]. (PEREIRA, 2007, p. 166).

Com a necessidade de se reunir fatos e acontecimentos em relação a essas transformações, a Literatura e/ou Iconografia Hagiográfica (escritas de santos) tornou-se presente, objetivando reunir o maior conteúdo de informações, totalmente distante dos preceitos heréticos, buscando acontecimentos que pudessem ser divulgados, principalmente sobre a “vida dos santos”.

Assim, o desenvolvimento dessa literatura, a partir do século XII, vem para abordar essa produção, ressaltando detalhes e fatos históricos:

[...] uma literatura especulativa, historiográfica (biografias e anais), hagiográfica e predicatória formava o conjunto de gêneros históricos pelo seu caráter objetivo; as formas subjetivas estavam representadas por uma literatura de semificção, que conseguiu chegar ao século XVI: as *tragediae* (tragédias), as *comediae* [comédias] sem o significado dramático-teatral, pois designavam obras narrativas. (SPINA *apud* MEDEIROS, 2009, p. 71).

A literatura hagiográfica surge a partir do século XII, diante as grandes transformações na sociedade, e diante a força da Igreja Católica na Europa medieval. Na tentativa de trabalhar contra a heresia, as escrituras hagiográficas seriam um documento de fácil comunicação para a população geral. O autor, Hilário Franco Júnior,² em seu comentário de caráter introdutório, assinala a necessidade da criação de obras a partir desta literatura, por parte dos autores dominicanos,

² Autor responsável pela tradução, apresentação e notas da obra de VARAZZE, Jacopo de. *Legenda áurea: vida de santos*. Tradução de Hilário Franco Junior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Assim como o século XIII realizava diferentes sumas em diferentes campos do saber – a teológica, de Tomás de Aquino, a poética, de Dante Alighieri (*Commedia*), a científica, de Vicente de Beauvais (*Speculum maius*), a artística, das catedrais góticas –, era preciso uma suma hagiográfica. Daí o surgimento da *Legenda áurea*. (FRANCO JR., 2003, p. 14).

Todavia, com a necessidade de registrar fatos no que se refere aos avanços da literatura hagiográfica, notamos, na obra de Jacopo de Varazze (2003), que a abordagem referente à mulher, mesmo de maneira oculta, é mencionada, de um lado, com estranheza, submissa à sociedade patriarcal e vista como uma espécie de demônio, instituída pela doutrina religiosa, ou seja, responsabilizando-a pela perda dos homens no pecado da carne. Por outro lado, aquelas que creem nas escrituras religiosas e e estão decididas a viver enclausuradas, são notadas como um exemplo muito próximo ao modelo da santa Virgem Maria.

Nessa produção literária, na abordagem da figura das mulheres, mesmo de forma acanhada, podemos notar o simbolismo ao associar as mulheres a seres irracionais, sem pensamento próprio e comparadas com o próprio demônio no que se refere à dominação masculina por parte da doutrina eclesiástica.

Nas escrituras de santos, Jacopo de Varazze perpassa vários relatos dos santos em relação às mulheres e a sua representação diante a igreja, os clérigos e a sociedade. Nas escritas de Santo André, o autor apresenta o caso da mulher que estava prestes a conceber seu filho e solicitou ajuda ao demônio:

Uma mulher que vivia com um assassino ficou grávida, mas não conseguia parir. Gritando de dores, pediu à irmã: “Vá por mim invocar Diana, nossa deusa”. Enquanto a irmã rezava, o diabo disse-lhe: “Por que se dirigir a mim, que não sou capaz de socorrê-la? É melhor ir ver o apóstolo André, que poderá ajudar sua irmã”. Ela foi e levou-o à casa da irmã. O apóstolo disse então à parturiente: “É justo que você sofra, porque é mal casada, concebeu no mal e consultou demônios. Mas arrependa-se, creia em Cristo e dê à luz”. (VARAZZE, 2003, p. 60).

O autor retrata que as mulheres são seres frágeis, vulneráveis e de fácil manipulação pelo demônio, devido à teoria empregada à imagem do feminino. No

relato do mesmo santo, o autor comenta a situação de um bispo que vivia em vida santa e venerava Santo André, quando o demônio se disfarçou de mulher para afetá-lo. A mulher foi procurá-lo para fazer uma confissão; logo após, o bispo a convidou para um jantar e então,

Desejoso de que nada faltasse à convidada, o bispo dedicou muita atenção a ela, olhava-a com frequência e não deixou de admirar sua beleza. O bispo já estava a ponto de ceder à tentação, já planejava dormir com aquela mulher assim que a possibilidade se apresentasse, quando de repente um peregrino bateu à porta com violência, pedindo aos berros que abrissem. [...] o bispo perguntou a mulher se ela queria receber esse peregrino. “Apresenta-lhe”, disse ela, “alguma questão difícil: se ele souber responder, faça-o entrar; se não for capaz, afaste-o como ignorante e como pessoa indigna de comparecer diante do bispo”. (VARAZZE, 2003, p. 66).

Por intermédio da escritura do santo, é notável que a mulher é representada como um ser possuidor de grande sabedoria e inteligência; a eloquência dessa mulher deixa subentendida a participação da figura masculina, e tamanha habilidade se faz pela intervenção de um demônio. Na abordagem do dominicano, notamos que a imagem do bispo é de uma fortaleza dirigida pela santidade, mas a sua fraqueza encontrava-se no argumento ardiloso do inimigo.

Na vivência dos clérigos no interior dos grandes muros dos monastérios, fazia-se necessário optar pela vontade de purificar o corpo e a alma, mediante o batismo. Este ensinamento está em torno do contato com Deus e as escrituras. Em meio à narrativa de Varazze em relação a São Bento, nota-se a prática de certos castigos ou penitências a que os clérigos eram obrigados a submeterem-se:

O diabo trouxe-lhe diante dos olhos do espírito uma mulher que ele vira outrora, acendendo em seu coração tal paixão que, vencido pela volúpia, estava a ponto de ir embora do deserto. Mas, pela graça divina, recobrou subitamente o controle de si, tirou a roupa e rolou com tamanha violência sobre espinheiros e sarças que havia por ali, que seu corpo ficou todo ferido e desta forma, pelas chagas da carne, ele curou as chagas do pensamento. O ardor da penitência venceu o incêndio do pecado. (VARAZZE, 2003, p. 298).

Partindo desse pressuposto, São Bento, conforme os ensinamentos e sua devoção à vida religiosa, diante do sentimento de paixão e desejos carnavais,

toma o castigo como forma de se redimir perante esse anseio, buscando o perdão do pensamento pecaminoso no sacrifício do seu corpo.

Nas abordagens de Varazze, o relato não se restringe apenas às mulheres personificadas tentadas pelo espírito do demônio, objetivando mudar os pensamentos santos, mas ele comenta também os pecados cometidos pelas santas:

Enganada pelas palavras da feiticeira, a moça disse-lhe para mandar o homem vir à sua casa à noitinha, que ela satisfaria a vontade dele. Exultante com isso, o homem foi à casa na hora combinada, teve relação com ela e retirou-se. Tendo caído em tentação em si, Teodora derramava lágrimas amaríssimas e batia na própria face dizendo: “Ai! Ai de mim! Perdi minha alma, destruí o que me tornava bela”. (VARAZZE, 2003, p. 531).

A citação acima denota que Santa Teodora sente-se culpada pelo pecado cometido; assim, corta os cabelos e veste-se de homem para adentrar o monastério. Na intenção de redimir-se, continua fazendo milagres ao povo, mesmo com a tentação por meio do demônio transvestido de feiticeira, na tentativa de enganá-la, mesmo assim, a santa persistiu nos seus objetivos.

Diante da dominação masculina sobre as mulheres e seu corpo, Michel Foucault considera que a relação de poder de um corpo que é exercida por meio de sujeito e objeto; produz não somente a desigualdade entre homens e mulheres, mas, sim, trata-se de uma relação de produção e não apenas de repressão, pois “de modo geral, eu diria que o interdito, a recusa, a proibição, longe de serem as formas essenciais do poder, são apenas seus limites, as formas frustradas ou extremas. As relações de poder são, antes de tudo, produtivas” (FOUCAULT, 1986, p. 133).

No período do século XII, a sexualidade feminina diante a sociedade medieval, resulta da grande influência das doutrinas cristãs, nas quais os ensinamentos e discursos são dirigidos à mulher reclusa ao ambiente privado, no convívio de auxiliar do homem e submissa. No casamento, o único papel da mulher no meio social é cuidar do marido e dos filhos, e a sua relação sexual é basicamente para procriação, ou seja, com o surgimento do casal “homem e mulher” no século XII, o casamento será estabelecido no século XIII como a “instituição do casamento cristão, monogâmico e indissolúvel” (LE GOFF,

2008, p. 63). Portanto, a autora Zaíra Ary faz o seguinte comentário sobre os discursos católicos referentes às mulheres:

[...] o sexo é admitido para a procriação e as mulheres convocadas a servirem a todas as espécies de “senhores”: pela domesticidade e pela maternidade, garantindo a reposição da espécie e a reprodução da força de trabalho (lógica capitalista produtivista); pela mistificação, para ornarem os “altares” reais e imaginários de vários tipos de idealizações, como se pode verificar na mariologia (culto a Maria), onde Maria serviria de modelo para as mulheres católicas e também no chamado “eterno feminino” [...]. (ARY, 2000, p. 99).

A representação do feminino diante o contexto social durante a Idade Média, consiste de heranças que retratam a inferioridade e submissão, desde os discursos proferidos pelos filósofos da antiguidade clássica, visto que as mulheres encontravam-se à beira da sociedade e sua contribuição como cidadãs era apenas de auxiliar aos homens, cuidar dos filhos e da família. No período medieval, a instituição católica apenas oficializou essas teorias, com o objetivo de estabelecer o seu poder na sociedade, principalmente sobre o corpo feminino.

A sexualidade feminina no medievo, em especial a partir do século XII, na esteira da representação do corpo feminino e de todo o seu percurso com relação às práticas sociais, culturais e de poder perante a sociedade medieval, é representada por discursos preconceituosos, impostos sobre a mulher com a legitimação da doutrina religiosa. Esses discursos que conceituam a imagem feminina têm como modelo a Virgem Maria, a santa assexuada, respeitada pelos clérigos e pela instituição cristã.

Por meio da literatura hagiográfica, Varazze aborda claramente a Virgem Maria como modelo de mulher, pelo fato de ter concebido um filho sem intermédio da prática sexual, continuando em estado puro e fiel aos preceitos divinos da Igreja sobre a perpetuação de Deus. Assim, Maria torna-se diferente de Eva, cuja imagem é a de uma mulher comparada com o próprio diabo, uma serpente em forma de ser humano que não seguiu a ordem de seu Criador, causando toda a maldade (declínio, decadência) do homem e da humanidade. A princípio, Le Goff comenta que a figura de Eva permaneceu por muito tempo nos bancos religiosos da Igreja, quando se tratava do surgimento da humanidade (Adão e Eva).

A maior preocupação dos clérigos vistos na obra “Legenda áurea” é com a preservação e o cuidado com as mulheres virgens, que eram castas, sem pecado, sem maldade, uma vez que poderiam se dedicar à religião e obter uma qualidade de vida, diferentemente das casadas, pois estas, sim, tinham o dever de zelar pela sua casa, agradar o seu marido, gerar filhos e permanecer fiéis ao casamento. No entanto, para a Igreja, o refúgio para as mulheres solteiras e virgens são os Conventos, aparentemente, longe da sociedade, um lugar para uma boa qualidade de vida, com proteção, para obter uma vida longe da periferia e da tentação dos demônios, que também são comparados à figura feminina, e agarrar-se à vida religiosa, pois, assim, elas passariam a existir e ter importância.

“A vida de santos” representa uma fonte histórica muito rica em abordagens referentes ao meio social, à santidade de homens e mulheres, às suas relações com o meio coletivo. Podemos notar a figura do feminino associada ao demônio em vários acontecimentos naquele período histórico, pois, devido aos discursos já mencionados e empregados pelos clérigos e pela sociedade, toda maleficência ao masculino está relacionada ao pecado original.

A contribuição do autor Roger Chartier, em relação à representação do feminino na respectiva época, nos faz entender sobre a sua contribuição e a sua representatividade diante o meio social em que foi ocorrido, assim, favoráveis à contribuição na construção de uma identidade.

Quanto à relação de poder, com respeito ao feminino, tivemos como apoio a contribuição de Michel Foucault. Nela se pode perceber como é exercida a relação de poder entre o masculino e feminino, em que um corpo causa a imposição do poder e o outro causa a resistência.

A partir do que traçamos como objetivo deste estudo, isto é, mostrar como a sexualidade e, sobretudo, o corpo feminino foi representado na Idade Média, podemos compreender, por meio da hagiografia, que a visão que se cria da mulher nesse período é determinada pelo poder patriarcal e cristão. Assim, ela é vista como um ser dominado pelo homem, submissa e dedicada ao seu marido e sua família, ao contrário, pois, da mulher virgem, em relação à qual a preocupação da Igreja é deixar longe da sociedade para servir aos caminhos da religião. Contudo, é necessário que as mulheres persistam nas suas lutas e manifestos, em favor da sua emancipação e independência, que são, ainda hoje, censuradas por resquícios da influência cristã.

REFERÊNCIAS

- ARY, Zaíra. **Masculino e feminino no imaginário católico**: da Ação Católica à Teologia da Libertação. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, vol. 5, n.º 11, jan./abr. 1991, pp. 173-191.
- DALARUN, Jacques. Olhares de clérigos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir). **História das mulheres no ocidente: a média**. Porto: Afrontamento, 1993, 2v.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- KRAMER, H.; Sprenger, J. **O martelo das feiticeiras** – Malleus Maleficarum. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa Tempos, 1991.
- LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Coleção Nova História. Editora Estampa. 1994.
- LE GOFF, Jacques, TRUONG, Nicolas. **Uma História do Corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **Uma Longa Idade Média**. São Paulo, SP: Civilização Brasileira, 2008.
- MEDEIROS, Márcia Maria de. **A construção da figura religiosa no romance de cavalaria**. Dourados: UFGD; UEMS, 2009.
- PEREIRA, Ana Paula Lopes. O Relato hagiográfico como fonte histórica. **Revista do Mestrado de História**. v. 9, n. 10, 2007.
- SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Jul-Dez. 1995, v. 20, (2), p. 71-99.
- VARAZZE, Jacopo. **Legenda áurea**: vida de santos. Tradução de Hilário Franco Junior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

O DUELO DE BALIN E BALAN: CONSIDERAÇÕES SOBRE A MORTE EM THOMAS MALORY

Márcia Maria de Medeiros¹

O romance de Thomas Malory, *La muerte de Arturo*, foi escrito em meados do século XVI, quando a Inglaterra já havia enfrentado a Guerra das Duas Rosas, a qual foi responsável pelo enfraquecimento da nobreza britânica, pois colocou frente a frente, no campo de batalha, as duas mais importantes linhagens do país, a saber, os York e os Lancaster. Nesse romance, Malory narra as peripécias do Rei Artur e dos cavaleiros da Távola Redonda e, entre as passagens mais dramáticas do texto, está o Livro II do primeiro volume da obra, o qual narra a saga dos irmãos Balin e Balan, objeto de análise deste artigo.²

O Livro II abre suas páginas dando conta de uma donzela que chegou à corte do rei Artur, carregando consigo uma espada que fora enviada ao rei pela senhora Lile de Avelion. Ao ver a jovem portadora da arma, Artur perguntou-lhe porque razão a trazia, pois a mesma não estava de acordo com dama tão gentil. E a donzela respondeu prontamente:

Os lo diré – dijo la doncella –: esta espada que ciño me da mucha aflicción y estorbo, pues sólo puede librarne de ella un caballero, pero ha de ser muy buen hombre de sus manos y de sus hechos, y carecer de malicia y engaño, y carecer de traición. Y si puedo hallar un Caballero que tenga todas estas virtudes, podrá sacar esta espada de La vaina [...]. (MALORY, 2005, p. 84).

¹ Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. Professora Adjunta do curso de Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: marciamaria@uem.br

² A versão da obra de Malory utilizada como fonte é: MALORY, Thomas. *La muerte de Arturo*. Madrid: Edições Siruela, 2005, vol I.

Há que se considerar a representação da portadora da espada: as mulheres sempre ocuparam um espaço importante do universo literário que corresponde aos romances de cavalaria. São elas que, disfarçadas de donzelas misteriosas, possibilitam aos cavaleiros realizarem as suas façanhas quando não servem de mote para que eles as façam. A imagem dessa jovem misteriosa que chega solicitando o auxílio de um cavaleiro justo, inocente e sem traição cabe dentro desse processo. Aliás, é possível ir mais longe: a mulher que solicita ajuda estabelece, já em seu pedido, um modelo de comportamento que integra valores expressamente cristãos, ao gosto do medievo³.

Diante do desafio proposto pela jovem, o próprio rei experimentou sacar a espada da bainha, não por se julgar o melhor cavaleiro, mas porque queria começar a prova, dando o exemplo para que todos os outros cavaleiros o fizessem depois dele. Artur não conseguiu sacar a espada: uma prova de que ele não se enquadrava nos requisitos exigidos pela moça, mas como ele mesmo havia dito que não se julgava o melhor, sua sinceridade manteve a sua reputação.⁴ Depois do rei Artur, todos os cavaleiros presentes tentaram sacar a espada, mas nenhum logrou ter êxito na façanha. Desesperada, a donzela não se conformava com o fato e nem o soberano: ambos acreditavam que, naquela corte, estavam os melhores e mais honestos cavaleiros do mundo, porém isso não se confirmava, pois nenhum deles sacava a espada da bainha.

Nesse momento da narrativa, Malory abre espaço para a chegada de Balin, uma das personagens principais do Livro II de sua obra. Balin estava na corte de Artur na condição de prisioneiro, pois havia matado um parente do rei; porém, por mediação dos barões que compunham o séquito arturiano, havia sido libertado da prisão por ser considerado um homem bom. Quando ele entra em cena na história, a portadora da espada já estava se despedindo de Artur e de todos os outros, e Balin pede permissão para tentar ter sucesso onde todos os outros haviam falhado:

³ MEDEIROS, Márcia Maria de. A construção da figura religiosa no romance de cavalaria. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Londrina, 2006, 160 p.

⁴ “Ésta es gran maravilla – dijo Arturo -, si es verdad; yo mismo probaré a sacar La espada, no porque presuma ser el mejor caballero, sino porque quiero empezar yo la prueba, dando ejemplo, a todos los barones para que prueben uno tras outro cuando yo lo haya hecho”. (MALORY, 2005, 84).

Doncella, os ruego de vuestra cortesía que me dejéis probar a mi también, como a estos señores; aunque voy pobremente vestido, en mi corazón soy tan determinado como algunos de estos otros, y creo que puedo conseguirlo. (MALORY, 2005, p. 85).

Mas a moça não parecia disposta a permitir que Balin tentasse a façanha, pois sua figura não lhe convencia. Aqui se esconde mais uma lição de comportamento e de moral que o texto de Malory deixa fluir na voz de Balin:

Ah, gentil doncella – dijo Balin –, la honra y las buenas prendas y buenos hechos no están sólo en el atavío, sino que la hombría y la honra se esconden en la persona Del hombre, y hay muchos caballeros dignos que no son conocidos de todo el pueblo, y por tanto la honra y la osadía no están en el atavío. (MALORY, 2005, p. 85).

Aos poucos, Balin vai se pintando com as cores do herói: sua chegada discreta, suas palavras sábias, sua postura humilde. Esse é o herói medieval: um asceta, que Hilário Franco Júnior, na obra *As cruzadas: guerra santa entre Ocidente e Oriente*, referenda da seguinte forma:

A religiosidade feudal tinha como ideal um estilo de vida heróico, de busca de proezas ascéticas. Via-se a santidade como acessível pelo esforço. Esse ideal cristão era preferencialmente atingível nos mosteiros, mas estava também ao alcance dos leigos de origem modesta que não podiam se tornar monges. (FRANCO JR., 1999, p. 21).

Balin se enquadra na categoria do asceta penitente, tão ao gosto do medieval: ele está longe do seu país (quando o introduz na narrativa Malory diz que ele nasceu em Northumberland), é prisioneiro da corte de Artur pagando por um crime de morte. Está pobremente vestido, mas tem palavras sábias em sua boca, o que denota seu bom coração. E sua imagem heroica é consolidada quando ele saca a espada da bainha, o que lhe granjeou admiração de alguns e rancor de outros.

A jovem portadora da espada disse, perante toda a corte, que Balin era um bom cavaleiro, o melhor que ela havia conhecido e de maior merecimento, pois em seu coração não havia falsidade, traição e nem vilania. Ademais, segundo a jovem, homem assim faria maravilhas. Ao final de seu discurso, ela pediu a Balin que lhe devolvesse a espada, mas ele se negou a fazê-lo. Então, a jovem profetizou o seu destino:

No obráis con sensatez – dijo la doncella – al quitarme la espada, pues con ella mataréis al mejor amigo que tenéis, y al hombre que más amáis en el mundo; además esa espada será vuestra destrucción. (MALORY, 2005, p. 86).

Essa presença da mulher que profetiza pode ser considerada um eco da tradição pagã greco-latina, em que a figuração de mulheres que prediziam o futuro era uma constante. Santiago Montero, na obra *Deusas e Adivinhas: mulher e adivinhação na Roma Antiga*, deixa claro que, embora o latim não faça distinção entre o gênero masculino e o feminino, o que impede ao mundo contemporâneo de saber qual era a proporção numérica de homens e mulheres entre os adivinhos, a existência das profetisas é fato inegável:

Com muita frequência *vates* emprega-se para designar figuras como Garmenta ou Cassandra ou sacerdotisas como a pítia ou a sibila, recebendo, em geral, ao associar-se ao delírio profético, um valor pejorativo. (MONTERO, 1998, p. 43, grifos do autor).

Mas, apesar das palavras ameaçadoras da jovem, Balin abraça seu destino. Aqui soe fazer algumas considerações. Primeiramente, é preciso ter claro que a situação que se coloca diante do cavaleiro denota o processo do livre arbítrio: Balin poderia optar por devolver a espada à jovem e seguir seu caminho na corte de Artur. Ele já havia provado a todos o seu valor, quando sacou a espada da bainha. Mas, internamente, como o herói iria sentir-se caso não provasse da aventura?

Os cavaleiros dos romances estão sempre em busca de façanhas as mais impossíveis, a morte é sua companheira fiel, seja nas justas, nas guerras ou nas florestas nas quais se embrenham em busca de aventuras. Não há nada mais heroico do que desafiar a ceifeira e vencê-la, ou morrer com honra tentando fazê-lo: é por esse caminho que Balin resolve enveredar. É o seu destino, devido a sua posição, e não há nada que o impeça de segui-lo: nem o choro da donzela que alega ser aquela postura a que lhe causará seu fim, nem os rogos do rei Artur, que lhe pede que fique em sua companhia e faça parte da Távola Redonda.

Em segundo lugar, é preciso salientar que, ao lado dessa postura tão ao gosto do medievo que caracteriza a posição de Balin, existe uma reminiscência do passado clássico incorporada à figura da donzela profetisa: ela remete

à figura de Cassandra, a jovem pela qual o deus Apolo se apaixonou, mas que resistiu às tentativas de sedução do deus. Como castigo, Apolo concedeu a Cassandra o dom da profecia, mas ninguém acreditaria nas coisas que ela dissesse. Assim é com a donzela portadora da espada: ela prediz um futuro negro para Balin, mas ele opta por enfrentá-lo.

Balin preparava-se para partir, quando a Dama do Lago chega inesperadamente na corte de Artur e solicita ao rei nada mais nada menos que a cabeça do herói:

Bien – dijo la dama-; pues le pido la cabeza del caballero que ha ganado la espada; y si no, la cabeza de la doncella que la trajo, aunque no me desagradaría tener sus dos cabezas, pues él mato a mi hermano, buen caballero y verdadero, y la dama fue causante de a muerte de mi padre. (MALORY, 2005, p. 87).

A figura da Dama do Lago é de suma importância para o enredo dos romances de cavalaria cujo pano de fundo é Artur e a Távola Redonda: basta lembrar que, quando da morte do rei, sua espada Excalibur foi confiada a mãos femininas que saíam de um lago. Malory deu voz à Dama do Lago, introduzindo-a na história com a condição de uma personagem que chega à corte de Artur solicitando justiça. Ademais, o pedido que ela faz remete diretamente ao contexto da história bíblica, na célebre passagem em que Salomé pede a cabeça de João Batista, conforme o Livro de Mateus, 14, 6-11:

Festejando-se, porém, o dia natalício de Herodes, dançou a filha de Herodias diante dele e agradou a Herodes, pelo que prometeu, com juramento, dar-lhe tudo que pedisse.

E ela, instruída previamente por sua mãe, disse: Dá-me aqui num prato a cabeça de João Batista.

E o rei afligiu-se, mas, por causa do juramento e dos que estavam à mesa com ele, ordenou que se lhe desse.

E mandou degolar João no cárcere, e a sua cabeça foi trazida num prato e dada à jovem, e ela a levou a sua mãe. (BÍBLIA SAGRADA, 2004, p. 1247).

Artur está na mesma posição de Herodes: ele está diante de sua corte, onde um pedido lhe é feito com o intuito de cobrar justiça; entretanto, o rei

não pode conceder com honra nenhum dos pedidos. Assim, ele solicita que a Dama do Lago peça outra coisa, ao que ela diz que não tem nada mais a pedir. Nesse momento, Balin retorna dos seus preparativos para viagem e vê a Dama do Lago; é a sua ação que tira Artur da complexa situação: “*Malhallada seáis; pedís mi cabeza, y por eso mismo vais a perder la vuestra*”, y con su espada le tajó la cabeza delante del rey Artur” (MALORY, 2005, p. 87).

Artur sente-se afrontado pela atitude de Balin e pergunta por que razão ele agiu assim: segundo o rei, ele e toda a sua corte foram desonrados, pois Artur tinha para com a Dama do Lago uma obrigação (seria a concessão de Excalibur?) e a mesma havia vindo até a corte sob salvo-conduto. Assim, a ofensa agressiva de Balin jamais seria perdoada.

O jovem tenta se justificar, dizendo que sente haver causado desgosto ao rei, mas que, por causa da Dama do Lago, sua mãe havia sido queimada. Independentemente das justificativas de Balin, Artur declara que ele não é mais bem-vindo na corte e que dela deve sair imediatamente. Balin recolhe a cabeça da Dama do Lago e apresta a sua partida, mas não sem antes dar instruções ao seu escudeiro:

Ahora debemos separarnos – dijo Balin -. Toma esta cabeza, llévala a mis amigos, y cuéntales qué ha pasado; y di a mis amigos de Northumberland que mi mayor enemiga ha muerto. Di-les también cómo estoy fuera de prisión, y qué aventura me ha acaecido en la ganancia de esta espada. (MALORY, 2005, p. 88).

É dessa forma que Balin parte da corte do rei Artur, onde Lanceor, um dos cavaleiros da Távola, pede vênua ao rei para ir atrás de Balin e vingar-se da afronta que havia sido cometida com a morte brutal da Dama do Lago. Mas o mago Merlim aparece diante de todos e revela novos fatos, entre eles a real condição da donzela portadora da espada:

Tiene un hermano, muy buen caballero y hombre verdadero; y esta doncella amaba a otro caballero al que tenía por amante. Y este buen caballero Hermano suyo se enfrento con el que ella tenía por amante y lo mató por fuerza de sus manos. Cuando esta falsa doncella se enteró de esto, fue a la señora Lile de Avelion y le suplico ayuda para vengar-se de su propio Hermano. (MALORY, 2005, p. 89).

Justifica-se o fato de que Merlim trate a moça por uma donzela falsa e traiçoeira que pediu vingança do próprio irmão: as justas eram um negócio masculino. As lutas entre cavaleiros eram um objeto de interação entre os homens. Duby, na obra *Guilherme Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo*, deixa muito claro qual era o papel das mulheres no contexto dos guerreiros:

Elas aparecem para excitar os guerreiros à maior valentia. Eles se batem melhor quando é ante os seus olhos; a guerra, ou o simulacro de guerra, toma então as feições de uma competição entre varões, de uma dessas exhibições eróticas que, dizem-nos os etnólogos, entram em jogo na dimensão mais elementar dos mecanismos da vida. Em Joigny, porém, as mulheres desempenham outra função: distrair os homens, ajudá-los a passar o tempo quando esse tempo lhes pesa, pois o cavaleiro de armadura não sabe o que fazer se não tem de lutar. (DUBY, 1987, p. 59).

Seguindo a sua fala sobre a ação nefasta da donzela, Merlim confirma as palavras proféticas ditas por ela: o cavaleiro que retirou a espada da bainha irá morrer por causa dela. Nesse meio tempo, Lanceor apresta-se e sai em busca de Balin, ao qual vê sobre uma montanha e o desafia para uma batalha. Os dois se lançam à batalha com uma ferocidade que é marca de todas as cenas de luta do romance de Thomas Malory:

Enristraron entonces sus lanzas, se embistieron con toda la fuerza que sus caballos podían correr y el caballero irlandés hirió a Balin en el escudo, de manera que su Lanza se saltó hecha trozos. Y Balin le atravesó el escudo, le desgarró la cota, y le traspasó el cuerpo y la grupa del caballo; y al punto dio la vuelta fieramente a su caballo, y sacó la espada sin saber que lo había matado; entonces lo vio como un cadáver. (MALORY, 2005, p. 91).

O combate encerra-se com a vitória de Balin, que deixou Lanceor estendido no chão. Depois de matar Lanceor, Balin se deu por conta da presença de uma dama, a qual, apaixonada pelo cavaleiro morto, matou-se também, não sem antes deixar ecoar nos ouvidos do cavaleiro vencedor a sua lamentação: *“Ah, Balin, dos cuerpos has matado y un corazón, y dos corazones en un cuerpo, y dos almas has perdido”* (MALORY, 2005, p. 91). A morte da donzela é descrita por Malory com requintes: a jovem apoia o cabo da espada de seu amado no solo e se arremessa sobre a lâmina afiada, atravessando seu corpo de parte a

parte. Essa prova de amor constrange Balin a ponto de ele se sentir culpado pelo final trágico da donzela suicida: “*Ay – dijo Balin -, mucho me pesa la muerte de este caballero por el amor de esta doncella, pues muy grande y verdadero amor había entre ellos*” (MALORY, 2005, p. 91).

Balin não consegue ficar no lugar onde a batalha se deu e onde estavam os dois corpos. O suicídio da donzela parece pesar sobre seus ombros e isso por uma razão muito prática: ela não teria direito a um enterro cristão e sua memória estaria fadada ao desaparecimento. Èmile Durkheim, no livro *O suicídio*, deixa claro que as questões referentes aos suicidas foram assunto discutido na sociedade cristã desde os seus primórdios, e não raras vezes a legislação previa punições mesmo depois de sua morte:

Mal as sociedades cristãs se constituíram, o suicídio foi formalmente proibido. Em 452, o concílio de Arles proclamou que o suicídio era um crime e que só podia ser consequência de uma fúria demoníaca. [...], em 563, no concílio de Praga, que essa prescrição recebeu uma sanção penal. Decidiu-se que os suicidas não seriam “honrados com nenhuma comemoração do santo sacrifício da missa e que o cântico dos salmos não acompanharia o seu corpo na descida ao túmulo”. A legislação civil inspirou-se no direito canônico e acrescentou às penas religiosas as penas materiais. (DURKHEIM, 2005, p. 358).

Na obra *A estética da morte*, Jorge Salomão corrobora com a assertiva de Durkheim de que a legislação medieval era rígida com os suicidas. Segundo o autor, eram comuns no medievo ações contra os corpos dos suicidas, de acordo com a citação que segue:

[...] arrastava-se o cadáver do suicida por uma abertura praticada sob a soleira da casa onde se verificara a morte. Se ele se tivesse apunhalado, punha-se-lhe junto da cabeça um pedaço de madeira, no qual se enterrava o instrumento do seu trespassse; se ele se afogara, era sepultado na areia, a cinco pés da água; se tinha se atirado a um poço, inumavam-no sobre uma montanha ou perto de uma vereda, fixando-o no solo com uma pedra sobre a cabeça, outra encima do corpo e uma terceira sobre os pés. (SALOMÃO, 1964, p. 35).

Seguindo na sua caminhada, Balin encontrou seu irmão Balan. Os dois celebraram o encontro e se puseram a par das novidades. Balin conta a Balan sobre a morte da Dama do Lago e de como o rei Artur se desgostara dele

por conta desse violento incidente. Mas ele denota lamentar mais a morte de Lanceor e o suicídio da donzela. A resposta que recebe de seu irmão é cabal: “*También a mi – dijo Balan –; pero debéis aceptar la aventura que Dios quiera ordenaros*” (MALORY, 2005, p. 92). Por trás das palavras de Balan, existe um mote claro, qual seja, Balin deve aceitar seu destino, ele não tem como fugir dele, e Balin sabe que seu irmão tem razão, por isso não discute com ele, apenas se propõe a partir e seguir seu caminho.

Os dois irmãos seguem adiante, quando um anão vindo de Camelot aparece e reprova Balin por sua ação, ao que este se justifica dizendo que matou Lanceor em legítima defesa e que a donzela se suicidou por amor dele. Balin afirma que essa morte lhe pesará para sempre e que por conta dela deverá sempre às mulheres o seu melhor amor. Aqui se percebe no romance de Malory um ensaio do que a história chamou de amor cortês.

A expressão amor cortesão, a qual designa a relação entre um homem e uma mulher, surgiu em 1883, utilizada por Gastón Paris, o qual escreveu um artigo sobre o texto de Chrétien de Troyes *O cavaleiro da charrete*. Esse romance relata o amor mais que perfeito de Lancelote por Guinevere, laço que o faz praticar proezas espantosas e obedecer sem questionamento algum às ordens de sua dama. No verbete “amor cortesão”, do livro *Dicionário temático do ocidente medieval*, é feita a seguinte referência ao tema:

Essa relação ideal aparece como verdadeiro objeto cultural e seus testemunhos são sempre de textos ditos literários. Fala-se de “amor cortesão” – de *fine amor* – em primeiro lugar para a abundante produção de poemas de amor nos domínios das línguas d’ oc e d’ oil, e depois para as intrigas romanescas, de que a França do norte deixou florescente produção. [...]. O que se chamou “ideologia cortesã” ou “modelo cortesão” permaneceu firmemente até o século XV, através da repetição de esquemas narrativos, de uma retórica amorosa rica em metáforas e de uma sensível reavaliação da tradição, simultaneamente, na poesia do século XV e no romance. (LE GOFF; SCHMITT, 2006, p. 47).

Considerando o período em que Malory escreve seu texto, a ideologia que girava em torno do amor cortês ainda deixava claras marcas na maneira de pensar das pessoas do tempo. Daí não surpreender que ele coloque na boca de Balin o dever de conceder às mulheres o melhor amor, dado o suicídio da donzela.

O anão diz a Balin que sua ação lhe trouxe um grande dano, pois Lanceor era um dos melhores cavaleiros que viviam e oriundo de grande linhagem. Sua morte faria com que Balin fosse perseguido até que os parentes de Lanceor conseguissem matá-lo. Nesse momento da narrativa, o rei Marco da Cornualha surge em cena e, vendo os dois corpos mortos, faz uma grande lamentação pelo amor tão verdadeiro que havia entre Lanceor e a dama e o fim trágico que esse romance teve. É assim que essa saga se encerra, dando conta de que o casal foi enterrado a mando de Marco.

A figura profética do mago Merlim aparece mais uma vez, para reprochar Balin pelo seu ato, dizendo que ele havia cometido um grande dano a si mesmo por não ter salvado a jovem do suicídio, ao que Balin responde que não pôde fazê-lo porque a jovem se matou subitamente. Nesse momento, Merlim realiza mais uma das suas previsões:

Mucho lo lamento – dijo Merlim-, pues por la muerte de esa dama darás el golpe más doloroso que ha dado jamás hombre ninguno, salvo el recibido por Nuestro Señor; pues herirás al caballero más probado y hombre más honrado de cuantos ahora viven, y por ese golpe tres reinos sufrirán gran pobreza, miseria y desdicha doce años, y no sanará el caballero de esa herida en muchos años. (MALORY, 2005, p. 94).

Tão rápido quanto surge, o mago desaparece. É preciso considerar um processo interessante nos romances de cavalaria: como se pode perceber nesse trecho de Malory, Merlim e o rei Marcos aparecem no lugar onde ocorreu a batalha entre Balin e Lanceor como que em um passe de mágica. E no meio tempo em que o mago conversa com Balin, Marcos já havia providenciado o enterro de Lanceor e da donzela. Esse elemento tão característico dos romances, qual seja, burlar o espaço e o tempo, tem a sua explicação própria.

A atitude do medievo em relação ao tempo, a qual perpassa as linhas do romance de cavalaria, reflete uma contingência da ordenação desses homens e mulheres com o tempo em nível histórico, no qual, por conta de uma mentalidade coletiva, passado, devir e futuro estão mesclados em uma grande confusão temporal, que se demonstra particularmente na persistência das responsabilidades coletivas, que manifestam um marco de primitivismo nesse pensamento. Assim, todos os homens e mulheres vivos são culpados pela falta de Adão e Eva, todos os judeus contemporâneos a eles são responsáveis pela

paixão de Cristo e todos os muçulmanos são corresponsáveis pelo islamismo. Essa mentalidade possui, em si, um toque de magia, a qual faz do passado o presente porque sente que a trama da história é tecida pela própria eternidade. A partir desse processo, entende-se porque todas as ações, desde a chegada do mago Merlim e do rei Marcos até o enterro de Lanceor e da donzela, podem acontecer ao mesmo tempo.

Em relação ao processo do espaço e, nesse caso, das distâncias, é preciso salientar algumas questões importantes em relação ao que o medievo considerava em termos da sua geografia. G. H. T. Kimble, na obra *A geografia na idade média*, diz que o período legou a ciência geográfica entre “as coisas estranhas e nos confins do esquecimento” (KIMBLE, 2005, p. 1). O medievo tem medo do desconhecido, das fronteiras além das clareiras das florestas que circundam as suas cidades esmagadas por esse deserto verde.

Kimble afirma sobre o conhecimento geográfico do período:

[...] até Colombo, a civilização européia foi selada com a marca de duas tradições e disciplinas – a clássica e a cristã. Elas eram os marcos do período e, por mais que tentemos defini-las, não podemos perder de vista o fato de que a Europa medieval deleitou-se em pensar sobre si mesma como o velho mundo romano sob uma religião.

Mas isso não quer dizer que o homem da Idade Média reuniu o lastro intelectual e geográfico dos Antigos. Nada pode estar mais longe da verdade. (KIMBLE, 2005, p. 3).

O espaço geográfico é um elemento misterioso para os intelectuais do tempo. E para o universo da fantasia dos romances de cavalaria, as distâncias podem ser engolidas em um passo, ou com o trote vigoroso dos cavalos. Não há uma fixação por parte dos autores em tratar esse processo de forma mais lógica ou coerente. Malory compilou sua obra a partir dos romances de cavalaria oriundos dos séculos XII/XIII, e mantém essa característica relativa à organização do espaço físico, onde todas as personagens parecem se encontrar ao mesmo tempo.

Depois de deixar os irmãos Balin e Balan, Merlim surge novamente perante eles, mas disfarçado, de modo que os irmãos não o reconheceram. Ele

convida os dois cavaleiros a participarem de uma aventura, ao que os dois acedem prontamente. Cavaleiro nenhum se nega a participar de uma aventura onde possa angariar honra. No enredo dos romances a figura do cavaleiro que perambula em busca de aventuras é uma constante.

É importante considerar essa figura mimética de Merlim. No texto de Malory, o mago tem muito menos oportunidade de se disfarçar do que tem no texto *O Merlim*, de suposta autoria de Robert de Boron, mas mesmo assim essa sua característica se mantém, projetando uma questão interessante: Merlim não tem idade nem forma. Ele é absoluto e não representa a vida humana em fases, mas todas as fases da vida humana em um único momento. Mimetismo: essa é a palavra chave que envolve a figura dessa personagem.

Na aventura que propõe aos irmãos, Merlim arma uma estratégia para que os mesmos prendam o rei Rience, inimigo de Artur. Aqui é possível ao leitor ou leitora se perguntar qual a intenção do mago com essa ação: levar novamente Balin às boas graças do rei? Se fosse esse o fato, com que finalidade? Merlim não faz nada sem visar um objetivo futuro que ele não permite saber aos que leem suas aventuras. Ele apenas deixa que seus passos sejam seguidos até um determinado momento: *a posteriori*, ele fecha a porta de um universo mágico aos olhos daqueles e daquelas que não são iniciados em sua arte, deixando neles a vontade de saber mais sobre algo que se desvelará aos seus olhos, se for da vontade do mago.

Graças à ajuda do mago, os irmãos conseguem capturar o rei, mas Merlim não diz a ele o nome dos cavaleiros que executaram a proeza: isso só será revelado diante de Artur, ao mesmo tempo em que o senhor da Távola Redonda é avisado de que uma grande hoste de cavaleiros se aproxima para resgatar Rience. Apesar da violência do ataque que a corte de Artur sofre, ninguém mais ninguém menos que Balan e Balin aparecem para salvar o dia:

[Balin e Balan] eran enviados del Cielo como ángeles, o demonios del Infierno; y el mismo Rey Arturo se dijo que eran los mejores caballeros que había visto jamás, pues daban tales golpes que todos los hombres tenían asombro de ellos. (MALORY, 2005, p. 97).

O principal adversário de Artur nesse dia era o rei Lot, marido da irmã de Artur, Morgana, a Fada. Morgana é essencial na trama do romance de Malory,

pois se percebe que ela nutre pelo irmão um sentimento misto de amor e ódio, e com ele Morgana terá um filho, Mordred, o qual será o responsável pelo desfecho trágico da narrativa arturiana, encerrando o ciclo definitivamente, pois será o responsável pela morte de seu pai. A batalha se encerra com a vitória de Artur sobre as hostes do rei Lot. Em meio à tristeza do momento, pois doze grandes reis (assim como doze foram os apóstolos) haviam morrido no conflito, Merlim prediz um futuro negro: o corajoso Balin, que tanto se destacara no combate, seria responsável pelo Golpe Doloroso, que granjearia grande vergonha.

Dois dias depois do combate, um cavaleiro aflito chegou à corte de Artur, buscando justamente por Balin, mas repentinamente esse cavaleiro é morto por uma lança guiada por uma mão invisível, a qual lhe trespassou o corpo. Esse momento caracteriza um episódio que se pinta com as cores do fantástico: passagens assim se repetem nos romances de cavalaria, denotando uma marca característica da forma como os medievos viam o mundo.

Na Idade Média, havia uma linha muito tênue entre o milagre, o maravilhoso e a feitiçaria. O milagre está presente desde o início da cultura cristã, mas os autores que escreveram sobre ele, nos anos dos séculos VII ao XI, nunca pensaram em defini-lo. Uma das afirmações mais correntes era de que nada é impossível para Deus. Os principais doutrinadores sobre essa questão foram Santo Agostinho e São Gregório. No verbete Milagre, do *Dicionário temático do ocidente medieval*, a posição de Santo Agostinho sobre o assunto é a seguinte:

[...] para ele, todos os fatos da natureza são igualmente surpreendentes e assombrosos, mas o homem acostumou-se tanto com eles que não sabe mais vê-los desta forma. Assim, Deus reservou para si algumas obras “insólitas” para surpreendê-lo e levá-lo a reconhecer a onipotência divina. (LE GOFF; SCHMITT, 2006, p. 198).

Se a ideia do milagre fosse sintetizada, é possível dizer, com Hilário Franco Júnior, na obra *Idade Média: o nascimento do Ocidente*, que ela representa a magia branca, as forças do bem, das quais é necessário se colocar em proximidade (FRANCO JR., 1992). O problema é que, de acordo com figuras de renome no pensamento medieval, como Tomás de Aquino, os demônios também são capazes de realizar proezas milagrosas (FRANCO JR., 1992). Isso

dificultava a diferenciação entre milagre e feitiçaria. Mas, em um jogo de oposição, se o milagre é a magia branca, a feitiçaria pode ser considerada a magia negra, representante das forças do mal, da qual é preciso escapar.

Jean-Claude Schmitt, citando Gautier Map,⁵ também tem considerações sobre esse assunto: para esse autor, que consagra em sua obra vários capítulos aos chamados “seres fantásticos”, tais seres podem ser vistos como diabólicos, pois a palavra *fantasma* poderia ser originária de *fantasia*, ou seja, uma dessas aparições passageiras que os demônios produzem (sempre com autorização divina) de forma inocente ou para prejudicar (SCHMITT, 1999, p. 103).

E o que significaria, no contexto, uma lança carregada por uma mão invisível que trespassa um cavaleiro? Essa imagem está enquadrada na categoria do maravilhoso, alguma coisa que não tem uma origem muito clara, fatos que escapam à compreensão humana, mas cuja proveniência não é explicável e que podia, portanto, ser uma ilusão produzida por Satã.

Balin não poderia deixar sem vingança um cavaleiro que morreu estando sob sua proteção, portanto, quando ele estava nos estertores da morte, jurou vingá-lo:

- Ay – dijo el caballero -, muerto soy bajo vuestra condición por un caballero llamado Garlon; por tanto, tomad mi caballo, que es mejor que el vuestro, id a la doncella, seguid la empresa en que yo estaba como ella os guiará, y vengad mi muerte cuando podáis.

- Así lo haré – dijo Balin -, y de eso hago voto a la caballería – y se despidió de este caballero con gran aflicción. (MALORY, 2005, p. 101).

Aqui se percebe que a figura de Garlon remonta ao fantasma que entra em contato com os vivos: esse elemento é um aspecto comum do pensamento medieval e revela o quanto essa sociedade acreditava na possibilidade de contato entre os vivos e os mortos. Jean-Claude Schmitt, no livro *Os vivos e os mortos na sociedade medieval*, demonstra claramente esse processo através da seguinte narrativa:

⁵ Gautier Map é um pensador de origem galesa, nascido entre 1130-35 do lado inglês do Wye, ao sul de Hereford. Estudou em Paris e entrou para o serviço do bispo daquela diocese e depois para o serviço do rei Henrique II, por volta de 1170. Map chegou a ser arcebispo de Oxford e cônego de Saint Paul de Londres.

Algumas aparições singulares de defuntos prendem também a atenção de Gervais de Tilbury, como a história do “morto que matou sua viúva”. No condado de Arles, o cavaleiro Guillaume de Mostiers fizera sua mulher jurar, sob pena de morte, não desposar nenhum outro homem se ele viesse a desaparecer. Enviuvando, ela respeita sua promessa durante vários anos, depois cede à pressão dos amigos que lhe asseguram que “nenhum morto tem o poder de causar dano”. Na volta da igreja onde o segundo casamento fora abençoado, as mulheres, sentadas, formam um círculo em torno dela. Mas, de súbito, ela grita: “Como sou miserável! Violei o juramento de meu casamento e eis meu marido que vai me matar com o almofariz.” O morto aparece apenas a ela, mas todos vêem o almofariz que uma mão invisível ergue, depois abate sobre a cabeça da mulher, fazendo-lhe saltar os miolos. (SCHMITT, 1999, p. 105-106).

Como se percebe da citação, tanto a narrativa de Malory quanto o texto de Schmitt dão conta de um elemento comum ao medievo: a presença e o contato dos mortos com os vivos, especificamente de um morto que se manifesta a um vivo em particular, mas que denota sua ação a todos os outros que estão ao redor (a espada carregada pela mão invisível, assim como o almofariz).

Balin parece estar sendo perseguido pelo cavaleiro invisível, o qual, depois de causar a morte de um cavaleiro, ainda ceifou a vida de mais um companheiro de Balin. O problema maior que Balin e seus amigos enfrentam não é a presença do fantasma que os persegue: é o fato de não verem o fantasma, pois não se pode defender daquilo que não se vê e não se pode suportar o ataque que não se sabe de onde vem. Esse tipo de luta não condiz com o jogo da cavalaria de acordo com os romances, em que os desafios são feitos às claras e as datas das lutas devidamente marcadas. Assim, não é de espantar que o cavaleiro invisível seja chamado de traidor e que sua ação seja considerada uma afronta: *“Ay – dijo el caballero -, muerto soy por ese caballero traidor que cabalga invisible. – Ay – dijo Balin-, no es la primera afronta que me hace”* (MALORY, 2005, p. 101).

Seguindo seu caminho depois de enterrar o segundo cavaleiro morto pelo inimigo invisível, Malory brinda seus leitores com uma passagem digna do enredo de filmes contemporâneos de terror: Balin acompanha uma donzela até um castelo, onde, depois de o adentrarem, são atacados por muitos homens, que rodeiam a donzela com intenção de matá-la. Balin, como bom

e honesto cavaleiro, não pode permitir que isso aconteça e se propõe a lutar pela vida da jovem, ao que os homens lhe respondem que não querem lutar, apenas cumprir um velho costume do castelo: a senhora do lugar estava enferma havia muitos anos e só poderia se curar se tivesse uma fonte cheia de sangue de uma donzela pura e filha de rei. Portanto, nenhuma donzela poderia passar por ali sem deixar uma fonte de prata cheia de seu sangue.⁶

Balin concorda em pagar a taxa exigida, mas sem que a jovem seja sacrificada por isso, e depois de pernoitarem no lugar, seguem seu caminho ao alvore do dia. Durante algum tempo, andaram sem aventuras e novidades, até se alojarem na fazenda de um homem muito rico. Ali, Balin ouviu queixas lamuriasas saindo de um quarto e pressentiu que a aventura cruzava o seu caminho:

- *Qué son esas quejas?* – dijo Balin.

- *En verdad – dijo su huésped-, os lo voy a contar. Hace muy poco estuve en una justa, y allí juste con un caballero que es Hermano del Rey Pellam, y lo derribé dos veces; entonces él prometió desquitarse en mi mejor amigo; y así hirió a mi hijo, que no puede sanar hasta que tenga yo la sangre de ese caballero, el cual cabalga siempre invisible, aunque no sé su nombre.* (MALORY, 2005, p. 103).

Balin fica extremamente feliz, pois ele sabe de quem seu hospedeiro está falando: é Garlon, o cavaleiro que matou dois de seus companheiros da mesma forma e, por essa razão, ele quer enfrentá-lo pela afronta que lhe foi feita. Balin é informado de que, em poucos dias, o rei Pellam irá realizar um grande torneio e todo cavaleiro que quiser participar dele deverá ir acompanhando de

⁶ Essa passagem remete a um dos grandes monstros que assolaram a imaginação dos seres humanos na história qual seja ele, o vampiro, nosferatu, o não morto que já não vive e o seu desejo por sangue como elemento primordial para a manutenção da vida. O objetivo desse artigo não é um estudo sobre vampiro e/ou o vampirismo, portanto não há espaço para maiores ilações sobre o tema. Há que se ressaltar também que, embora seja tentador fazer ligações entre o texto de Malory e o caso da condessa Elizabeth Bathory, acusada de torturar e matar jovens para se banhar em seu sangue com o intuito de se manter sempre jovem, eles não são exatamente contemporâneos: Thomas Malory viveu entre 1405/1471 na Inglaterra e Bathory, entre 1560/1614 na Hungria. São sugestões de leitura sobre o tema vampiros/vampirismo: MELTON, J. G. O livro dos vampiros (a enciclopédia dos mortos-vivos). São Paulo: M. Books, do Brasil, 2003; FERREIRA, C. V. Voivode. São Paulo: Pandemonium, 2003; MENON, M. C. Figurações do gótico e de seus desmembramentos na literatura brasileira – de 1843 a 1932. Universidade Estadual de Londrina, Tese de Doutorado, 2007.

sua esposa ou amante, sendo que, nesse dia, poderá ver o cavaleiro invisível. Ao saber da nova, Balin promete participar do torneio e vingar a morte do filho de seu hospedeiro e dos seus companheiros de jornada.

Na festa que antecedia a justa, Balin perguntou sobre um cavaleiro chamado Gralon. Escusado dizer que imediatamente ele foi apontado como sendo: “[...] *aquél con la cara oscura; es el caballero más maravilloso de cuantos ahora viven, pues destruye muchos Buenos caballeros, aprovechando que anda invisible*” (MALORY, 2005, p. 103). Um fato interessante na descrição de Garlon: ele é aquele que vai com a face escura. Ou seja, de certa forma ele mantém um quê de invisibilidade, escondendo seu rosto nas sombras. É como se, mesmo sendo visto, ele não quisesse ser reconhecido.

Balin pensou em matá-lo naquele mesmo momento, mas estava em um dilema cruel: se o matasse naquele instante sem nem ter sido provocado, esse ato representaria uma atitude covarde, que não se coadunava com a sua honra de cavaleiro. Se deixasse para matá-lo durante o torneio, poderia ser que não o enfrentasse. Sem perceber, Balin não tirava os olhos do seu inimigo, o qual, sentindo-se afrontado e sem nem imaginar que passava pela cabeça de Balin qual seria a melhor hora para matá-lo, se aproxima do jovem e lhe desfecha uma bofetada em pleno rosto. Dessa forma, o problema de Balin resolveu-se: a bofetada no rosto era a afronta que ele procurava, o motivo para desafiar Garlon ao duelo e ao seu fim:

Verdad dices – dijo Balin –, no es ésta la primera afrenta que tú me haces, así que haré lo que he venido a hacer – y se levanto fieramente, y le hendió la cabeza hasta los hombros -. Dadme el trozo de lanza – dijo Balin a su dama – con que mato a vuestro caballero – al punto se lo dio ella, pues siempre llevaba aquel trozo consigo. Y seguidamente Balin le atravesó el cuerpo con él, diciendo en voz alta -: Con este trozo de lanza que ahora se hinca en tu cuerpo mataste a un buen caballero. (MALORY, 2005, p. 104).

Aqui é preciso abrir espaço para a brilhante narrativa de Thomas Malory: a cena descrita por ele faz o seu leitor ou leitora acompanhar passo a passo a ação executada por Balin: o olhar do cavaleiro se torna o guia de quem lê o texto, que passa então a seguir os gestos de Garlon. É possível ver Garlon se virando e vindo em direção a Balin, que continua mirando fixamente o seu oponente. A seguir a bofetada no rosto, ato violento em meio a um jantar que antecede

a justa e que não era o lugar nem o momento para tão larga soberba: naquele instante, todos deveriam comer e fartar-se tanto do alimento quanto da beleza das damas que acompanhavam seus cavaleiros. Não era hora de violência.

Garlon morreu por sua própria ação e Balin estava cobrando a honra que lhe foi ameaçada pela ação do primeiro, ao lhe desferir o golpe. Isso denota que a cultura medieval, mesmo prenhe de uma imensa aura de cristianismo, deixava claro um pressuposto: seu cristianismo é guerreiro e não aceita oferecer a outra face. O cavaleiro afrontado tem o direito de uma revanche e como, no caso, a revanche ia além da simples bofetada, mas envolvia a vingança em nome de cavaleiros injustamente mortos (Garlon estava invisível quando os matou, portanto eles não tinham chance de defender-se), ela só poderia ter o seu desfecho na velha tradição do “olho por olho, dente por dente”.

Finalmente, a cena da narrativa parece “descongelar”: é preciso salientar que desde que Balin fixa seu olhar em Garlon, até o momento em que o mesmo é morto, parece não haver mais ninguém na sala com as duas personagens. Nem mesmo a dama que acompanhava Balin: ela só aparece em cena quando ele lhe pede o pedaço de lança que ela carregava sempre consigo. A narrativa só explode em miríades de indivíduos ocupando o mesmo espaço quando Garlon já está morto, com a lança incrustada em seu corpo.

Nesse instante, todos os cavaleiros saltam sobre Balin e o primeiro a fazer isso é o rei Pellam, irmão do cavaleiro morto, o qual ameaça Balin de morte. Balin responde ao ultimato do rei no velho estilo dos cavaleiros: diz-lhe que ele mesmo o mate. É possível ouvir a ironia de Balin: na frase simples que ele diz “*Bien – dijo Balin-, hacedlo vos*” (MALORY, 2005, p. 104), percebe-se que ele lança um desafio ao rei. Que ele o faça... se for capaz de tanto. E Malory oferece mais uma cena de batalha para deleite dos leitores:

Entonces el Rey Pellam asió en su mano una arma esquivia y la descargó rabiosamente sobre balin; pero balin puso su espada entre su cabeza y el golpe, con lo que se quebró su espada. Viéndose Balin desarmado, corrió a una cámara en busca de alguna arma; y fue de cámara en cámara, sin poder hallar ninguna, siempre con el Rey Pellam detrás. Y finalmente entro en una cámara maravillosamente bien aderezada, y ricamente, con una cama ataviada con paño de oro de lo más costoso que cabe imaginar, y vio a uno yaciendo en ella; y cerca de ella había una mesa de oro con cuatro columnas de plata, y sobre ella estaba una maravillosa lanza extrañamente labrada. (MALORY, 2005, p. 105).

Esta lança foi usada por Balin para desferir o golpe fatal em Pellam: ele feriu gravemente o rei com ela, de maneira que este caiu desfalecido ao solo e, nesse momento, o castelo ruiu por inteiro, como se a força que o mantinha de pé viesse da vida de Pellam. Balin também foi soterrado e ali ficou por três dias,⁷ sendo salvo por Merlim, pois ele ainda havia de cumprir o destino que havia iniciado no momento de sua partida naquela jornada.

Merlim deu a Balin um bom cavalo e lhe disse que saísse daquele país, do qual ele saiu sozinho, pois a donzela que o acompanhava havia morrido. Quanto ao rei Pellam, diz o romance que permaneceu muitos anos ferido, até que Galahad o curou durante a demanda do Santo Graal: impossível não compará-lo com o rei Pescador, o qual, segundo a lenda do Graal, estaria condenado a sofrer com atrozes ferimentos até que um cavaleiro perguntasse a ele sobre o vaso sagrado que continha o sangue de Cristo e que havia sido trazido até a Inglaterra por José de Arimateia.

O mago deixa Balin sozinho e lhe diz que não se encontrão mais nesse mundo. Balin seguiu o seu caminho e, por onde passava, encontrava cidades destruídas e gente morta, como se sua ação sobre Pellam tivesse desencadeado uma espécie de armagedom. Os que estavam vivos, à sua passagem, o acusavam de ser responsável por toda aquela desgraça. Aqui soe perguntar: por que Balin não agiu de forma diferente? A resposta é simples: o cavaleiro seguia o seu destino, o seu *fatum*. Era esse destino de morte e destruição que lhe aguardava desde que aceitara a demanda de portar a espada que somente ele fora capaz de sacar da bainha.

Balin levou oito dias para encontrar outra aventura. Desta feita, um cavaleiro acostado a uma árvore estava disposto a tirar a própria vida por conta de sua dama que não aparecia. Balin não permitiu o ato suicida e ambos foram ao castelo onde estava a jovem, a qual Balin encontrou abraçada a outro cavaleiro, adormecida:

⁷ É interessante observar que Balin ficou soterrado (enterrado) por 3 dias e ao terceiro foi retirado (ressuscitado) dos escombros por Merlim. É inevitável traçar o paralelo da questão da ressurreição com essa passagem do romance, até porque Balin é o exemplo do herói cristão, conforme mencionado no início deste artigo.

Entonces Balin miró en un pequeño jardín, y la vio acostada bajo un laurel, sobre una colcha de jamete verde, con un caballero en sus brazos, estrechamente abrazados el uno a otro, y bajo sus cabezas yerbas y plantas. Cuando Balin la vio así acostada con el caballero más deshonesto que conocía, siendo ella hermosa dama, volvió a recorrer todas las cámaras, y fue a decirle al caballero donde la había hallado muy dormida, y lo llevó adonde ella estaba durmiendo. (MALORY, 2005, p. 107).

Quando o cavaleiro constatou a suposta traição, de puro sofrimento lhe manou sangue da boca e do nariz, e com sua espada cortou a cabeça de ambos e então fez uma grande lamentação, acusando Balin de lhe haver trazido grande dor e desconsolo. Por onde passa, Balin é representado como o arauto da tristeza e do sofrimento.

Balin respondeu que não o havia feito com a intenção de lhe causar qualquer dano, mas apenas de lhe mostrar a verdade: a falsidade da dama e de como o cavaleiro traído deveria retomar sua coragem e deixar de amá-la. Segundo Balin, ele apenas fez aquilo que gostaria que outro fizesse a ele caso estivesse em situação semelhante. Não houve palavra que acalmasse o coração do cavaleiro: ele matou-se com sua própria espada, ensandecido pelo fato de ser responsável pela morte de quem mais amava neste mundo.

Balin partiu dali logo após esse ato suicida, com receio de que o povo do local dissesse ser ele o responsável pelo morticínio e seguiu seu caminho, no qual, ao fim de três dias, encontrou uma cruz na qual, escrita com letras de ouro, havia uma mensagem que dizia que nenhum cavaleiro sozinho poderia cavalgar até o castelo próximo. Então acontece uma cena interessante: *“Entonces vio venir a un viejo y canoso gentilhombre hacia él que le dijo – Balin le Savage, traspasas tus limites viniendo por este camino, así que vuélvete y saldrás ganando”* (MALORY, 2005, p. 107).

A figura do velho que surge como um emissário, ou alguém que tem um aviso significativo é recorrente na literatura da Baixa Idade Média,⁸ podendo ser encontrada em outros textos como, por exemplo, *The Canterbury Tales*, de Geoffrey Chaucer. No conto do Vendedor de Indulgências, os três jovens que

⁸ Segundo Hilário Franco Júnior (1992), entende-se por Baixa Idade Média o período compreendido entre os séculos XIV ao XVI.

querem vencer a morte e constituem as personagens principais da trama também encontram em seu caminho um velho que os cumprimenta gentilmente e é violentamente rechaçado por eles.

Os jovens perguntam por que razão ele anda assim todo embrulhado em roupas, só deixando de fora seu rosto e porque, sendo tão velho, ainda não havia morrido, pois sua hora de há muito havia passado. Diante de tais palavras, o velho responde que:

Porque, apesar de ter viajado a pé até a Índia, em nenhum lugar pude encontrar até agora, nas cidades e nas vilas, quem quisesse trocar sua juventude pela minha velhice. Por isso, enquanto Deus o desejar, sigo a viver com a minha idade.

Ai, nem a Morte aceita a minha vida. Diante disso, nada me resta fazer, senão andar por aí como um escravo atormentado, batendo a todo instante com meu cajado no chão (que é à entrada da casa de minha mãe) e gritando: “Oh mãe querida, deixe-me entrar! Olhe como estou definhando, nas carnes, nos ossos, na pele. Ai de mim, quando meus ossos terão descanso? Mãe quero dar-lhe todo o baú de roupas que guardo há muito tempo no meu quarto, e receber em troca apenas uma mortalha para me abrigar”. Ela, porém, nem assim me concede essa graça, e meu rosto vai ficando cada vez mais pálido e encovado. (CHAUCER, 1988, p. 248).

Quando o velho diz que bate com seu cajado no chão e compara a terra com a entrada da casa de sua mãe, estabelece-se uma analogia que permite associar o ventre e o túmulo, indicando, portanto, o quanto a vida é transitória, e que todos os que nascem acabarão um dia por morrer. Daí o fato de que a vaidade em relação às coisas do mundo é um sentimento fútil e vão, no contexto onde todos caminham de forma inexorável para o mesmo fim.

Tanto o velho que aparece nas linhas de Chaucer, quanto o velho que aparece nas de Malory encerram a mesma sabedoria: eles viveram muito e podem anunciar o por vir, podem servir como arautos pela experiência adquirida com o passar do tempo e pela proximidade que têm com a morte. No caso do primeiro, ele a procura e espera encontrá-la logo. No caso do segundo, ele surge como uma espécie de emissário da ceifeira, pois de fato ele está predizendo a morte de Balin.

Logo depois de sua mensagem, o próprio Balin reconhece esse processo, pois um corno toca anunciando a morte, ao que o cavaleiro responde: *“Ese toque – dijo Balin – es por mí; pues yo soy la presa, aunque no estoy muerto”* (MALORY, 2005,108). Depois disso, ele viu muitos cavaleiros e damas que lhe receberam com sorrisos, danças e folguedos. Mas, por trás de tudo isso, demonstrando que mesmo a morte tem uma aparência que pode enganar, estava oculto o mistério daquele lugar: nenhum cavaleiro poderia sair dali sem antes bater-se em uma justa mortal.

Balin considerou o costume de má catadura, mas diante de uma tradição que envolvia luta e honra (elementos dos quais sua natureza cavalheiresca fazia parte e dos quais ele não fugiria) colocou-se à disposição para lutar, não sem antes declarar que lhe faltou a hospitalidade do descanso, pois os cavaleiros andantes estão sempre cansados, bem como as suas montarias. Mas embora ele e seu cavalo estivessem cansados, o seu coração não estava, e ele se propôs a ir para o campo de batalha mesmo que achasse ali a sua morte. Uma morte honrada, lutando, para qual todo cavaleiro deveria estar preparado e mesmo desejar.

Balin deveria lutar contra um único cavaleiro e vencê-lo em uma batalha de morte. Esse era o costume. Em meio aos preparativos para a luta, um cavaleiro ofereceu a Balin um escudo, pois lhe parecia que o seu não estava em bom estado, e Balin aceitou a troca. Esse fato simples será de suma importância para o desenrolar da trama. Ao trocar seu escudo por outros, Balin tornou-se um desconhecido, pois os cavaleiros se identificavam uns aos outros pelo escudo de armas onde estava desenhado o seu brasão. Sem o seu escudo, Balin se tornava apenas outro cavaleiro andante em busca de aventuras e não Balin, Le Savage, irmão de Balan, filho de rei, pertencente a uma antiga linhagem e instado a fazer parte da fina flor da cavalaria, a Távola Redonda. Esse fato é tão significativo que uma dama chora por Balin ter abandonado seu escudo:

- Oh, caballero Balin!, por qué has dejado tu escudo? Ay, en gran peligro te has puesto, pues por tu escudo habrías sido conocido! Gran lástima siento por tu pérdida, más que de ningún otro caballero, pues de tu proeza e osadía no tienes par vivo. (MALORY, 2005, p. 108).

O jovem cavaleiro respondeu-lhe que a ele lhe pesava ter entrado naquele país, mas que agora não poderia voltar para trás por causa da vergonha que tal ato lhe traria, manchando sua reputação; então, aceitaria qualquer aventura,

fosse ela de vida ou de morte e a tomaria para si. Com esse ato, Balin já está projetando a questão da memória de seu *post mortem*: se ele voltasse para trás, seria lembrado como um covarde, pecha que nenhum cavaleiro honrado deseja. Se lutasse e morresse, seria lembrado como um bravo que morreu lutando, isso seria honrado, típico de um cavaleiro. Se lutasse e vencesse, sobrevivendo para contar a história, o mesmo desfecho: seria lembrado como um campeão de demandas. Nos dois últimos casos, sua memória poderia ficar eternizada pelas canções de gesta que louvariam em versos a sua bravura.

Balin não tem dúvidas de que caminho tomar: o da batalha. Ele confez sua armadura, achou que estava boa, benzeu-se e montou em seu cavalo. Quando ele chega ao campo de batalha, vê um cavaleiro que não reconhece. E o cavaleiro também não o reconhece, pois ele não traz seu escudo de armas. Ambos se atiram um contra o outro com uma ferocidade brutal e Balin cai do cavalo, muito ferido. Ele não consegue uma boa performance, porque está cansado da viagem. O outro cavaleiro também cai do cavalo, mas se põe de pé primeiro e saca de sua espada, dando-lhe golpes brutais. Ambos lutam com grande ferocidade, atacando e se defendendo. Seria por demais extenso narrar a luta em detalhes, basta dizer que, ao final do combate, os dois haviam destruído as suas armaduras e ambos estavam mortalmente feridos.

Somente aí, a narrativa de Malory dá aos cavaleiros a chance de se nomearem e eles descobrem que fatidicamente mataram ao próprio irmão: Balin ferindo de morte Balan e Balan ferindo Balin de morte. E os golpes fatais de Balin sobre o irmão foram desferidos com a espada que somente ele conseguira retirar da bainha, a espada cujo golpe lhe foi doloroso, pois desfechado contra seu próprio sangue. E assim termina a epopeia dramática dos bravos, com seu lamento simples e sincero:

-Ob, Balan, Hermano, tú me has matado, y yo a ti, por lo que todo El ancho mundo hablará de nosotros dos!

-Ay! – dijo Balan -, que haya visto yo este día, en que por desdicha no he podido conocerlos, pues bien había visto vuestras dos espadas; pero porque teniais otro escudo creí que erais otro caballero. (MALORY, 2005, p.110).

Os dois irmãos seguem em seu sofrimento, desejando ter forças para destruir todo o castelo de mau costume cujos habitantes provocaram sua morte.

Vale ressaltar que, quando algumas damas se aproximam dos feridos, ouviram dos dois a seguinte frase: “*De una misma tumba salimos, como fue el vientre de una madre, y en una misma fosa yaceremos*” (MALORY, 2005, p. 110). Mais uma vez, o texto de Malory se encontra com a prosa de Geoffrey Chaucer em seu conto do Vendedor de Indulgências. Novamente, aparece aqui a imagem da terra e do ventre materno, da vida efêmera e passageira que não permite vaidades, e principalmente a ideia de que a morte é o fim único de toda vida. No jogo do destino, vida e morte são irmãs inseparáveis.

A dama lhes promete que ambos seriam enterrados no mesmo lugar onde haviam travado batalha e chama um capelão para prestar-lhes o serviço da extrema-unção. A solicitação dos irmãos de que seu sepultamento ocorresse no lugar onde haviam lutado tem razão de ser: aquele lugar era rota de passagem, outros cavaleiros por ali passariam, saberiam sobre a sua desdita, que seria cantada por todo o mundo e rezariam por suas almas, garantindo, no Além, descanso aos seus espíritos.

Após a morte dos irmãos, o mago Merlim surge na trama, sendo responsável pelo enterro dos dois e põe sobre sua tumba uma lápide que dizia: “*Aquí yace Balín Le Savage, que fue el caballero de las dos espadas, el cual dio el golpe doloroso*”. (MALORY, 2005, p. 111). E Merlim profetiza que a maldita espada seguirá com sua saga, matando amigos muito próximos:

[...] nadie manejará esta espada sino el mejor caballero del mundo, y ése será sir Lanzarote, e Galahad su hijo, y Lanzarote matará con esta espada al hombre del mundo que más amaba, el cual será sir Gawain.
(MALORY, 2005, p. 111).⁹

Merlim viajou a Camelot e contou ao rei Artur o fim trágico dos dois irmãos, o qual lamentou profundamente esse fato. Artur reconheceu o valor dos irmãos, os quais, segundo ele, eram cavaleiros valorosos. É assim que Malory encerra um dos livros mais dramáticos que compõem a sua obra e, nessa passagem, se percebe claramente o seu estilo de construção textual peculiar: o autor inglês apresenta a seus leitores o encontro de dois irmãos que se matam

⁹ A amizade de Lancelote com Gawain é quase filial: Gawain foi tornado cavaleiro por Lancelote, o que referenda a ternura entre eles como a do filho pelo pai. A morte de Gawain será um estopim para o desfecho trágico da Távola Redonda.

em um duelo insensato do qual não podem escapar, pois estão predestinados a ele. Esse processo representa o elemento tradicional da literatura clássica, o *fatum*, ao qual o indivíduo não pode fugir.

Seguindo seu processo de articulação, Malory apresenta uma batalha violenta na qual os dois irmãos se matam diante dos olhos das damas que assistem à peleia da murada do castelo. Esses olhares, essas mulheres inspiram os cavaleiros à batalha, em uma prática analisada por Georges Duby (1987).

Assim, tendo os olhares das damas como pano de fundo no cenário de seu combate, os dois irmãos lutam de forma desbragada: os exageros da narração são típicos. As feridas que os irmãos se infligem seriam capazes de matar ao maior gigante do mundo. Eles já se conferiram tantos e tais golpes que lutam praticamente desnudos, sujos de sangue e poeira. O rosto de Balin sofreu tão duros golpes que seu irmão é incapaz de reconhecê-lo mesmo quando lhe tira o elmo, para desferir o golpe final. E, como não poderia deixar de ser, a frase do moribundo tem em seu acento final uma tonalidade épica.

A narração trágica, com diálogos breves, é uma característica do estilo de Malory. E, ademais, as queixas contra a Fortuna, elemento que caprichosamente seria o responsável por colocar no campo de batalha um irmão contra o outro, não fazem parte do diálogo final entre os dois irmãos. Prova de que Malory pincelou seu texto de raízes medievais com outras tonalidades mais modernas.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral: Paulus Editora, 2004.
- BORON, R. **O Merlim**. São Paulo: Lápis Lazuli, 1998.
- CHAUCER, G. **Contos da cantuária** São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- DUBY, G. **Guilherme Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo**. São Paulo: Graal Editora, 1987.
- DURKHEIM, E. **O suicídio**. São Paulo: Martim Claret, 2005.
- FERREIRA, C. V. **Voivode**. São Paulo: Pandemonium, 2003.

FRANCO JR., H. F. **Idade média: o nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KIMBLE, G. H. T. **A geografia na idade média**. EDUEL: Londrina, 2005.

LE GOFF, J.; SCHMITT, J. C. **Dicionário temático do ocidente medieval**. São Paulo: EDUSC, 2006.

MALORY, T. **La muerte de Arturo**. Edições Siruela: Madrid, 2005.

MEDEIROS, M. M. **A construção da figura religiosa no romance de cavalaria**. 160f. Tese (Doutorado) – UEL, Londrina, 2006.

MELTON, J. G. **O livro dos vampiros (a enciclopédia dos mortos-vivos)**. São Paulo: M. Books, do Brasil, 2003.

MENON, M. C. **Figurações do gótico e de seus desmembramentos na literatura brasileira – de 1843 a 1932**. Tese (Doutorado) – UEL, Londrina, 2007.

MONTERO, S. **Deusas e Adivinhas: mulher e adivinhação na Roma Antiga**. São Paulo; Musa Editora, 1998.

SALOMÃO, J. **A estética da morte**. São Paulo: LTC, 1964.

SCHMITT, J. C. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

POSFÁCIO

A História e a Literatura são artes que podem ser tidas como coirmãs, mas que apenas há pouco tempo se (re)encontraram no campo da ciência, e há menos tempo ainda passaram a prestar uma a outra auxílio, no sentido de desvendar os mistérios que consolidam e articulam os elementos formadores da intelectualidade humana.

Desde seu início, a proposta deste livro foi exatamente essa: entrelaçar essas duas esferas do conhecimento para, através das atribuições de cada uma delas, organizar novas propostas de construção desse conhecimento. Seguindo essa perspectiva, os autores e autoras alinham-se com Lloyd S. Kramer, que, no texto *Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra*, afirma:

[...] grande parte da renovação intelectual entre os historiadores modernos resultou de sua disposição a recorrer a outras disciplinas acadêmicas em busca de *insights* teóricos e metodológicos, o que levou a uma expansão e redefinição da orientação política da historiografia tradicional. A busca de novas formas de abordar o passado levou os historiadores à antropologia, economia, psicologia e sociologia; no momento, essa busca os está conduzindo para a crítica literária. (KRAMER, 2001, p. 131).

Essa nova abordagem cultural da História apresenta uma abrangente influência da crítica literária, o que ensinou os historiadores a reconhecer e valorizar o papel significativo que a linguagem, o texto em si e a estrutura narrativa possuem na criação e na descrição da realidade histórica. Desta forma, pode-se dizer que o texto literário possui nuances de História e vice-versa, ou seja, é possível estabelecer através de um e/ou de outro, pontos de vista que tornam claro o conjunto de valores que expressa da melhor forma o que passa para os bastiões sagrados do saber, seja para o cânone literário, seja para os livros acadêmicos da História disciplina.

A grande questão posta não é necessariamente discutir as fronteiras entre ambas as artes, ou a validade da história da literatura ou de uma historiografia literária. Qualquer desses passos poderia reduzir os avanços que já foram obtidos a um amontoado cronológico e sem sentido de estilos, autores, obras e fatos históricos, os quais podem ser necessários para o entendimento de alguns processos, mas que não estão relacionados ao valor intrínseco das obras literárias e dos fatos históricos.

A ideia aqui introduzida anda de mãos dadas com uma dose de ousadia: *a priori*, pode parecer que ela seja desprovida de essência ou realizada sem uma adequação tida como coerente. Essa tendência marca, no entanto, aquele que seria o papel da crítica, qual seja, a desconstrução sem uma metodologia cimentada e inquebrável dos objetos, permitindo lançar vários olhares sobre eles.

Segundo Antonio José Saraiva, na obra *História da Literatura Portuguesa*:

[...] essa crítica já é histórica [...] entra já em linha de conta com uma conjetural histórica do livro, desde as suas fontes e elaboração até a apreciação predominante entre os próprios contemporâneos do crítico. [...] a crítica de um livro antigo não pode atingir a sua estrutura formal sem compreender a pluralidade histórica a partir da qual ele foi elaborado e que já não deve considerar inteiramente informe, ou neutra [...]. (SARAIVA, [19--], p. 9)

Percebe-se aqui toda uma preocupação com a dimensão literária da experiência social e com a estrutura literária da escrita histórica, o que propicia uma nova dimensão aos estudiosos que buscam ampliar sua erudição histórica para além dos modelos existentes e para além das fronteiras atuais. Não parece necessário aqui levantar bandeiras sobre a permanência ou não da disciplina História dentro de seus parâmetros tradicionais (e confortáveis?), nem buscar desinências para aqueles que se consideram “verdadeiros” historiadores. Quiçá a subjetividade mostre, um dia, o quanto o próprio conceito de verdade é relativo.

Dentro desse pressuposto, vale analisar alguns elementos através dos quais a Literatura pode servir de fonte para ampliar o conhecimento histórico, e como a História pode utilizar as artimanhas da escrita para traçar conjec-

turas. Observe-se a descoberta do cotidiano dentro da literatura e, mesmo, dentro da historiografia literária. Um estudo mais acurado mostrará que esse processo é relativamente recente.

Tal linha de análise, que objetiva mostrar como o cotidiano vivido é representado na imaginação de um grupo humano em uma determinada época, faz parte de um contexto que se inscreve no campo do imaginário e da mentalidade coletiva. É válido e importante saber o que esse grupo pensava, que ideias ou valores preservava e como representava sua realidade existencial. Esse quadro, ao ser definido, circunscreve seus sonhos, ideais de vida e ideologias.

Na obra *O Cotidiano no Imaginário Medieval*, José Roberto Mello diz o seguinte sobre esse assunto:

[...] nós vivemos em função das aspirações, das motivações e ideais que propomos, de nosso modo de ver a vida e o mundo. De toda a documentação ao alcance do historiador, um dos melhores segmentos para a análise de tais fenômenos é o da literatura. (MELLO, 1992, p. 8).

Já a História pode, através das ilações da língua e da literatura, demonstrar que cada sociedade humana é, da mesma forma que suas realidades diversas (econômicas, políticas e sociais), uma projeção de suas angústias, de suas fantasias e de seus sonhos, os quais são articulados nas utopias que ela elabora e que encontram vida e forma nas linhas que seus escritores rabiscam. Tais utopias podem servir a muitas mãos, desde ideais totalitários até amplos sonhos de liberdade sem, porém, identificarem-se com este ou aquele, já que elas representam o maior exercício permitido de liberdade humana.

Assim sendo, e diante das perspectivas apontadas pelos tecelões deste livro, percebe-se uma única preocupação: o desenvolvimento de um diálogo que permita que o passado seja autônomo e questione as tentativas recorrentes que o presente faz, no sentido de tentar colocá-lo dentro de uma ordem (engessada). No dizer de LaCapra:

Deve-se reconhecer, efetivamente, que o passado tem suas próprias “vozes”, e que estas precisam ser respeitadas, [...], sobretudo quando elas se opõem ou introduzem ressalvas às interpretações que gostaríamos de atribuir-lhes. Um texto é uma

rede de resistências, e um diálogo é uma relação bilateral; um bom leitor é também um ouvinte atento e paciente. (LACAPRA *apud* KRAMMER, 2001, p. 139).

Tal concepção da realidade histórica possui uma marca diferenciada e maleável com significado mais abrangente, o que faz da abordagem literária um método potencialmente rico de pesquisa para a área. Essa perspectiva oferece novas e importantes estratégias para a aproximação entre a Literatura e a História, mesmo que atualmente possa resultar em algumas propostas de trabalho um tanto quanto claudicantes. É o preço que a inovação paga por procurar melhorias metodológicas e por preferir o desconhecido da interdisciplinaridade ao conveniente da área disciplinar.

Independentemente de tropeços, passos em falso ou passos dados “à beira da falésia”, a perspectiva literária serve como motor para revitalizar a discussão crítica entre os historiadores, abrindo caminhos e expandindo fronteiras, as quais tendem, infelizmente, a estabelecer uma separação entre os historiadores e a cultura de seu próprio tempo. E se isso ocorre com a cultura que se olha com os olhos do presente, o que poderá acontecer com aquela que se olha com a cabeça de Janos?

Mesmo sendo impertinente (mas este é um livro impertinente) terminar um conjunto de considerações finais com um questionamento, os autores que escreveram estas páginas gostariam de deixar a todos e todas que as lerem uma provocação: por que não fazer o estudo e a escrita da história sobreviver mais harmonicamente, mais criticamente, mais imaginativamente e mesmo de forma mais bem humorada?

Eles e elas querem crer que isso é possível e que as lições de alguns senhores da História não foram perdidas; entre eles, Michel Foucault, Georges Duby e Carlo Ginzburg.

Este livro foi composto na fonte Myriad Pro, corpo 11.
Impresso na Sidnei Folini Monteiro - EPP - Triunfal Gráfica e Editora,
em papel cartão supremo 250g. (capa) e polen 80g. (miolo)
produzido em harmonia com o meio ambiente.
Esta edição foi impressa em Junho 2013.

